

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

LUCAS MENEZES FONSECA

**UMA ANÁLISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA
EM “TEMPOS DE SUSTENTABILIDADE”**

Maceió
2011

LUCAS MENEZES FONSECA

**UMA ANÁLISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA
EM “TEMPOS DE SUSTENTABILIDADE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias

Maceió, 2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha

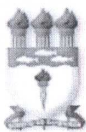
F676a Fonseca, Lucas Menezes.
Uma análise da agroindústria canavieira em “Tempos de Sustentabilidade”
/ Lucas Menezes Fonseca. – 2011.
124 f. : il.

Orientadora: Cesar Nonato Bezerra Candeias.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 117-124.

1. Agroindústria canavieira. 2. Sustentabilidade. 3. Impactos socioambientais.
I. Título.

CDU: 316.324.5/7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS



TERMO DE APROVAÇÃO

LUCAS MENEZES FONSECA

UMA ANÁLISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM "TEMPOS DE SUSTENTABILIDADE"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias (PPGS/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (PPGS/UFAL)

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (UFPB)

Maceió, 28 de abril de 2011.

AGRADECIMENTOS

À Renata pelo incentivo, pela cobrança, pela companhia, pelo carinho.

Aos meus pais e irmãos, sempre apoiando.

Aos amigos e amigas, companheiros e companheiras. Sempre ajudam, contribuem e inspiram, mesmo quando não se dão conta disso.

À toda turma do mestrado, em especial ao camarada Erik, e aos demais com que tive contato durante o curso.

Ao professor Cezar Candeias por se dispor à orientação. Aos professores Paulo Décio e Rogério Medeiros pelas críticas, sugestões e contribuições em geral, desde a qualificação.

Aos funcionários do PPGS que sempre foram atenciosos e prestativos, em especial ao Gilnison e a Liliane.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) pela bolsa concedida permitindo cursar o mestrado com mais tranquilidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da agroindústria canavieira diante da existência de um novo ciclo expansivo no setor, abrangendo as transformações sofridas e em curso. Como elemento propulsor deste ciclo, identificamos as expectativas abertas de mercado a partir da formação de um mercado de etanol (álcool). Este combustível, classificado como “verde” e “limpo”, se coloca em posição de atender a expectativa de desenvolvimento sustentável que passa a ser definida como modelo pelo mercado e meio empresarial. Assim, a agroindústria canavieira passa a ser visada pelo capital internacional e promovida pelo Estado, sendo fundamentais para um conjunto de transformações ocorridas no setor, desde as tecnológicas as de gestão. Temas de sustentabilidade e responsabilidade social foram ao longo da segunda metade do século XX absorvidos por empresas e mercado a partir de pressões da sociedade em razão das próprias conseqüências do capitalismo. Assim, tem-se gerado um novo *habitus* das classes dominantes que passam a agir tendo em conta as dimensões sociais e ambientais de seus empreendimentos, permitindo uma apropriação simbólica destas pautas sem que isso represente mudanças nos fundamentos da ordem político-econômica. Neste quadro histórico, a agroindústria canavieira, historicamente marcada pelos seus negativos impactos socioambientais, busca reverter sua posição para se apresentar como provedora de “boas práticas” tendo como suporte uma aliança entre Estado, usinas e organizações da sociedade civil. Todavia, nossa pesquisa identifica que os impactos socioambientais continuam presentes e guardam relação tanto com as transformações ocorridas no conjunto da sociedade, quanto com os fundamentos de sua atividade monocultura e latifundiária.

Palavras-chave: Agroindústria canavieira. Sustentabilidade. Impactos socioambientais.

ABSTRACT

This work has as objective to do an analysis of the sugar cane agro-industry before the existence of a new expansive cycle in the sector, encompassing the transformations that occurred and the ones that are in course. We identify the open market expectations for the formation of an ethanol (alcohol) market as the propelling element of this cycle. This fuel, classified as “green” and “clean”, is presented in position of attending the expectation of sustainable development which becomes being defined as model by the market and by the managerial means. Therefore, the sugar cane agro-industry turns into a target to the international capital and becomes promoted by the State, that is fundamental to the conjoint of transformations occurred in the sector, as to the technical changes as to the management alterations. Discussions about sustainability and social responsibility were absorbed into companies, and the market, effected by society's pressures on account of the consequences of the capitalism. Therefore, it's being generated a new *habitus* of the dominant classes which change their actions considering social and environmental dimensions of their enterprises, allowing a symbolic appropriation of these discussions without bringing changes to the political-economical order foundations. In this historic context, the sugar cane agro-industry, historically marked by its negative social-environmental impacts, tries to revert its position to present itself as a provider of “good practices” supported by the alliance between the State, factories and civil society's organizations. However, our research identifies that the social-environmental impacts continue present and remain having relation as with the transformations occurred in the society's conjoint, as with the foundations of its activities of monoculture and agricultural estate.

Keywords: Sugar cane agro-industry. Sustainability. Social-environmental impacts.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICO E FIGURA

Tabela 1: Produção da cana de açúcar em área colhida (ha) – 1970-85	54
Tabela 2: Tipos de F&A e sua incidência (1997-2001)	64
Tabela 3: Fluxo de IED no setor sucroalcooleiro de 1999 à 2007 de acordo com o Banco Central brasileiro (em US\$)	67
Tabela 4: Quantidade de unidades produtoras cadastradas no DCAA-MAPA.	70
Tabela 5: Total de área, produção e rendimento da cana-de-açúcar no Brasil (2000/08)	72
Tabela 6: Participação estadual no financiamento do BNDES para o setor sucroalcooleiro .	75
Tabela 7: Trabalhadores libertados entre 2005 e 2008 em lavouras de cana-de-açúcar	106
Gráfico 1: Recursos destinados ao setor sucroalcooleiro pelo BNDES (milhões de reais) ...	76
Figura 1: Mapa de áreas de tensão ecológica e influência das usinas (2009)	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CAPITALISMO E SUSTENTABILIDADE: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE NA ATUALIDADE	18
1.1 Da relação homem-natureza-sociedade – considerações preliminares	18
1.2 Capitalismo “ético e verde” – responsabilidade social e sustentabilidade	29
1.2.1 Sustentabilidade em pauta: trajetória e disputa em torno de um problema	30
1.2.2 A gestão das “boas práticas”	36
2. AS RÁPIDAS E RECENTES MUDANÇAS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO BRASIL	46
2.1 Modernização conservadora e apogeu da intervenção estatal	46
2.2 Desregulamentação e reestruturação produtiva	54
2.3 A nova configuração da agroindústria canavieira – desregionalização, desnacionalização, apoio federal e a emergência dos biocombustíveis	63
3. “NOVOS” <i>HABITUS</i>, VELHOS DILEMAS	79
3.1 As novas mobilizações necessárias a reprodução canaveira: um novo sistema de disposições?	79
3.2 Impactos da expansão da monocultura canavieira	94
3.2.1 Aspectos socioambientais	94
3.2.1 Aspectos no trabalho	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A cultura canavieira construiu historicamente a marca de uma atividade que quase não enfrentou limites para a superexploração do trabalho e para o uso e o abuso dos bens naturais. Uma história que se confunde com a própria formação brasileira e que bastante contribuiu para o “padrão de civilização vigente no Brasil” (Ramos, 1999, p. 18).

Nossa pesquisa, portanto, comporta a análise de um objeto de estudo que possui uma longa trajetória. Aportada no território que viria a ser o Brasil para servir aos interesses do colonizador português representava, à época, um grande empreendimento econômico entre os séculos XVI e XVIII. Ao seu lado tinha a valorização do açúcar no mercado mundial e as condições geográficas e climáticas que favoreciam o plantio da sua matéria-prima.

Diante das intenções de Portugal, a cana-de-açúcar deveria vir acompanhada necessariamente da monocultura, uma vez que interessava extrair matéria-prima e produzir gêneros de elevado interesse comercial. Como primeira cultura comercial, a monocultura da cana-de-açúcar estabeleceu em suas bases o trabalho escravo, o latifúndio e o direcionamento da produção para abastecimento do mercado externo.

Com condições naturais que favoreciam, tais como o clima, o solo de massapê e os rios, foi especialmente a costa nordestina o lugar escolhido para derrubar a mata, escravizar índios, em seguida negros vindos da África, e instalar os engenhos banguês concedendo grandes extensões de terras a senhores de engenho. Um processo que é descrito por Andrade (1994, p. 18):

O processo de apropriação desenvolvido provocou grandes transformações no território hoje brasileiro, quer pelo desmatamento e destruição rápida da Mata Atlântica, nas áreas de mais fácil acesso, quer pela construção de engenhos e edificações para a indústria, de casas para os proprietários, empregados mais graduados e escravos, pela construção de estradas, pela plantação de cidades portuárias e introdução de animais domésticos [...] Formou-se aí uma sociedade patriarcal cuja divisão de classes correspondia a distinções econômicas e também étnicas [...]

Seus dilemas de modernização tiveram sempre uma marca conservadora, arcando alto tributo a sua formação calcada em uma estrutura provedora de disparidades sociais. Com lentas e rápidas mudanças, a cana-de-açúcar seguiu sua trajetória. O desenvolvimento técnico-tecnológico dos processos agrícolas e industriais da produção de açúcar foi bastante lento

entre os séculos XVI e XVIII. Os engenhos eram movidos, em geral, por tração animal, o que exigia também os recursos necessários para a aquisição e manutenção de bois e/ou cavalos. Haviam também os engenhos d'água com melhor produtividade que os primeiros, porém a pouca declividade do solo nas áreas litorâneas e a pouca água no verão em áreas mais afastadas faziam com que os engenhos de tração animal fossem dominantes.

O uso de arado foi introduzido no século XVIII, mas só chegou a se difundir no século XIX (Andrade, 1998, p. 88). O vapor, um dos grandes símbolos da Revolução Industrial inglesa do século XVI, só foi conhecido pelos engenhos no Brasil cerca de dois séculos depois. Ainda assim, teve sua difusão à pequenos passos.

No palco da história saíram os banguês e os senhores de engenho, ingressaram as usinas e os usineiros. Separados no tempo histórico e pela base técnica-tecnológica de seus empreendimentos, porém unidos pelo laço da monocultura, do latifúndio e do trabalho, agora juridicamente livre, mas ainda compulsório.

As usinas foram a modernização da economia canavieira sob o ponto de vista da produção industrial. Com maior capacidade de produção, mas assentadas no mesmo alicerce sócio-econômico dos seus antecessores, os impactos de sua expansão só poderiam ser também maiores.

Os industriais aumentaram as suas fortunas e expandiram as suas terras para garantir a matéria-prima necessária à indústria em crescimento; os pequenos produtores e posseiros foram desapropriados e desalojados; as vilas e cidades tiveram que reorganizar o seu abastecimento, indo procurar os produtos alimentares em áreas mais distantes; a poluição das águas e a destruição em grande escala da vegetação natural provocaram um maior desequilíbrio ecológico e o ressurgimento de surtos epidêmicos; os desajustes sociais se acentuaram. Os canaviais, verdadeiros oceanos por sua imensidão e continuidade ocuparam áreas do Nordeste, em São Paulo, no Paraná em Minas Gerais e no Centro-Oeste. (Andrade, 1994, p. 31)

O período que Manuel Correia de Andrade relata foi o do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), já na segunda metade do século XX. Tempo de grande expansão do setor em sua longa era de forte regulação estatal. O Estado para o setor sucroalcooleiro sempre foi mais que um “Estado protetor”. Através dele lhe foi garantido todo um suporte para um ciclo de vida, ainda em curso, promovendo o seu nascimento e garantindo o seu desenvolvimento. Uma relação tão forte que fez Ramos (1999, p. 20-1) afirmar que “a história do complexo canavieiro no Brasil é a história da relação entre proprietários e Estado”.

Na longa história desta leguminosa as mudanças estão associadas às relações estabelecidas entre as classes e categorias sociais envolvidas em seu amplo processo de produção, na sua relação com o meio natural, com o Estado e com o mercado.

Bem localizados politicamente, o setor canavieiro sempre teve trânsito livre nas instâncias do Estado, seja por meio de candidatos a galgar os postos do poder público – por representação própria ou por financiamento –, representando um plano político-institucional, ou, no plano de organização setorial, por meio de sindicatos, cooperativas e associações que foram se formando e hoje se tornaram ainda mais importantes para os seus interesses.

Em relação ao Estado, com a dita desregulamentação estatal, se este deixou seu protegido seguir o caminho da regulação do mercado, não o fez sem deixar a porta aberta concedendo o abrigo de benefícios e financiamentos que hoje têm como símbolo as cadernetas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No que concerne ao mercado, inserido numa dinâmica de acumulação capitalista, devotou a ele todas as suas energias. Acompanhando seus passos partiu para transformações que envolveram toda a cadeia produtiva. Resistiu a mudanças naquilo que poderia modificar a base de seus agentes dominantes, mantendo a integração vertical para trás entre indústria e agricultura. Todavia, movidos pela lógica inerente do capital, que requer expansão e concentração ou então contração e eliminação, foi impelido a absorver uma modernização técnica-tecnológica.

Saindo de um período amplamente dominando por uma estrutura marcada por forte presença do Estado na organização, planejamento e promoção da agroindústria canavieira, a desregulamentação do setor seguido pelo seu processo de reestruturação produtiva funcionou como catalisador de profundas e rápidas mudanças em um setor acostumado a viver em uma espécie de “capitalismo sem risco”.

Portanto, a partir dos anos de 1990, a mudança em sua base institucional e sua imersão nas regras de uma forte concorrência no mercado provoca a adoção de uma série de estratégias de sobrevivência. Muitas usinas não acompanharam e fecharam suas portas, outras foram adquiridas por grupos mais fortes e outras juntaram suas operações para formar empresas de maior capacidade.

Nesse contexto de estratégias de sobrevivência, o capital agroindustrial, assim como já se realizava em outras áreas da economia, migrou e se estabeleceu também em outros ramos. Também foram encontrar na diferenciação dos produtos uma forma de se manter competitivo, produzindo com maior diversidade e segmentando mais o mercado. Daquele açúcar bruto e de

má qualidade dos tempos dos engenhos, surgiram um açúcar do tipo *light*, refinado e orgânico. A própria geração de energia foi sendo ampliada, garantido o funcionamento das usinas, reduzindo por isso custos, e posteriormente servindo para fornecimento de eletricidade para além de suas indústrias. Tais mudanças também exigiram maior especialização e capacitação das unidades produtoras. Neste ponto, a apropriação de inovações tecnológicas foi um imperativo para o cumprimento de metas de produtividade.

Neste novo ambiente institucional e tecnológico, as usinas de açúcar e álcool passam a se mover por um novo padrão competitivo (Rosário e Cruz, 2006). O aumento da produção da cana-de-açúcar que outrora esteve baseada na expansão da área e em descobertas de novas variedades, além da mão-de-obra barata, tem nos ganhos de produtividade seu principal foco.

Impulsionados pela maior capacidade de processamento das unidades produtoras, permitindo melhor aproveitamento do teor de sacarose da matéria-prima (onde não somente importava a pesquisa na variedade de tipos de cana, mas a própria capacidade tecnológica e industrial) é permitido aumentar a produção, sem expandir a área plantada. A formação dos complexos agroindustriais e a integração de capitais que se generaliza nos anos de 1960-70 já faziam do processamento industrial a referência, subjugando em parte a produção agrícola.

Com a reestruturação produtiva as usinas adotam tecnologia de alto padrão reformulando amplamente suas estruturas para receber a automação microeletrônica e expandirem de maneira mais profunda a mecanização para a parte agrícola. Racionalizando os processos de produção em suas distintas fases, a mecanização passa a ser um referencial no processo produtivo, inclusive para os trabalhadores, como os do corte de cana que passam a ter que acompanhar o ritmo produtivo das máquinas.

Estas inovações e as estratégias estão no bojo de transformações amplas e de escala global. A mudança de um padrão produtivo na economia mundial, saindo de um modelo de produção em série e de massa, com ampliação de força de trabalho, para outro, que exige mais individualização dos produtos e flexibilização em suas operações, reclama por mudanças na gestão e no controle do processo produtivo.

Todas estas transformações refletem e impactam diretamente na composição da agroindústria canavieira, ampliando sua cadeia de relações, mudando a base operacional e produtiva com a exigência de maior qualificação de supervisores e gestores, tal como dos trabalhadores rurais, base social que também vindo sendo em parte substituída pelas máquinas e os seus trabalhadores operadores. A ponta da hierarquia administrativa também

não fica imune e, se não elimina a tradicional gestão familiar, muda seu perfil pela exigência de maior profissionalização.

A disseminação de fusões e aquisições foi impulsionada por estas transformações, ao mesmo tempo em que as dinamizaram. Estes processos se revestiram na “desregionalização” e “desnacionalização” do setor (Vian, 2003). Grupos nordestinos se espalham para o Centro-Sul em busca de melhores índices de produtividade e melhor aproveitamento de tecnologia, assim como o capital internacional passou a ingressar e ser determinante para a capitalização do setor.

O interesse que nos faz dirigir o olhar para a agroindústria canavieira é que sua história é a própria negação da imagem que hoje busca construir. Imagem esta que tem na sua integração com uma economia mundializada e os próprios paradigmas que são estabelecidos na sociedade, um condicionamento ou mesmo uma adequação de suas práticas as exigências que tal integração e paradigmas exigem.

Neste quadro, a temática da sustentabilidade e a preocupação com o “futuro das próximas gerações” ajustaram as estruturas de mercado que passaram a distinguir e, em consequência, refletir financeiramente, entre aquelas empresas que são ou não “responsáveis socialmente e equilibradas ambientalmente”. O setor sucroalcooleiro não ficou imune.

São temáticas que surgem movimentadas por diversos atores e a sociedade em geral, inclusive por pressão de lutas sociais. Todavia, demandas e problemas que são absorvidos pelo mercado e sua lógica, numa “apropriação ideológica” (Layrargues, 1998). O conceito formatado de “desenvolvimento sustentável” envolvendo a participação na sua construção de organismos internacionais, Estados e empresários é tomado como referência global e passa a exigir um modelo de crescimento econômico incorporando “constrangimentos ambientais” (Moreira, 1997) a lógica do capitalismo. Porém, este, por sua vez, possui em seus fundamentos uma lógica que aponta para uma necessária expansão e concentração e tem como alicerce a própria apropriação privada dos bens naturais.

Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, “ética nos negócios”, “boas práticas” entre uma infinidade de outras nomenclaturas e expressões passaram a ser recorrentes no vocabulário da sociedade e difundidas por empresários e proprietários em geral. A moderna empresa capitalista dilata seu raio de ação e diante de novos paradigmas busca novas formas de legitimação, as quais estão também em sintonia com os seus interesses produtivos e de lucro.

No conjunto deste debate a agroindústria canavieira passa a ser vista com outros olhos. A iminência do esgotamento das reservas de petróleo, tal como seus acidentes ambientais e efeitos poluidores na produção de combustível fóssil tem mobilizado a busca por novas fontes de energias, de caráter limpo e renovável.

O álcool, hoje chamado de etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar e considerado um combustível “verde e limpo”, tem levado os usineiros brasileiros a condição de “heróis”, conforme acunha designada simbolicamente por um migrante nordestino e que virou o primeiro presidente ex-operário do Brasil. O momento é similar, porém qualitativamente diferente do tempo do Proálcool. Os debates de fundo a respeito de sustentabilidade são muito mais profundos e aparecem como condição e legitimação para a existência de um novo ciclo expansivo da cana-de-açúcar no Brasil.

Assim, as usinas de cana-de-açúcar têm assumido uma posição privilegiada com capacidade de empreender um modelo de desenvolvimento sustentável, segundo seus defensores. Isso tem provocado a sua crescente internacionalização, com aumento da participação do capital estrangeiro no setor e maior imbricação a própria lógica do mercado financeiro, com até mesmo a abertura de capitais de usinas em bolsa de valores. O momento permite também a possibilidade de maior poder de barganha junto aos fundos públicos e instâncias do Estado por parte do capital agroindustrial canavieiro.

O BNDES, banco estatal, tem cumprido um papel de financiador de projetos de expansão, capitalização e instalação de usinas. Da mesma forma, o governo brasileiro tem se esforçado em organizar as condições que permitam ao etanol um mercado interno. A articulação com as montadoras de automóveis tem sido maiores que as do tempo do Proálcool facilitadas pelo desenvolvimento de automóveis com tecnologia *flex-fuel* ou bicomcombustíveis, reduzindo desconfianças de consumidores frente a um desabastecimento como ocorrera com aquele programa, uma vez que passa a ter duas opções.

Seguindo esta linha, o Estado investe em uma política externa com vistas a fazer do etanol uma *commodity*, debatendo a abertura de mercados, defendendo o etanol em organismos internacionais e organizando seminários internacionais. Ao mesmo tempo, há um incentivo a produção de etanol em outros países, especialmente africanos e da América caribenha, com alguns deles já contando inclusive com a presença de capital brasileiro na produção de cana-de-açúcar.

Todavia, sendo também preciso atuar como apaziguador dos efeitos deletérios do empreendimento canavieiro, efeitos que justamente o distanciam de uma atividade que

cumpra com os requisitos do padrão de sustentabilidade vigente, algumas políticas e ações tem sido levantadas. São importantes componentes para ganhar mercado e sociedade.

Por isso, o ano de 2009 foi marcante para a agroindústria canavieira. Naquele ano, o Governo Federal pôs em pauta o *Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar* (ZAE-Cana) através de decreto-lei e da PL 6.077/2009, além de ter lançado um termo de adesão voluntária e de construção tripartite chamado de *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar*.

Na solenidade de lançamento do Compromisso Nacional houve alta adesão das unidades processadoras aos termos do compromisso. Foram enfatizados os números que envolvem esta agroindústria que responde a cerca de um terço da produção mundial de cana-de-açúcar e gera divisas com as exportações.

No mesmo ano, a Pastoral do Migrante de São Paulo contabilizava mais uma morte de trabalhador rural pelos canaviais daquele estado. Adeilton dos Santos da Silva, trabalhador migrante, era oriundo de Alagoas e teve dado como causa da sua morte uma hemorragia digestiva. Comparado a um corredor fundista (Alves, 2006) pela necessidade de resistência em um trabalho repetitivo que tem exigido um ritmo intenso para cumprir metas de produtividade e realizados sob precárias condições, inclusive de alimentação, os trabalhadores do corte de cana são símbolos da degradação social.

A proposta de nosso trabalho, portanto, parte de uma sensível, porém evidente mudança na composição da agroindústria canavieira que acompanha suas transformações correlatas. Mudança que não se trata de um caso em particular. Acompanha toda a evolução de um debate e de transformações na acumulação capitalista a se inserir em todos os ramos da produção e no comportamento de seus agentes e da sociedade em geral. Mudanças que incidem em seus *habitus* (Bourdieu, 2007), nos modos de agir dos indivíduos e agentes sociais e em sua percepção social a partir da posição que passa a ocupar em razão da emergência de pressões socioambientais.

Buscando apreender o significado deste novo contexto da produção de cana-de-açúcar no Brasil que evoca sustentabilidade, mas continua baseada no latifúndio e na superexploração do trabalho, pretendemos entender as condicionantes político-econômicas e ideológicas que atuam na legitimação em um novo ciclo de expansão vivido pelo setor e os seus possíveis e presentes impactos para os trabalhadores e o meio-ambiente.

O trabalho combina a análise teórica do objeto central com as temáticas correlatas a consecução dos objetivos da pesquisa. Nesta caminhada nos apoiamos em autores como Pedro

Ramos, Manuel Correia de Andrade, Carlos Vian, Elisa Novaes, Francisco Alves, Ana Maria Oliveira, Guilherme Delgado, Roberto José Moreira, Philippe Layrargues, Regina Bruno, entre outros que nos foram fundamentais.

Enquanto concepção geral, a abordagem de nossa análise se referencia nas obras de Bakunin e Joseph Proudhon, além da sociologia contemporânea de Pierre Bourdieu. Aos dois primeiros, respondem por nossa aproximação a um pensamento clássico e crítico, nos fazendo tomar como eixo de análise a categoria trabalho, sua articulação com a construção das idéias, além do entendimento dos elementos estruturantes do capitalismo. Suas contribuições são particularmente importantes acerca da relação homem-natureza-sociedade.

Em Bourdieu, o tomamos como referencial de maneira a agregar teoricamente ao desenvolvimento de nossa análise. Utilizamos, especialmente no terceiro capítulo, alguns de seus conceitos que contribuem no entendimento e na clareza da explanação, dando a operacionalidade e concretude necessárias para a apreensão da questão a partir de sua proposta de articulação entre as estruturas estruturantes e estruturadas. Seu objetivo é o desvelamento da relação de dominação existente entre os agentes no interior dos campos e onde a dominação de classe ou entre frações de classe (e o próprio entendimento da categoria classe) é tida não como substância, mas como relação. Assim, se evidencia que a dominação de classe e de grupos sociais é também feita de modo simbólico com vistas a garantir uma legitimidade e uma reprodução que dissimula as relações sociais enquanto relações de força.

Ainda sobre este autor, consideramos valioso, até certo ponto corajoso, a sua afirmação a respeito da produção e reprodução de “escolas” de pensamento que terminam criando muros na produção teórico-metodológica quando o diálogo, sempre que possível, é pertinente e necessário. Aqui expomos:

A procura da originalidade a todo custo, frequentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canônico que leva a repetição ritual, impedem, uma e outra, a justa atitude com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir para além dos antecessores, ultrapassados assim, por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram. (Bourdieu, 2007b, p. 63)

Nossa pesquisa também foi atrás de material empírico presente, principalmente, em dados e materiais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), do BNDES, documentos do Governo Federal

em geral (como o ZAE-Cana e o Compromisso Nacional) e em estudos do Dieese. Nos apropriamos de canais oficiais e especializados da agroindústria canavieira ou do agronegócio, por meio de acompanhamento e consulta em revistas, informativos e portais eletrônicos. E também nos são muito válidos os estudos e levantamentos da Repórter Brasil através do seu Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis e as atas dos seminários da ONG francesa Açúcar Ético.

Para uma breve apresentação, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo trabalhamos com algumas definições teóricas e conceituais. Iniciamos por demonstrar a base histórico-social da relação homem-natureza e sua importância na construção da base da sociedade, inclusive na percepção social do mundo. Encerramos com uma contextualização e uma reconstrução dos debates que fazem as dimensões ambientais e sociais serem incorporadas nas ações dos agentes do capital e suas conceituações.

No segundo capítulo, enveredamos no conjunto de transformações sofridas pela agroindústria canavieira com o objetivo de situar os elementos que definem sua atual configuração. Assim, iniciando com o Proálcool e atravessando pela desregulamentação e reestruturação produtiva, chegamos ao novo contexto que vive o setor que o situa na rota de investimentos internacionais e o re-coloca em posição privilegiada junto ao Estado em razão das expectativas de ampliação de um mercado de biocombustíveis.

No terceiro e último capítulo, analisamos a constituição de um “novo” *habitus* que passa ser incorporado pela elite canavieira, levado por elementos abordados nos capítulos anteriores. O usineiro do século XXI passa a ter que internalizar em suas orientações novas condicionantes para o seu agir buscando se associar ao moderno, com o ecologicamente correto e socialmente responsável. Todavia, as bases que assenta o empreendimento desta agroindústria e as próprias motivações dos debates socioambientais impulsionados pelo mercado continuam impactando negativamente no meio-ambiente e na degradação do trabalho.

CAPÍTULO 1 – CAPITALISMO E SUSTENTABILIDADE: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE NA ATUALIDADE

O primeiro capítulo de nosso trabalho tem uma finalidade de fornecer elementos teóricos e conceituais, tal como contextualizar o tratamento dado a temática da sustentabilidade e sua absorção pelo mercado e empresas.

Procuramos apresentar um quadro conjuntural no qual a temática de sustentabilidade passou a ser debatida e absorvida pelo capital e sociedade. Percebe-se que não há mudanças de fundo na base sócio-econômica, fazendo valer a lógica do capital e de mercado que se escondem por trás de adjetivos de “ético” e “verde”.

1.1 Da relação homem-natureza-sociedade – considerações preliminares

Iniciamos nosso estudo buscando definições norteadoras a respeito da relação homem-natureza e suporte teórico para este enfoque. Para uma pesquisa que tem como pano de fundo um debate a respeito da sustentabilidade, entendemos a necessidade de traçarmos linhas gerais a respeito da referida relação. Nosso objetivo neste tópico é tão somente explicar nossa análise que encontra na categoria trabalho o seu principal alicerce para o entendimento dos desdobramentos da vida social e entendimento da relação homem-natureza-sociedade.

Consideramos que a sustentabilidade debatida em sociedade, seja ela proferida por aqueles que compõem as estruturas de poder ou oriundas daqueles que se encontram a sua margem, são todas realizadas com menção direta ao próprio futuro da humanidade e do planeta. Segundo Bookchin (2010, p.19) “aproximamo-nos do momento em que a Terra não terá condições de manter a espécie humana, nem as complexas formas de vida não-humana, que se desenvolveram por milhões de anos de evolução orgânica”.

O veredito de Murray Bookchin¹ tem como motivação a observação dos efeitos de uma desenfreada exploração humana na natureza por séculos. Debater, então, o fundamento da relação do ser humano com o meio natural é ponto de partida para a compreensão destes

¹ Pensador anarquista contemporâneo e que teve participação em movimentos ambientalistas. Desenvolveu um conceito de Ecologia Social demonstrando que a “questão ecológica” só poderia ser resolvida associada a “questão social”, pois a origem dos nossos problemas de ordem ambiental está nas relações de dominação e hierarquia presente na sociedade capitalista. Cf. Bookchin (2010). Por essas posturas, sua crítica destoava daquelas hegemônicas que surgiram mais ou menos na segunda metade do século XX no âmbito do “pensamento verde”.

efeitos. Todavia, ao discutir os fundamentos da relação e da ação que a humanidade imprime à natureza, fazemos também focados na própria influência que esta exerce na constituição das sociedades.

Nosso principal referencial para este debate em específico está no pensamento clássico, originário das correntes críticas do capitalismo, especialmente, da sua corrente libertária. Mikhail Bakunin, P-Joseph Proudhon e Élisée Reclus, ainda que com suas divergências internas, possuem significativas contribuições para a questão.

Todos estes pensadores do século XIX vivenciaram a expansão capitalista e o emergente progresso da indústria. A ela saudaram como demonstração da capacidade humana. As descobertas científicas e seus debates, o desenvolvimento de novas tecnologias, as invenções, tudo eram inspiração para idéias e tudo era exemplo para ilustrar a imensa capacidade de criação humana. No entanto, também acusaram seus efeitos negativos, dos quais, a exploração do trabalho com a dominação de classe ocupou lugar central na crítica. John Foster (2005, p.35) expressa bem o significado que a teoria clássica em geral possui.

A importância da teoria clássica para os cientistas sociais deriva antes da natureza inerentemente histórica da teoria social em si. As teorias clássicas foram escritas num contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, do escolasticismo medieval para a ciência moderna. Graças a isto, os *insights* teóricos acerca da mudança da relação humana com a natureza característica da teoria social clássica estavam atrelados a uma compreensão da transição em curso de um sistema social histórico para outro.

As grandes revoluções burguesas, tais como a industrial inglesa e a política francesa, colocaram o homem como sujeito criador. Criador de suas leis, dotado de vontades e capaz de explicar racionalmente a realidade em que se insere. As explicações divinas perdem espaço frente às explicações racionais e a própria religião vira objeto de estudo e explicação científica. O Iluminismo foi o pensamento que representou esse domínio da Razão.

Tais acontecimentos históricos tiveram o grande mérito de colocar o homem como capaz de fazer história. Capaz de agir perante o mundo, extraindo da natureza suas necessidades, adquirindo conhecimento e atuando melhor perante seus fenômenos.

Da teoria clássica, originária deste cenário histórico, o debate contemporâneo que passou a dar visibilidade aos temas relacionados a respeito do meio ambiente e da sustentabilidade na sociedade cravou a crítica e a estigma de um reinante antropocentrismo a fundamentar as formulações do pensamento clássico.

Tradicionalmente, os sociólogos ambientais tem condenado o pensamento social clássico (isto é, o pensamento social herdado sobretudo do século XIX) como sendo uma forma de ‘construcionismo radical’ que nega a prioridade ontológica do mundo natural, percebendo a natureza como produto do desenvolvimento humano. Isto é visto como reflexo de um antropocentrismo arraigado, de uma abordagem instrumentalista da natureza e da incapacidade de levar em conta os limites naturais (inclusive os limites de crescimento). (FOSTER, 2005, p.33)

Apesar desse entendimento, segundo o autor de *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, esse tipo de postura trouxe ao debate contemporâneo questões que de fato haviam sido obscurecidas. Afinal, acrescentamos, cerca de dois séculos de racionalidade capitalista separaram o pensamento clássico do século XIX para o “pensamento verde”, oriundo da formação dos chamados novos movimentos sociais na década de 60 do século XX.

Porém, ao se fazer o combate intelectual aos referidos pensamentos antropocêntricos, boa parte do pensamento social calcado neste novo contexto histórico foi ao seu extremo oposto, cunhado por Foster de ecocentrismo. A consequência destas formulações teóricas, antes de permitir responder teoricamente os fundamentos da relação homem-natureza e sua sustentabilidade para a atualidade, tem como resultado um aprofundamento de dicotomia entre o mundo natural e o mundo humano.

A perpetuação desta perspectiva dualista é intrínseca a grande parte da Teoria Verde da época, e, por raras vezes, levou essa tradição a uma crua rejeição de quase toda a ciência moderna, bem como o Iluminismo e os movimentos mais revolucionários – uma tendência que alimentou o antirracionalismo de boa parte do pensamento pós-moderno contemporâneo. Do século XVII ao século XX, quase todos os pensadores, salvo alguns poetas, artistas e críticos culturais, são condenados nesta visão por aderirem a valores antiecológicos e por endeusarem o progresso.

Neste contexto estranho, idealista, em que só os valores importam, as questões histórico-materiais desaparecem e as grandes lutas históricas e intelectuais se reduzem a meras frases. (Id., 2005, p.26-27)

Com estas considerações bem postas por Foster, passamos a apresentar os fundamentos da relação homem-natureza a partir dos referenciais anunciados. O pressuposto com o qual trabalhamos é a da relação homem-natureza como vínculo de imersão. O homem é, em última instância, subordinado ao mundo natural, uma vez que dele emana². De acordo

² Bookchin (2010) destaca com ênfase que a evolução social oriunda da própria evolução orgânica é que permite o desenvolvimento de formas mais complexas de vida como é a humana. Esta só pode sobreviver em um meio natural igualmente rico, provedor e mantenedor desta complexidade. Destacamos também que esta subordinação não significa a ausência da autonomia na relação, embora relativa, e a própria dimensão da ação humana na conformação do meio biofísico.

com Morel³ este vínculo de imersão põe que o homem seja “paradoxalmente mais forte e primeiramente atingidos que formas de vidas mais simples como bactérias e baratas, em função exatamente de nossa extrema complexidade orgânica”. Situações de mudanças climáticas⁴ podem ser exemplares a este fato.

O homem sendo parte da natureza possui seu traço de animalidade. Ele é matéria, e não pode desprezá-la (BAKUNIN, 2009, p.54-55). Porém, ele tende a realizar sua humanidade a partir da sua própria produção histórica e cultural⁵. Tal produção é realizada justamente na sua ação perante o meio natural, na combinação de pensamento e trabalho (idéia com ação), ou seja, de sua idealização com sua objetivação.

O fundamento de toda a vida animal é a luta pela sua existência⁶. No entanto, ser capaz de produzir os meios de sua própria existência, refletindo em toda a sua forma de perceber o mundo e de se organizar socialmente, só a espécie humana foi capaz. Esta capacidade é ligada a sua própria organização natural, biológica, com potencial de abstração sem igual que lhe permitiu desenvolver o pensamento e a linguagem.

Esta capacidade, ao se realizar, permitiu aos homens criar representações dos objetos, combiná-los e formar grupos distintos entre eles a partir de idéias e noções formadas. Possibilita também compreender seus próprios movimentos, criando suas compreensões, falsas ou não, a respeito da formação do universo e do sentido da vida⁷. Compreensões, sentidos e percepções que também atuam na conformação histórico-social da sociedade, uma vez que as idéias são causa ativa, ainda que não espontâneas (Id., 1977, p. 266-7).

Queremos destacar esta última colocação: as idéias enquanto causas ativas, embora não espontâneas. Justificamos, pois o debate que estamos desenvolvendo neste tópico é

³ De acordo com José Morel esta relação homem-natureza como vínculo de imersão é central no pensamento anarquista. Cf. nota em Proudhon (2003, p.69)

⁴ Para Bakunin (1977, p. 188) a dependência ao mundo natural pode até mesmo se impor a qualquer capacidade humana: “O que seriam das mais sublimes combinações da inteligência se, desde o momento em que a concebe, o ar que se respira decompõe-se ou se o movimento da Terra detiver-se ou se o homem se visse envolvido, inapropriadamente, em uma temperatura de 60 graus acima ou abaixo de zero?”

⁵ Neste ponto Murray Bookchin pode reforçar e ampliar o entendimento, destacando a nossa evolução enquanto ser pensante e social como fato da própria evolução natural: “As grandes realizações do pensamento humano, a arte, a ciência e a tecnologia, não servem apenas para monumentalizar a cultura, servem também para monumentalizar a própria evolução natural.” (2010, p. 122).

⁶ Em Bakunin isso está principalmente expresso em *Considerações filosóficas...* (Cf. Bakunin, 1977) e no texto *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (Cf. Bakunin, 1988), principais materiais do autor que utilizamos para fundamentar esta discussão. Debate similar também está presente com Marx, como na obra *A Ideologia Alemã*.

⁷ Segundo Bakunin (1988) a religião é o primeiro despertar da razão, embora falso. O pensamento de base religiosa gera um “sentimento de absoluta dependência do indivíduo passageiro em relação à eterna e onipotente natureza” (Id., Ibid., p.63). Desse modo não haveria autonomia possível na relação que estabelecemos com a natureza e a fatalidade dominante. Os fenômenos naturais aparecem como uma “espécie de adoração da natureza, mesclada com temor e alegria, esperança e inquietude [...]” (Id., 1977).

muitas vezes associado a uma leitura puramente determinista e, portanto, fatalista. No entanto, reconhecer a primazia da matéria perante as idéias não elimina necessariamente a força destas últimas e o seu papel ativo na atividade humana, mas tão somente que as idéias não são formadas dissociadas do meio histórico-social. Bakunin enfatiza justamente a reflexão, a idealização, como elemento que distingue o ser humano, sem que, com isso, perca-se na análise a relação material (da necessidade) com a produção de idéias e noções. Há de lembrar que as idéias direcionam as ações e, como tal, são construtoras do concreto objetivado na ação.

A primeira vez que se serviu da arma mais grosseira, de um simples bastão ou de uma pedra, fez ato de reflexão, e afirmou-se, sem dúvida sem se dar conta, como animal pensante, como homem; pois a arma, mesmo a mais primitiva, devendo necessariamente adaptar-se ao objetivo que o homem propõe-se alcançar, supõe um certo cálculo de espírito, cálculo que distingue essencialmente o homem-animal de todos os outros animais da terra” (BAKUNIN, 2009, p. 91).

Todavia, pra que o gênero humano pudesse desenvolver esta “potência de abstração”, foi preciso romper com os determinismos e fatalismos naturais. Em Bakunin (1988, p. 71) esta é a condição para livrar-se das “correntes da escravidão que a natureza fez pesar sobre todos os seus filhos”. A referência a “escravidão da natureza” é a própria fatalidade e determinação dos eventos naturais.

O homem, sem se distinguir dos demais animais, seguiria uma vida instintiva, sem reflexão e criação, além de completamente refém do meio natural. Daí também que a conquista de sua humanização é associada a uma conquista de liberdade, uma vez que passa a agir com “consciência”. Cabe mencionar que Bakunin também direcionava sua crítica ao pensamento de Rousseau, o qual procurava a liberdade no começo da história humana, “quando o homem ainda se encontrava privado de qualquer consciência de si próprio”. (BAKUNIN, 1988, p.67).

Portanto, foi preciso “dominar e vencer a natureza”. O domínio da natureza pela ação do homem tem uma importância histórica definida: transformar “grande parte da superfície do globo” em um lugar não só “favorável a civilização humana”, mas também tê-la como aliada para suprir suas necessidades. (Id., 1977, p 228)

Como já dissemos, a primeira condição de qualquer vida animal é a luta pela vida. Essa luta é tanto entre espécies, como em relação a própria natureza exterior. Assim, necessita-se não somente de garantia para suprir com as necessidades básicas, vitais, mas

também proteger-se da ameaça externa vindo seja de outras espécies quanto da própria natureza exterior (fenômenos como chuvas, frio, calor). Romper com as barreiras de fatalismos naturais era o fundamento para que a condição de animalidade ou bestialidade desse lugar para a realização da humanidade.

O afastamento da sua animalidade não significa a desvinculação por completo do mundo natural, uma vez que “as leis naturais são imutáveis, fatais; são a própria base de qualquer existência e constituem nosso ser, de modo que ninguém poderia se revoltar contra elas sem chegar imediatamente ao absurdo” (Id., 1988, p.67).

Essa humanização é uma obra de emancipação material, indispensável para o desenvolvimento humano na plenitude do seu ser. No seu fundamento está o trabalho, atividade de importância elementar para o processo de socialização humana.

Em *Da Criação da Ordem na Humanidade*, Proudhon visualiza o trabalho como “força plástica da sociedade”. O define como a “ação inteligente do homem com um fim de satisfação pessoal” (s.d., p. 256-7). Para ele esta é uma característica marcante, que determina a grande diferença e “superioridade” perante os outros animais no sentido de garantir a produção e reprodução de sua vida social com capacidade de criar e modificar o mundo com fins de sua satisfação. Pensamento e trabalho, idéia e ação, se combinam em função do cumprimento de necessidades.⁸

O trabalho é composto de três elementos. A produção só ocorre na combinação básica da matéria e do instrumento, além do pensamento/subjetividade humana. O primeiro “instrumento” do homem é o seu próprio corpo, como suas mãos. A partir delas e da matéria em que atua, tem-se a criação de “instrumentos fictícios” (Id., Ibid., p. 258). São estes instrumentos que vão distinguir homem e matéria, intermediando a relação. Os demais animais, por sua vez, não empregam outros instrumentos que suas unhas, dentes e patas, obedecendo essencialmente a instintos. É notório que algumas espécies de animais, sobretudo aquelas mais próximas geneticamente dos humanos, chegam a construir algum tipo de objeto para facilitar o seu “trabalho”. No entanto, esta atividade não adquire a mesma dimensão humana.

Dizia o socialista francês que a ação que o homem exerce sobre a matéria, converte esta, ao mesmo tempo, em instrumento e obra. E não somente, pois a associação estabelecida entre os homens é qualitativamente diferente da dos animais. O homem, vivendo em

⁸ O sociólogo G. Gurvitch expõe que no pensamento de Proudhon “não há idéias que não sejam produtos e produtoras da sociedade e da ação que a engendra e a caracteriza” (1983, p. 74)

sociedade e criando os materiais e os meios de sua existência, transforma de maneira contínua sua ação instintiva em refletida (Id., s.d.; 1997).

É desse processo que se vai constituindo a subjetividade humana, como elemento também singular frente às demais formas de vida na natureza e que faz de cada indivíduo único. Proudhon é feliz ao assinalar a variedade de talentos, vontades e compreensões (razão) presente na sociedade⁹. Podemos afirmar que esta subjetividade socialmente construída continua a ser vinculada, especialmente, mas não unicamente, a partir das complexificações da vida social na medida em que o trabalho é “a matriz da civilização” (Id., 2007, p. 421).

Dizer sociedade é dizer associação. No fundamento mesmo desta associação a ser estabelecida está o eixo de funcionamento da sociedade, a matriz que se refere Proudhon, pois é o ponto central da produção e reprodução da vida social. É preciso dizer também que o trabalho humano não é o trabalho de um homem só. Sua associação é, sobretudo, uma conjunção de forças coletivas¹⁰ que permite satisfazer a amplitude de suas necessidades, que se tornam cada vez mais complexas na medida em que mais amplas são suas obras.

No avanço das realizações do trabalho e da ciência na sociedade, a distinção do homem em relação ao meio natural parece se aguçar. Essa independência é falsa, pois continuamos a ser dependentes do meio natural. Para Bakunin, a natureza continua sua obra que influi nos desenvolvimentos históricos do mundo humano. Por isso, ironiza o autor: “Não é sua culpa se nós separamos em nosso espírito este mundo, a sociedade humana, do que chamamos exclusivamente de mundo natural.” (BAKUNIN, 1988, p.60).

Todavia, podemos dizer que esta “falsa aparência de independência” é calcada em uma situação real, uma vez que o impacto da ação humana perante o meio natural possui dimensões únicas que o faz criar a sensação de plena soberania. Com os estudos de Éliassé Reclus, temos uma descrição do avanço da civilização humana, ocidental, sobretudo, realçando nesse processo as consequências na própria paisagem natural.

Durante a infância das sociedades, isolados ou agrupados em tribos frágeis, os homens tinham de lutar contra obstáculos tão numerosos, que não podiam nem sonhar em se apropriar da Terra como seu domínio: aí viviam, escondidos e temerosos, como os animais selvagens das florestas; sua própria vida era uma luta ininterrupta: sob a constante ameaça de fome ou do massacre, não podiam dedicar-se

⁹ Atentamos que o desenvolvimento de habilidades adquiridas, sobretudo com o aprendizado e desenvolvimento de técnicas, ganha enorme relevância na produção humana.

¹⁰ Usamos o conceito de força coletiva presente no pensamento de Proudhon. É nessa conjunção de esforços, nessa aliança de idéias e forças físicas, de trabalho, que permite a sociedade produzir e se reproduzir. No capitalismo o excedente criando pelas forças coletivas é apropriado pelo capitalista.

à exploração da região e ainda desconheciam as leis que lhe teriam permitido utilizar as forças da natureza. Mas a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio. À medida que os povos se desenvolveram em inteligência e em liberdade, à medida em que compreenderam melhor a ação dessas forças que os arrastam, souberam reagir sobre o mundo exterior, cuja influência haviam recebido passivamente; foram se apropriando gradativamente do solo e, tornados pela força da associação verdadeiros agentes geológicos, transformaram de várias maneiras a superfície dos continentes, mudaram a economia das águas correntes, modificaram até mesmo os climas, deslocaram fauna e flora. (ANDRADE, 1985, p.41-42).

A transformação no espaço é ampla, com a geografia se tornando história, de acordo com Reclus (Id., 1985, p. 57). Essa transformação no meio natural, todavia, não significa a separação do homem com a natureza, nem elimina a influência que o próprio meio natural continua a exercer, mesmo que em graus distintos. A relação com suas necessidades vitais e as formas de buscar atendê-las a partir das condições formadas no meio, tal como o natural, condicionaram a forma de constituição das sociedades e continuam no seu desenvolvimento.

As necessidades de existência determinam um modo de alimentação que varia segundo as regiões; da mesma forma, a nudez ou o vestuário, o acampamento ao ar livre ou os diversos tipos de habitações – grutas e tetos de folhas, cabanas e casas – agem e reagem sobre a maneira de sentir e de pensar, criando assim, em grande parte, aquilo que se chama civilização, estado ininterruptamente modificado por novas aquisições, entremeadas de sobrevivências mais ou menos persistentes. (Id., Ibid., p.57)

Como podemos ver até aqui, homem e natureza não são elementos distintos, sendo o primeiro parte integrante do segundo, que forma sua base e constitui a conjunção de todo o mundo inorgânico e orgânico. A aparente separação é na verdade a própria realização da natureza interior do homem. Reclus, inclusive, afirmava que “o homem é a natureza tomando consciência de si própria” (Id., Ibid., p.39). É sua própria manifestação através da nossa capacidade de pensamento e linguagem potencializados, ou melhor, objetivados pelo trabalho humano. Portanto, as distinções de “mundo humano” e “mundo natural”, de sociedade e de natureza, são recursos para fins de análise que permitem enfatizar suas especificidades.

O intercâmbio homem-natureza é fundamental para entendermos as múltiplas determinações e transformações ocorridas no meio social e natural. Todavia, sendo o trabalho a “matriz da civilização”, tal como a ação que melhor representa nossa interação com a natureza, é preciso se deter as transformações no “mundo social” para que melhor sejam explicitadas não só as formas de relação com a natureza, mas as próprias formas de percepção do mundo desenvolvidas pelos homens (inclusive sua relação com a natureza).

A exploração do trabalho humano começou pelo próprio cultivo da terra¹¹. Foi o advento da agricultura que possibilitou aos homens a produção de seu excedente, permitindo o acúmulo de produtos e incentivando a troca. Mas com a força e a violência, o que era da natureza e da coletividade virou domínio de alguns, dos mais fortes e armados. Reclus reconheceu que “a guerra, sob suas mil formas, foi uma das grandes causas, a mais importante de todas as que contribuíram para a instituição da propriedade privada.” (Id., Ibid., p. 67)

A apropriação da terra e dos bens naturais se foi um imperativo e um princípio que se manifestou desde a animalidade e pré-humanidade, não necessariamente o foi enquanto propriedade ou mesmo mercadoria.

Os primitivos eram naturalmente levados a considerar como seu pertence a pedra por eles talhada ou o vaso feito com suas mãos, e, ao darem a outrem este objeto por eles fabricado, a livre doação estabelecia nitidamente sua qualidade de proprietário, mas não imaginavam que a pedreira da qual extraíram o sílex ou o campo de lava que lhe fornecera a obsidiana necessária à sua indústria pudessem tornar-se propriedade pessoal.

Não reivindicavam a savana, o rio ou a floresta como seu domínio particular, e nunca poderiam imaginar que semelhante apropriação fosse possível, pois nada nos costumes da tribo materna ou nos de outros bandos que percorriam a Terra poderia prepará-los para esta concepção das coisas. (Id, Ibid., p.64)

Proudhon em *O que é a propriedade?*, obra clássica de 1840, defendia que a posse de um produto não pode significar a propriedade da matéria, nem a do instrumento que produziu (1997, p. 94-95). Isso por uma simples razão: sem esses elementos, combinados com o trabalho humano, não há produção.

Ao ser privado este acesso, é quebrada a própria segurança do indivíduo em manter-se vivo e em condições materiais aproximadas em relação aos demais do seu meio. E, acrescentamos, este próprio meio, sobretudo, natural e base de toda a vida, passa a ser ameaçado uma vez que também muda-se a lógica de seu uso tal como de percepção. Assim, da mesma forma que o homem torna-se alienado dos produtos do seu trabalho, também fica em relação a natureza¹².

Ao momento que a natureza transforma-se em propriedade, para uso exclusivo, ou sendo mais preciso, mecanismo de exploração humana, a apropriação da terra transforma-se

¹¹ Disse Proudhon que “a agricultura foi o fundamento da posse territorial e a causa ocasional da propriedade”. Teria sido, contraditoriamente, para a garantia de segurança e o gozo de todos que se formou a base de idéias para a legitimação da propriedade da terra. (1997, p. 65).

¹² De acordo com Bookchin (2010, p. 106): “A humanidade torna-se alienada não apenas de si mesma, nesta nossa idade da alienação, mas do próprio mundo natural, no qual sempre teve as suas raízes enquanto força viva, complexa e pensante.”

em fonte de poder. No capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção é o núcleo central de sua economia, uma vez que é a própria razão de existir desse sistema e mecanismo primário de desigualdade social no uso e nas trocas da riqueza, a qual é produzida coletivamente (socialmente), mas que é apropriada individualmente (PROUDHON, 1997).

Os críticos do capitalismo, já desde o século XIX, apontavam que em tal sistema o capital surge como “o principal agente da produção” e deste modo, subjugando o trabalho a sua necessidade de reprodução. Ou seja: as necessidades do capital passam a ser mais importantes que as propriamente humanas. Diante dessa estrutura foi possível também identificar duas tendências a se realizar oriundas da própria lógica em que opera a economia capitalista: expansão e concentração (BAKUNIN, 1989, p. 82-87).

A expansão é de mercados, sobretudo, mas também de acesso e controle de bens naturais. Estes, uma vez dominados, viram fontes de poder e acumulação. A concentração é a de capital que permite, inclusive, a própria expansão com a conquista de novos mercados. São tendências que estão dialeticamente associadas, provocando não somente duras consequências para os trabalhadores, mas até mesmo despojando proprietários de capitais ou mesmo de seus “meios de produção”, ou seja, atinge também aqueles que demonstram menor capacidade para competir no mercado.

É preciso termos em conta estas duas características, conformadas em razão da lógica inerente ao capital e fundado na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ao longo de todo o trabalho iremos nos reportar a elas e acreditamos que elas estarão implícita e explicitamente expostas no tratamento das questões.

A expansão e concentração do capital apontam para uma internacionalização. A ampliação de mercados exige um rompimento de fronteiras¹³ e ao produzir a concentração, também padroniza. Segundo Francisco Oliveira:

[...] existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões” [...] Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...] (1981, p. 27)

Realçamos o aspecto de tal assertiva ser uma tendência. Assim é, pois, no capitalismo, são as necessidades de reprodução do capital e não as humanas, a força principal na

¹³ Lembramos do papel decisivo que a colonização cumpriu para a formação do capitalismo.

conformação da economia e por extensão da sociedade. Destacamos, porém, que esta consideração não pode representar um determinismo na formação da realidade social, pois mesmo nesse contexto outras forças e as próprias tradições histórico-sociais continuam a atuar e traçar suas marcas. Bakunin (2001) apontava a importância das tradições, dos hábitos e das ideologias na conformação das realidades histórico-sociais influenciando até mesmo na economia.

Nestas considerações, as contribuições de Pierre Bourdieu, dentro de seu quadro conceitual e *modo de pensar relacional*, agregam um instrumental teórico que permitem aprofundar a análise e as imbricações da realidade social enquanto produtora e produto de determinados “modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar”.

Com base nas obras de Proudhon e Bakunin, reforçamos a centralidade que a análise social deve ocupar para a produção da vida material em suas considerações mais elementares, como os meios de produção e instrumentos de trabalho, as relações de trabalho, o consumo e a troca. Estes pontos representam o conjunto mais elementar e primário da produção da vida social e por isso sua base. Todavia, não há produção material sem idealização.

As lutas no mundo social compreendem um combate de idéias e frases (BAKUNIN, 2009, p. 53). Aprofundando estes significados, Bourdieu (2007a, p. 237) expõe que as disputas no seio da classe dominante, tomam, não poucas vezes, contornos de lutas simbólicas. Para ele, o lugar por excelência das lutas simbólicas é a classe dominante. Segundo o autor:

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das tomadas das posições sociais. [...]

As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe” (BOURDIEU, 2007b, p. 11)

Consideramos que a luta de classes também se faz por meio de lutas simbólicas, as quais – entendemos – não podem ser vistas como menos ou mais importantes que os embates mais diretos, econômicos e políticos, pois todos se apóiam e formam uma unidade na qual a sua fragmentação analítica (sem perder de vista a relação entre elas) é apenas por necessidade do saber científico.

1.2 Um capitalismo “ético e verde” – responsabilidade social e sustentabilidade

Vivemos num contexto histórico-social que tem incorporado para o debate empresarial e para a sociedade em geral um enfoque em torno da questão da sustentabilidade e da responsabilidade social. A questão da utilização dos bens naturais e o efeito provocado pela lógica do desenvolvimento ou crescimento econômico estiveram por muito inexistentes. Seus impactos sociais e ambientais marginalizados. Mas o fato é que a racionalidade capitalista e seus mecanismos de operação foram implacáveis ao longo de sua história e provocou enormes mudanças em todo meio biofísico, muitas delas drásticas sob o ponto de vista da qualidade de vida humana e da diversidade da fauna e da flora.

Como produto e reação a estes efeitos, estes debates surgem como fruto de tensões sociais com a participação de diversos atores conformando novos paradigmas sociais ao qual o capital e seus operadores, empresários em geral, passam a ter que se apropriar e promover.

Os debates que envolvem a construção do conceito de responsabilidade social foram acompanhando os próprios momentos em que a sociedade atravessou, desde os seus modelos de produção capitalista, tal como o ideário social construído na sociedade. Neste último ponto, assim como se sucedeu a respeito de debates de sustentabilidade, movimentos de contestação em toda a sua variedade de práticas e propostas contribuíram para influenciar e ajustar necessárias definições e ações a serem defendidas pelos agentes do mercado.

Hoje, termos como responsabilidade social, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável aparecem como associados e muitas vezes são tomados como sinônimos. Embora sejam termos que se confundem e se misturam, pode-se perceber através dos debates proferidos no próprio meio empresarial e corporativo que a sustentabilidade socioambiental se compõe num modelo de produção definido atualmente como “desenvolvimento sustentável” e na responsabilidade social como um modelo de gestão.

1.2.1 Sustentabilidade em pauta: trajetória e disputas em torno de um problema

Como visto no início do capítulo, com o apoio da explanação de John Foster, do questionamento de uma visão de mundo antropocêntrica saíram teorias ecocêntricas. Da negação do papel do homem em “dominar a natureza”, põe-se a “adoração da natureza” quase que de maneira religiosa. Este cenário deu a base histórica para elaborações teóricas que chegavam a questionar a própria civilização, como as teorias primitivistas.

Retomamos o ponto, uma vez que isso não só cria um falso dilema de dualidade entre homem e natureza. A questão toma contornos políticos e ideológicos. Na medida em que parte destas críticas rejeita heranças do pensamento moderno, elas tendiam em cair em um antirracionalismo que por tabela atribuía a indústria, a ciência e a tecnologia em si, independente da forma em que estas são organizadas e produzidas, como as grandes responsáveis pela destruição do planeta.

Por esta razão, Bookchin considerava que a humanidade “tem sido difamada pelos próprios seres humanos”, uma vez que “testemunhamos o alastrar do assalto contra as capacidades da razão, da ciência e da tecnologia” e onde a civilização “é cada vez mais vista como uma praga” (2010, p.104).

A questão tem contornos políticos e ideológicos, pois parte significativa da crítica aos efeitos do desenvolvimento econômico, gerados sob os padrões capitalistas, toma formas que mascaram, por bem ou por mal, os verdadeiros culpados.

Eufemismos como 'sociedade tecnológica' ou 'sociedade industrial', termos muito difundidos na literatura ecológica contemporânea, tendem a mascarar com expressões metafóricas a brutal realidade de uma economia baseada na competição e não nas necessidades dos seres humanos e da vida não-humana. Assim, a tecnologia e a indústria são representadas como os protagonistas perversos deste drama, em vez do mercado e da ilimitada acumulação de capital, sistema de 'crescimento' que por fim devorará toda a biosfera se para tanto se lhe consentir sobrevivência suficiente. (BOOKCHIN, 2010, p.21-22).

Tais posicionamentos não só deslocam a crítica para o ponto que não é o central, como também, em decorrência, cria-se uma “mítica espécie humana no lugar das classes”, onde os “indivíduos substituem as hierarquias” e “os gostos e valores pessoais” ficam nos lugares das relações sociais (Id., 2010, p. 107). Phillippi Layrargues, autor de *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*, coloca que o debate ambiental surgiu como algo livre de qualquer carga ideológica que pudesse causar divisões, encobrendo intenções e camuflando ações.

A questão ambiental é, antes de tudo uma questão ideológica. Ao contrário das ideologias capitalista e socialista, a disputa agora ocorre sem levantar a menor suspeita, envolta por uma densa nebulosa que encobre os fatos, absolutamente desideologizada, camuflando as transformações ocorridas. (LAYRARGUES, 1998, p. 17)

Esses elementos permitem explicar melhor o porquê de boa parte dos movimentos ambientalistas e do “pensamento verde”, que se manifestava muitas vezes na radical oposição entre desenvolvimento *versus* meio-ambiente tenham sido, com o passar no tempo, cooptados para os próprios projetos do capitalismo ou adequados suas propostas a realidade posta, eliminando, assim, os próprios termos da oposição citada.

Moreira (2007, 198-199) destaca que localiza as lutas ambientalistas no campo da luta de classes, todavia, argumenta que os debates tenderam a não trazer nada além do que a conformação da questão ecológica a ordenação econômica reinante, transformando-se num “capitalismo verde”.

O autor reconhece os tensionamentos criados nas ordenações político-econômicas, tanto no Estado quanto no mercado, a partir das lutas ambientais e dos debates intelectuais. Isso ocorre na medida em que têm incidência quanto ao uso da propriedade privada, sobretudo, em relação à da terra e a natureza em geral. Porém, para o autor, ao se materializar em regulações ambientais, se mostram plenamente viáveis dentro dos fundamentos da ordem estabelecida (MOREIRA, 2007).

Contudo, para o objetivo do nosso trabalho, interessam mais aqueles debates que surgem dentro dos próprios operadores do capitalismo, em seus organismos de articulação global ou entre os que possuem acesso enquanto intelectuais. Serão especialmente a partir destes interlocutores que o debate de sustentabilidade ganhará suas formas hegemônicas, em termos de conceituação e orientação para uma nova prática capitalista ou empresarial a ser incorporada em suas premissas.

Assim, será também por volta do mesmo período que a temática em questão toma corpo nos espaços mais institucionais da sociedade, circulando entre as estruturas de poder (ONU, por exemplo) como um debate que se tornara cada vez mais sensível à sociedade e de importância internacional. Neste meio a pauta esteve principalmente em um debate de reorganização no uso de tecnologias e no enfraquecimento de um ideário de desenvolvimento econômico onde os recursos naturais eram tratados como fonte inesgotável.

Um dos fatos que marcam um referencial no debate quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, iniciando a ser incorporados na própria “ordem mundial”, é o documento do chamado “Clube de Roma” intitulado de *Limites do Crescimento* de 1972. Documento que viria a ser apresentado, no mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (ECO 72). Neste documento, tem-se um relatório que projeta “o esgotamento dos recursos naturais na Terra” (*apud* PELLEGRINI, 2008, p. 10). Ainda voltaremos a este ponto.

Pellegrini menciona grandes acidentes industriais, com elevado impacto ecológico e social, ocorrido nas décadas de 1970/80, tais como o de Tchernobyl na antiga URSS e de navios petroleiros como o da Exxon Valdez no Alasca (EUA), como pano de fundo para reforçar a importância que o debate adquiriria. Agregamos que a própria crise do petróleo pôs também em questão o esgotamento de recursos, no caso um dos mais fundamentais produtos da economia e padrão de matriz energética mundial.

Apontado os “limites do crescimento”, revelando a iminência de limites ecológicos, o antagonismo que anteriormente existia entre o desenvolvimento ou crescimento econômico com o meio-ambiente começava a ter que ser diluído. Começavam a ser forjadas concepções as quais a questão ambiental ganha novo *status*.

A questão ecológica passa a ganhar maior frequência nas mesas de debates de governantes, empresários, instituições e organismos relacionados a estes, primeiramente entre as principais economias capitalistas, notadamente nos países europeus. No Brasil, segundo Layrargues (1998), essa dicotomia (desenvolvimento *versus* meio-ambiente) só será resolvida nos anos de 1990. Antes disso, para o setor empresarial brasileiro as questões ambientais eram vistas como “risco”, ainda não como “oportunidades” (Id., 1998, p. 25). Medidas de controle ambiental “acarretaria na redução da competitividade da empresa diante do mercado” (Id., *Ibid.*, p. 26).

Dentro desse contexto as reflexões se concentram quanto ao *tipo* de desenvolvimento a ser preconizado na sociedade. Para dar consistência ao debate são construídas elaborações teóricas a respeito e o primeiro conceito a dar corpo ao debate foi o de *ecodesenvolvimento*.

Moreira (2007, p.154) coloca que o conceito de *ecodesenvolvimento* deve ter os créditos de Ignacy Sachs, com o mérito de trazer para o debate de sustentabilidade o enfoque das desigualdades sociais, incorporando assim três dimensões: econômica, sócio-política e biofísica. Tais dimensões impõem uma “clivagem entre interesses nacionais e globais” (Id., 2007, p.156), revelando as disputas políticas inerentes neste debate.

De acordo com o próprio Sachs (2007, p. 77-78), não há oposição entre crescimento econômico e qualidade de vida social e ambiental. Escrevia ele em 1986: “Não é propriamente o crescimento que se deve questionar, mas o seu caráter selvagem”. A solução estaria em “harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição das modalidades do crescimento e da utilização dos recursos” (p. 97).

Sachs (2007, p.98-99) defendia a construção de uma “racionalidade social ampliada”, a qual carregava os princípios de: a) crescimento sustentável – apelava para a ampliação de

visão e solidariedade às próximas gerações por parte dos centros de poder e planejamento; b) preservação de opções para o futuro – possibilitadas minimizando os impactos irreversíveis, com maior atenção para as estratégias de uso dos solos; c) preservação propriamente do meio ambiente – incluso aqui mudanças nas modalidades de gestão e avaliação das tecnologias a serem usadas. Posteriormente, Sachs (2007, p. 181-3) expõe que o ecodesenvolvimento deve ter em consideração cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

De acordo com Vieira (2007), esse debate ganha o mundo a partir da já mencionada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano, realizada em junho de 1972 na cidade de Estocolmo. Segundo o autor, este espaço foi

[...] o marco zero de uma profunda transformação na maneira de pensar a dinâmica da civilização industrial-tecnológica e os mecanismos capazes de viabilizar um cenário de governança internacional autêntica. A Conferência teria também aguçado a percepção dos pesquisadores vinculados ao campo das ciências humanas e sociais acerca da complexidade envolvida nas inter-relações entre sistemas socioculturais e os sistemas ecológicos, favorecendo uma oportuna reavaliação dos conceitos tradicionais de tempo e espaço na esfera do planejamento. (2007, p. 18)

A partir desta análise, podemos constatar que havia sido posto em debate o próprio padrão civilizacional vigente. Da consequência desta reflexão, surgiam perspectivas e aprofundamentos aos quais não cabiam modelos de desenvolvimento que não tomavam como referencial a própria população local, valorizando suas potencialidades que outrora foram marginalizadas (inclusive o conhecimento local e tradicional). Da mesma forma estaria a inserção dos bens naturais disponíveis e que por vezes ficavam subutilizados. Questões que estão no centro das considerações de Ignacy Sachs.

Nas finalidades, portanto, o ecodesenvolvimento lançava uma crítica a “ideologia economicista” e, no que se refere a estratégias de planejamento, marca um rompimento com uma visão tecnocrático-autoritário quanto a participação da sociedade civil (VIEIRA, 2007, p. 12). O intento, então, era também fazer com que uma racionalidade social e ecologicamente responsável fosse absorvida aos planejamentos de desenvolvimento dos chamados países do Norte e do Sul.

A mudança sugerida tocava em interesses econômicos e políticos. Ao direcionar seu olhar para as disparidades sociais e de acesso a conhecimento e tecnologias entre as chamadas regiões Norte e Sul do globo, a proposta dividia opiniões em razão do jogo de interesses e aguçava a disputa. O ecodesenvolvimento reclamava práticas que reorganizasse padrões de

vida em escala global com ações de “redução máxima dos níveis de consumo supérfluo e de desperdício de recursos essenciais por parte das minorias ricas, bem como a cobertura universal das necessidades fundamentais da maioria pobre e socialmente excluída da humanidade” (VIEIRA, 2007, p.16).

É consenso entre Layrargues (1998), Vieira (2007) e Moreira (2007) que a proposta de ecodesenvolvimento não teve o resultado esperado, uma vez que a resistência as suas propostas abriu espaço para que uma nova formulação viesse à tona e que melhor representasse os interesses de determinado padrão capitalista de acumulação.

Após exatos vinte anos de debates entre a Conferência de Estocolmo, ao qual pouco se transformou em ações concretas, foi organizada em 1992 a Cúpula da Terra (Rio 92 ou ECO 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro. Nela, criou-se uma expectativa de realizações mais contundentes a partir da elaboração no encontro de um documento contendo orientações para um novo modelo de cooperação e articulação de programas e políticas em escala internacional. Esse documento levou o nome de *Agenda 21*.

Todavia, Paulo Vieira revela uma frustração com as conseqüências desse encontro, uma vez que as orientações da Agenda 21 não vingam em razão de uma resistência conservadora.

[...] acabamos subestimando uma vez mais o conservadorismo das elites políticas, os efeitos esmagadores da expansão planetária da ideologia neoliberal, a intransigência dos países industrializados no cumprimento dos acordos firmados, [...] a fragmentação institucional e a descontinuidade na implementação de políticas e programas governamentais em nosso País [...] e, finalmente, o *timing* geralmente lento das mudanças de percepção, atitudes e padrões de consumo. (2007, p. 21)

Os debates da ECO 92 se originam, na verdade, com os encaminhamentos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMDN) que em 1987 constrói o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Este foi exposto em documento chamado com o sugestivo nome de *Nosso Futuro Comum*, mas também ficou conhecido como relatório Brundtlan¹⁴ (nome que utilizaremos).

Neste relatório é construída “a noção de que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem arriscar que as futuras gerações possam satisfazer as suas necessidades” (MOREIRA, 2007, p.154). A ECO 92 vai ratificar o

¹⁴ O nome é referência a Gro Harlem Brundtland, então presidente da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente, criada em 1983 em Assembléia da ONU.

conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland que logo assume o posto de “matriz discursiva dominante globalmente hegemônica” (Id., Ibid., p. 173). O conceito anteriormente trabalhado, o de ecodesenvolvimento, é derrotado.

No entanto, cabe destacar que tal conceito e propostas vinculadas ao ecodesenvolvimento não significavam uma mudança no tocante as relações de classes. Vejamos que, segundo Paulo Vieira (2007, p.12), o ecodesenvolvimento tinha como objetivo a “construção negociada e contratual de novos projetos de sociedade e novos padrões civilizatórios”. A “construção negociada e contratual” sugere, portanto, uma cooperação, nos marcos da ordem – por isso é negociada – entre os diversos agentes sociais, independentes de sua posição social. Daí eram postuladas críticas aos “abusos” do mercado e a busca por equidade social no plano das nações que seria promovida pela cooperação entre as partes.

A luta de classes é secundarizada no debate, substituída em seus melhores lampejos em uma abstrata divisão de interesses entre Norte e Sul. Abstrato, não porque estes interesses e suas oposições não fossem reais, mas sim porque se conformavam dentro de uma mesma ordem econômica. Basta dizer que a ênfase na cooperação entre nações obscurecia a luta de classes no próprio interior das nações ricas e pobres, tal como a inerente relação de subordinação entre os capitais de nações pobres em relação ao das ricas. Parafraseando Bookchin (2010, 19), o ecodesenvolvimento perseguia atingir somente os sintomas e não as causas.

Após a ECO 92, a ONU forma uma comissão de empresários “com a responsabilidade de formular uma perspectiva global sobre o desenvolvimento sustentável do ponto de vista dos empresários” (PELLEGRINI, 2008, p. 11). O resultado é a formação do BCSD (Business Council for Sustainable Development) afirmando em relatório, ainda segundo Pellegrini, que “o controle socioambiental é estratégico e deve ser visto como vantagem competitiva” (2008, p. 11).

Percebe-se como o debate da sustentabilidade e a preocupação socioambiental entram em pauta de forma enviesada e sem fugir da automação do mercado e das condições de reprodução capitalista. O debate subordina-se aos interesses do capital, visto que pela própria formulação do duplo movimento¹⁵ de Polanyi (2000) trata-se ao fim em “proteger” a própria organização da produção capitalista das pressões da sociedade.

¹⁵ Polanyi observou no quadro de análise que chamou de “duplo movimento” (liberalismo *versus* proteção social) que “não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado auto-regulável, mas também a própria organização da produção capitalista” (2000, p. 163).

Layrargues (1998, p. 153) considera que o desenvolvimento sustentável é um “projeto ecológico neoliberal” e que foi a realização de uma “apropriação ideológica” por parte das classes dominantes. Concluímos com sua argumentação:

Como a ideologia do desenvolvimento sustentável está situada dentro dos limites da economia de mercado, a proposta de solução da crise ecológica, se dá perante a expansão do próprio sistema e assim consagra-se o mercado e o capital, num evidente reducionismo econômico, idêntico ao modelo de desenvolvimento convencional, com os princípios organizativos básicos da sociedade. Conclui então que o termo sustentável está mais para a sustentabilidade do mercado, mantendo o abastecimento de matérias-primas para a produção e consumo, do que dos povos e da natureza.” (1998, p.154)

1.2.2 A gestão das “boas práticas”

A empresa capitalista desenvolve suas atividades em razão de seus custos e benefícios. Nessa conta, os benefícios são precisamente os lucros (ou a avaliação de conquista deles). Na lista dos custos está toda a operação que abrange na indústria, em grosso modo, desde seus processos de produção aos de sua comercialização. Esses processos com o avanço do capitalismo foram ficando cada vez mais complexos envolvendo uma infinidade de agentes atravessados e fornecedores, tornando as empresas e a economia como um todo cada vez mais dependente umas das outras.

Na avaliação dos custos conta o gasto com o pagamento de trabalhadores, gestores e todos envolvidos no processo, tal como também os gastos na compra ou fabricação de máquinas e instrumentos necessários, além da sua necessária manutenção. Esta também se refere a todo o conjunto de infra-estrutura da empresa que garante seu regular funcionamento.

Além disso, se tratarmos de um empreendimento que lide diretamente com uma matéria-prima, sua relação com o meio natural também tem contabilizado o dispêndio econômico a ser realizado na atividade. A racionalidade empresarial tende, então, a transformar tudo em mercadorias na medida em que possuem um custo e que este atua na definição de sua margem de lucro.

Considerando o desenvolvimento sustentável nos parâmetros de definição e motivações do relatório Brundtland, é importante observar de que maneira este projeto de desenvolvimento passou a ser incorporado às ações empresariais.

Com as pressões sociais e ambientais e as mudanças ocorridas no padrão de acumulação do capital, houve um efeito de ênfase na maior profissionalização das gestões, maior qualidade da produção e da adoção de “boas práticas” com vistas ao desenvolvimento

sustentável.

Nestes termos, se o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade são considerados uma visão de mundo, a responsabilidade social empresarial é tida como o modelo de gestão adequada para a consecução destes objetivos. Embora a linha de tempo da discussão sobre responsabilidade social empresarial (RSE) tenha origens anteriores ao de desenvolvimento sustentável¹⁶, elas se cruzam e se completam ao longo dos anos.

Segundo Corrêa e Medeiros (s.d.) a chamada responsabilidade social nas empresas tem em seu nascimento “uma relação com a religião e a fé, um apelo a moral do homem”. Isto se deve a origem do seu termo, surgindo em meio a instâncias de caráter religioso como o Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América (EUA), em 1949, na qual lançava estudos e discussões a respeito da “ética e da vida econômica cristã”. Neste contexto, cabe a Howard Bowen, um dos provedores destes debates, a primeira referência ao conceito de responsabilidade social professado em publicação de 1953. A responsabilidade social é definida por Bowen *apud* Corrêa e Medeiros (s.d.) como as “obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores da nossa sociedade”.

No Brasil, a origem da disseminação de debates a respeito do papel e das obrigações sociais das empresas também surge misturada a orientações religiosas, destacando-se a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil. Naquele momento, dominava uma visão marcadamente filantrópica a respeito das ações sociais a serem desenvolvidas pelas empresas (NOVAES, 2009).

Não obstante, as ações de caridade e filantropia no meio empresarial datam desde o século XIX. Karkotli e Aragão (2008, p. 59-60), cita o exemplo do fundador de uma corporação francesa que estabelecia como princípios a caridade e a custódia. Além disso, definia que os ricos deveriam ajudar os pobres e que as grandes empresas tinham como objetivo o zelo e a promoção da riqueza da sociedade.

No debate mais contemporâneo, a responsabilidade social, ao estar cada vez mais presente e sendo incorporada ao “mundo dos negócios” em “tempos de sustentabilidade”, tomou caracteres mais definidos. A ação se estrutura e se incorpora a vida da empresa, sendo não mais tratada como simples caridade e atividade filantrópica. Melo Neto & Froes (2001)¹⁷

¹⁶ Isso encontra explicação pelo fato de lutas sociais, como as de relações de trabalho, são temporalmente anteriores ao avanço de lutas com foco na temática ecológica/ambiental.

¹⁷ *apud* Corrêa & Medeiros (s.d.)

compreende que a filantropia é uma atitude individualizada, enquanto que a responsabilidade social trata-se de uma atitude coletiva, uma vez que envolve toda a cadeia de relações da empresa e gerando um consenso que beneficie a todos. Desta feita, a responsabilidade social não seria *na* ou *da* empresa, uma vez que esta ação compreende tanto o seu espaço interno (na empresa) como também o seu entorno (da empresa).

Análises no âmbito empresarial têm destacado o deslocamento da “função social” das empresas que devem atender tanto o seu “público interno” quanto o seu “público externo” (ALIANÇA COPOAVE, 2010). O novo quadro histórico fez a administração empresarial incorporar, internalizar em suas ações, dimensões sociais, éticas e ambientais (KARKLOTI & ARAÇÃO, 2008, p.14). Seriam estratégias orientadas por paradigmas qualitativos. Ética seria a empresa que cumpre com as expectativas do público envolvido ou interessado em sua atividade. Na linguagem empresarial, esta “parte interessada” são chamados de *stakeholders*.

Segundo Karkotli e Aragão (2008, p. 19-20) *stakeholders* são “grupos ou elementos que de alguma forma investem seu ‘empenho’ na organização, caracterizando o ambiente empresarial”. Eles podem ser internos (dirigentes, trabalhadores, acionistas, investidores, etc) por ter relação direta e operacional com as atividades empresariais ou podem ser externos (mídia, instituições financeiras, consumidores, fornecedores, sindicatos, etc) que “não interagem no funcionamento da organização, mas que pode influenciar nas decisões tomadas por seus administradores”.

Com essas considerações, Karkotli e Aragão (2008, p. 23) destacam que as empresas passaram a ter de maneira mais evidenciada um papel sócio-político que dilata uma atuação, antes marcadamente econômica, para incorporar uma responsabilidade com o próprio desenvolvimento do seu entorno. Nas palavras dos autores:

Antes bastava-lhe ter tão-somente como objetivos o aumento da produtividade e a maximização dos lucros. Atualmente sua realidade engloba, além de interesses proprietários, dirigentes e trabalhadores, ações que correspondam às responsabilidades de que está investida, dentre as quais: a qualidade intrínseca de seus produtos e as conseqüências de sua utilização; o padrão dos serviços prestados; proteção e preservação do meio ambiente, bem como os efeitos diretos de sua atividade sobre o bem-estar da comunidade.

Por sua vez, Mariana Pfeifer (2006, p. 104) nos apresenta um quadro conjuntural mais completo a respeito da localização da Responsabilidade Social no atual quadro de desenvolvimento capitalista.

O contexto conjuntural sobreposto a estrutura capitalista leva a classe empresarial a buscar medidas para responder as necessidades impostas pelas novas bases de competitividade, fruto da abertura da economia que coloca diversos setores da indústria diante da competição nos planos nacional e internacional. Deste modo, aceita-se como fator explicativo que, a Responsabilidade Social se afirma lado a lado com os sistemas de qualidade, o desenvolvimento tecnológico, entre outros, ou seja, se introduz no conjunto de medidas que reorganizam e reorientam as estratégias gerenciais para enfrentar a competitividade atual, nomeadamente, como uma tática que possibilita agregar valor as empresas e seus produtos.

Lins e Saavedra (2007, p. 5) em estudo sobre sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro brasileiro reforçam a “incorporação de aspectos sociais e ambientais na definição da estratégia, na operação do negócio e nas interações com stakeholders”. No estudo os autores trabalham com o conceito de *triple bottom line* (TBL), o tripé da sustentabilidade desenvolvido por John Elkington. O uso deste tripé tem sido recorrente nas discussões sobre responsabilidade social e sustentabilidade, e implica na avaliação da atuação empresarial no âmbito econômico, social e ambiental. A base da formulação é: “uma visão de negócios onde o desempenho socioambiental caminha lado a lado ao desenvolvimento econômico” (Id., Ibid., p. 6).

Modelos e parâmetros para o desenvolvimento de gestões “socialmente responsáveis” e “ambientalmente equilibradas” são promovidos no meio empresarial por institutos, tais como a Global Reporting Initiative (GRI), de destaque internacional, e o brasileiro Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Estas instituições fornecem suporte para a elaboração de relatórios que permitam as empresas avaliarem seu desempenho em variadas esferas, tal como econômica, social e ambiental.

O GRI explicita sua adesão ao desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland e se dispõe a oferecer os elementos necessários para práticas condizentes com este modelo de desenvolvimento. Balizada pelo conceito de *triple bottom line*, avalia o desempenho econômico, ambiental e social, englobando temas como práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e a qualidade do produto e serviço ofertado (GRI, 2006).

No documento intitulado *Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade* a instituição propõe “compartilhar globalmente uma estrutura de conceitos, uma linguagem coerente e uma métrica” (GRI, 2006). O objetivo é possibilitar a maior transparência das ações realizadas. Esta transparência tem-se tornado um imperativo da relação com os chamados *stakeholders* e um dos principais instrumentos para o seu exercício é a divulgação do Balanço Social anual.

Segundo Karkotli e Aragão (2008, p. 126), o balanço social “é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem como objetivo demonstrar a um número maior de usuários o desempenho econômico e financeiro da empresa e sua atuação em benefício da sociedade”. Suas raízes históricas datam de uma lei estabelecida na França em 1977, obrigando a elaboração de um balanço social para empresas que mantinham mais de 300 trabalhadores. Todavia, este balanço ainda não tinha a amplitude de questões que os modelos atuais, como o do GRI. Naquele momento, o balanço social centrava-se em temas relacionados exclusivamente a questões trabalhistas.

Os balanços sociais contemplam tanto dados quantitativos quanto qualitativos. Sobre estes, diz Karkotli e Aragão (2008, p. 131-2):

Nos modelos de conteúdo qualitativo percebe-se uma preocupação das corporações em evidenciar ao público interessado os valores, a missão, as estratégias e as prioridades sobre o que consideram a sua responsabilidade social, seguindo-se de descrições sobre: a) programas de melhoria de qualidade de vida dos colaboradores e sua família, quanto a programas internos de alimentação, saúde, segurança no trabalho; b) investimentos para desenvolvimento dos recursos humanos; c) programas de desenvolvimento comunitário e regional; d) patrocínio a projetos culturais e sociais; e) programa de voluntariado e campanhas sociais; f) projetos de preservação ambiental, entre outros.

Uns dos modelos de Balanço Social entre os mais usados no Brasil é o oferecido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Segundo Novaes (2009, p. 57), “o Ibase foi o pioneiro na discussão de relatórios corporativos com enfoque social no Brasil”. Seu modelo iniciou a ser discutido e propagando em meados de 1997.

Os objetivos deste instituto são: 1. Contribuir para uma cultura democrática de direitos; 2. Fortalecer o tecido associativo na sociedade civil; 3. Ampliar capacidade de incidência em políticas públicas. Ainda de acordo com Novaes (2008, p. 58) desde 1998 o instituto oferece o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho” para aquelas empresas que cumprem os critérios estabelecidos, visando a transparência nos dados, a visibilidade das informações e a participação dos “interessados”.

Outra instituição de renome neste campo é o já citado Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A fundação do Instituto Ethos deu-se em 1998 a partir de iniciativa de executivos e empresários. Segundo definição própria: “sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável”¹⁸. Desta feita, a

¹⁸ Cf. <www.ethos.org.br>

responsabilidade social empresarial (RSE) é compreendida como um modelo, uma prática de gestão.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.¹⁹

O Instituto Ethos (2010) apresenta uma série de indicadores com intuito de auxiliar as empresas a “incorporarem em sua gestão os conceitos e compromissos que assumem em favor do desenvolvimento sustentável”. Suas orientações agregam requisitos das normas ISO e de diretrizes e linguagem da GRI. Entre os requisitos que possuem padrão ISO, citamos a norma Social AccountAbility 8000 (SA8000). Esta norma versa sobre as condições de trabalho, incluso o combate ao trabalho infantil.

São sete indicadores avaliados pela metodologia do Ethos: 1. Valores, transparência e governança; 2. Público interno; 3. Meio Ambiente; 4. Fornecedores; 5. Consumidores e clientes; 6. Comunidade; 7. Governo e sociedade. Com a avaliação dos indicadores são registrados a “profundidade” de determinadas práticas na gestão e ação da empresa. São quatro estágios, sendo o primeiro um “estágio reativo” e o último um “estágio proativo”.

Esta classificação em reativo e proativo diz respeito ao grau das ações da empresa e a sua relação com as exigências legais e as pressões de mercado. O estágio 1 representa que a empresa possui atitude meramente reativa face as exigências jurídicas. Os estágios 2 e 3 são intermediários, onde no estágio 2 são apresentados indícios para avanços nas práticas empresarias que vão além de uma postura defensiva frente a leis trabalhistas, ambientais e demais exigências jurídicas.

No estágio 3 já são reconhecidos os “benefícios de ir além da conformidade legal” com práticas de responsabilidade social com preceitos de desenvolvimento sustentável tidos pela empresa como “estratégicos para o negócio”. O último estágio é quando a postura da empresa é considerada como proativa. Isto significa dizer que a empresa atinge um “padrão de excelência em suas práticas” passando também a influenciar políticas públicas de “interesse da sociedade”. Chamamos a atenção que o que antecede o estágio mais avançado, o qual contribuiria na conformação de políticas públicas, é um estágio em que as práticas de responsabilidade social já tem caráter estratégico para os fins dos negócios da empresa.

¹⁹ Cf. <www.ethos.org.br>

As adesões aos padrões de avaliação de desempenho empresarial dos referidos institutos são abertamente considerados como um “diferencial competitivo”, tal como a tendência apontada a partir das décadas de 1970 com os primeiros ensaios a respeito da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

No início de 2011 o Instituto Ethos publicou a *Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável*. Esta plataforma compreende que “as boas práticas precisam ser transformadas em regras e consolidadas como padrão geral por meio das regulamentações públicas e/ou autoregulação de mercado”. Para isto defende a “articulação dos mecanismos atualmente existentes na sociedade de reconhecimento e premiação das ações voluntárias das empresas e de implantação de políticas de sustentabilidade com políticas públicas adequadas” (INSTITUTO ETHOS, 2011, p. 6).

O documento se apresenta como a referência básica para o desenvolvimento de suas ações apresentando também um conjunto de ideais pautados na colaboração entre sociedade civil, empresas e Estado. Com esta orientação o Instituto Ethos acredita contribuir para “criar uma economia inclusiva, verde e responsável”. A economia seria verde pela “relação amigável” entre os processos produtivos e o meio natural, inclusiva por garantir direitos com objetivo de “construir ambientes sociais saudáveis” para a atividade produtiva. Também seria responsável com o “desenvolvimento de valores éticos” e pela “cultura da transparência”.

O Ethos compõe também a Aliança Copoava juntamente com outras organizações²⁰. A Aliança Copoava publicou em 2010 o documento *Responsabilidade Social: por que o guarda chuva ficou pequeno?* trazendo debates a partir de vários encontros com esta temática, envolvendo “lideranças da sociedade civil”.

A resposta a pergunta do documento seria o reflexo de um contexto histórico globalizado, no qual cabe a empresa uma “nova função social” que estaria além de suas ocupações econômico-financeiras ou mesmo de “investimento social privado” sem maiores impactos no conjunto da sociedade. Para conseguir este impacto, a RSE deveria ter como analogia “círculos concêntricos formados na água quando uma pedra cai, onde a pedra é a operação da empresa e os círculos, a sequência de impactos gerados a partir daí, num novo modelo, que amplifica a visão da RSE” (ALIANÇA COPOAVA, 2010, p. 34).

Para lograr com tais objetivos, a Aliança Copoava também sugere a maior cooperação

²⁰ Além do Instituto Ethos, compõe a Aliança Copoava: a) Ashoka, organização de atuação mundial; b) a fundação Avina, criada por empresário suíço e com foco de atuação na América Latina; c) GIFE, uma associação da América do Sul pioneira na reunião de empresas com “investimento social privado”. Cf. Aliança Copoava (2010).

entre sociedade civil, empresas e Estado. Para a Aliança Copoava todos são igualmente responsáveis, sem “anjos e demônios”.

Há um espectro de visões que vai desde a militância incondicional contra o capitalismo e as empresas até o desejo de aproximação e a comunhão de valores com o setor privado. Certo ou errado? Nenhuma das anteriores [...] A conclusão a que se chega é que somos todos iguais, todos anjos e demônios sob um mesmo teto e, em vez de buscar culpados, é tempo de investirmos na construção de alianças para o futuro, com vistas à sustentabilidade. (2010, p. 19-20)

Nestas análises percebemos que a gestão das “boas práticas” funciona como mecanismos de formação de consensos, alinhando trabalhadores e a comunidade no entorno aos interesses empresariais. A produção de consenso é mais que uma preocupação permanente nas práticas de responsabilidade social. Ela seria o próprio fundamento garantindo as realizações das operações econômico-financeiras em ambiente estável. Este objetivo, no entanto, só pode ser conquistado com o envolvimento dos distintos agentes sociais nas práticas e ações da empresa de modo a difundir e internalizar visões de mundo. Essa geração de consenso também pode-se manifestar no sentido de atribuir as atividades econômicas preceitos de sustentabilidade e desenvolvimento social.

Por isso, reconhece Gavard (2010) que as “formas de engajamento entre as partes interessadas” têm uma finalidade de gerar confiança e aliviar tensões, “diminuindo a instabilidade e os riscos inerentes a suas atividades e ao ambiente de negócios”. Desta feita, este engajamento em práticas e projetos socioambientais cumpre com as necessidades de mercado e lucro das empresas, não com preocupações “sustentáveis”.

Atualmente, no mercado mundial, se houve queda de muitas barreiras tarifárias em razão de maior liberalização da economia, por outro há o surgimento de “barreiras não-tarifárias”. Segundo Ana Oliveira estas barreiras estariam expressas na “existência dos selos verdes, de rótulos ambientais e de certificados que comprovem a qualidade do produto e garanta que ele tem origem numa produção o menos impactante possível” (2003, p. 142). A busca por “qualidade total” diversificou-se em um sem números de certificações no âmbito das relações não só trabalhistas e em referência as mercadorias, abrangendo um espaço social que extrapola os limites da produção propriamente, ao incidir sobre questões ambientais e sociais em geral.

Para enfrentar as barreiras não-tarifárias e demonstrar qualidade e excelência, as empresas buscam garantir selos das normas ISO, que são bem difundidas em suas séries ISO

9000 e ISO 14000. A primeira referente a normas de produção em respeito aos impactos sociais e trabalhistas e a segunda as questões ambientais.

Deve-se ter em consideração também que foi a partir do modelo toyotista de produção, centrado na “qualidade total”, que se desenvolveram tais certificados de qualidade, tanto no âmbito da avaliação das relações de trabalho, quanto também na produção de mercadorias. A exigência e a busca pela “qualidade total” é também estratégia para o maior envolvimento de trabalhadores, capturando sua subjetividade para os fins da produção capitalista. Este envolvimento tem em seus objetivos amortizar os conflitos da relação capital-trabalho e gerar consensos, eliminando, na aparência, os antagonismos. Formas de premiações são uma das estratégias utilizadas para melhor enquadrar o trabalhador aos objetivos de metas e produção das empresas.

A conhecida assertiva de Milton Friedman (economista da escola de Chicago e um dos “teóricos” do neoliberalismo) de que a obrigação social da empresa é ser lucrativa continua viva e está presente na fala da gerente de Responsabilidade Social Corporativa da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA):

Investimentos em responsabilidade socioambiental tornam as empresas aptas a competir no mercado globalizado. A sustentabilidade é a abordagem fundamental para que as mesmas protejam e cultivem os recursos indispensáveis ao sucesso. O lucro é a primeira obrigação social de qualquer organização produtiva. Sem lucro não há empregos, não há produção, nem fornecedores, nem impostos.²¹

A que pese vários eufemismos lançados como economia de baixo carbono, economia verde, etc, todos com finalidade explícita de estabelecer distinção em relação a padrões produtivos destrutivos, a guinada e incorporação de práticas de sustentabilidade como vantagem competitiva revela que o interesse pelo lucro e as imposições da dinâmica do mercado capitalista são os que dão a palavra final.

Além de produzir idéias e práticas, importando uma visão de mundo a sociedade, torna-se para as empresas fator rentável e seu cumprimento adicionais importantes para a sobrevivência no mercado, visto que podem agregar valor (de troca). Nessa linha de raciocínio, entende-se que a incorporação de discursos e de “boas práticas” são formas de contornar ou mesmo encobrir, os efeitos deletérios da própria produção capitalista.

Para Murray Bookchin (2010, p. 20):

²¹ Dantas (2009, p. 18).

[...] é necessário nos darmos conta de que as forças que conduzem a sociedade para a destruição planetária têm suas raízes na economia mercantil do 'crescer ou morrer', em um modo de produção que tem de expandir-se como sistema competitivo. O que está em causa não é uma simples questão de 'moralidade', de 'psicologia' ou de 'cobiça'. Neste mundo competitivo onde cada um se acha reduzido a ser comprador ou vendedor e em que cada empresa deve expandir-se para sobreviver, o crescimento [i]limitado é inevitável. Adquiriu a inexorabilidade de uma lei física, funcionando independente de intenções individuais, de propensões psicológicas ou de considerações éticas. (BOOKCHIN, 2010, p.20)

CAPÍTULO 2 – AS RÁPIDAS E RECENTES MUDANÇAS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO BRASIL

Nossa proposta no presente capítulo é traçar um quadro das principais mudanças que a agroindústria canavieira sofreu tendo como corte temporal, para chegar até o momento atual, o período de transformação técnica da agricultura desencadeado nos anos de 1960-70, compreendendo também o período do Proálcool.

O Proálcool foi considerado o auge da intervenção do Estado na agroindústria canavieira e, assim como a transformação técnica que redundou na formação de Complexos Agroindustriais no campo brasileiro, assenta bases que foram determinantes para a conjuntura que viria em seguida.

O choque provocado por uma mudança através da desregulamentação estatal e seguida reestruturação produtiva funcionou como um divisor no setor sucroalcooleiro desencadeando estratégias de sobrevivência de usineiros acompanhado de amplas mudanças nas distintas fases do processo produtivo. Este é o assunto do segundo tópico do capítulo.

Por fim, tratamos da atual reconfiguração da agroindústria canavieira a qual, assentada em novas bases institucionais e produtivas, terá nos processos de fusões e aquisições seu elemento dinamizador. Ao mesmo tempo, a integração entre capitais se aprofunda associada ao ingresso do capital estrangeiro neste ramo. No fundo dessas questões, o debate a respeito da produção de biocombustíveis na qual o Estado tem papel decisivo, em sua promoção e mesmo financiamento.

Enfatizamos o conjunto de mudanças que tem incidido no próprio caráter histórico do setor, anteriormente marcado pelo domínio absoluto de famílias locais tradicionais no ramo, mas que se internacionaliza, por expansão ou por abertura de capitais, e que passa também a ter que se referenciar por novos paradigmas presentes na sociedade.

2.1 Modernização conservadora e apogeu da intervenção estatal

O Estado sempre esteve na proteção do setor canavieiro em suas distintas fases, regulando o seu funcionamento nas suas várias dimensões. Deu suporte, buscou permanentemente equilibrar e normatizar as disputas que foram surgindo entre as diferentes categoriais sociais do setor, tal como foi por muito o principal agente impulsionador das

sucessivas tentativas de modernização com vistas na maior competitividade da economia canavieira frente à disputa de mercado.

O período de existência do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), do início dos anos 30 até 1990, foi onde a presença do Estado se aprofundou. Não à toa, o período do IAA é comumente caracterizado como uma intervenção estatal. Os poderes desta autarquia federal eram amplos, compreendendo todo um conjunto de políticas e normas para o setor, planejando, regulando e incentivando a produção de açúcar e álcool.

Aliado a isso, buscava a melhor harmonização de interesses no interior da própria agroindústria canavieira brasileira, seja nas disputas entre as categorias sociais componentes do setor, seja quanto as diferentes regiões produtoras. O Estado possuía controle e poder na definição de cotas de produção, na venda e no tabelamento dos preços, além de manter uma política de financiamento e subsídios amplamente controlada.

Das políticas e programas desenvolvidos pelo Estado via IAA, coube ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) o seu momento de maior apogeu, sendo também o que antecedeu sua extinção e assentou bases determinantes para o momento de desregulamentação que viria em seguida.

O contexto do Proálcool precede também uma conjuntura de grandes transformações no campo brasileiro, as quais julgamos importante reportarmos. O fim dos anos de 1960 e início dos anos 70 marca o período de transição de modelos de desenvolvimento. Essa transição incide na própria base técnica da produção agrícola se integrando e se articulando de vez ao setor industrial, formando assim os Complexos Agroindustriais (CAI).

Essa articulação diz respeito tanto àquela produtora de insumos e bens de capitais para a agricultura, quanto com a processadora da produção agrícola, da matéria-prima (como são as usinas). O resultado dessa mudança na base técnica dos empreendimentos agroindustriais implica que a ampliação da produção agrícola passa a depender mais da indústria do que do emprego de recursos naturais (DELGADO, 1984).

A mudança na base técnica com o incremento industrial na agricultura visava atualizar e modernizar as atividades agrícolas, instaurando um novo patamar para a produção do campo. Com a modernização, a produção capitalista no campo começava a incorporar os “constrangimentos ambientais” (MOREIRA, 2007). Naquele momento, não somente se firmava os CAI's, como também se constituía um modelo de produção no campo que passaria a ser chamado também de agronegócio.

Para Ademar Romeiro (2007, p. 289) as condicionantes socioambientais que regiram o processo de modernização foram “a busca da maximização do ganho do cultivo apenas do produto com maiores perspectivas de retorno e a busca da simplificação do sistema produtivo de modo a facilitar a organização e o controle do processo de trabalho”. As práticas agrícolas modernas têm como uma de suas condicionantes a “necessidade de contornar os impactos ecológicos negativos da monocultura” (Id., Ibid., p. 299).

Esta modernização, entretanto, não subverteu a estrutura fundiária brasileira, dominada pelo latifúndio, e que a cultura canavieira foi uma das suas principais provedoras. A década de 1960 acumulava debates e mobilizações em torno de reformas de base, onde a reforma agrária ocupava posição primordial, exercendo pressão para mudanças. Pode-se dizer, portanto, que a modernização que a agricultura brasileira conhece a partir daquela década é uma resposta do capital e seus agentes para manter determinado patamar de lucro e rentabilidade, promovendo acréscimos produtivos e bloqueando canais de insatisfação popular²². Segundo Nunes (2009):

Nos anos 60, quando a reforma agrária era colocada como necessidade ao desenvolvimento nacional, via criação de um mercado interno de massas, colocou-se a Revolução Verde como a grande promessa à resolução dos problemas sociais do campo. O Estado estimulou, através de políticas de crédito, assistência técnica e pesquisa, a utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do capital, do trabalho e da terra. Pela ausência de uma reforma agrária concreta e pela redução do crescimento econômico e do nível de emprego, isso resultou em grandes problemas sociais, empurrando milhões de pessoas para as grandes cidades, com grande parte se concentrando nas favelas. A esse processo costuma-se chamar de modernização conservadora, pois não provocou grandes alterações nas estruturas sociais do campo.

Sobre o comentário de Sidemar Nunes, é pertinente comparar com a colocação da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio) em documento destinado aos presidentiáveis de 2010. Nele a Abag faz uma leitura de que “a transformação da agricultura tradicional e ineficiente dos anos 1960-70, em um agronegócio pujante, credita-se, em primeiro lugar, à competência do setor privado”. Para além das considerações a respeito de uma defesa do agronegócio e da grande empresa capitalista em detrimento de uma agricultura familiar que está explícito na afirmação, a referida representação do agronegócio brasileiro ainda desconsidera o ativo papel que o Estado brasileiro desempenhou para consolidar a atual

²² O golpe de 1964 e o projeto de Reforma Agrária que sucede no regime de ditadura civil-militar completam este conjunto.

estrutura agrária. Estrutura esta que guarda profunda relação com a modernização técnica dos anos de 1960-70.

Nesse contexto, destacou-se a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) de 1965²³ realçando a sua importância “como principal articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizante” (DELGADO, 1984, p. 18). Um projeto que não só manteve intocada a estrutura da propriedade da terra como, pelo contrário, reforça ao valorizar a propriedade da terra como parâmetro para a obtenção de crédito.

A formação do CAI é um “processo de fusão e integração de capitais intersetoriais” (Id., Ibid., p. 31). Processo que, como diz o autor, se distingue da integração técnica entre agricultura e indústria, mas que se realiza com o suporte desta²⁴. A abrangência desse processo passa pelas relações intersetoriais, compreendendo “outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital”²⁵ (Id., Ibid., p.31-32).

O processo de modernização é um processo também de diferenciação e exclusão de grupos sociais e regiões econômicas como aponta o autor, pois “não homogeniza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira” (Id., Ibid., p. 39). Tem-se uma concentração espacial do projeto modernizante, focado no Centro-Sul do país, tal como, em paralelo, uma concentração da produção em poucos estabelecimentos. Nas regiões não atingidas (ou diferencialmente atingidas) por este processo, tal como o Nordeste, tem a valorização do capital agrícola uma base maior na propriedade da terra (Id., Ibid., p. 40).

É neste novo ambiente, modernizado do ponto de vista tecnológico, que o Proálcool será estabelecido. Criado em novembro de 1975, foi através do Proálcool que o setor vivenciou um surto expansionista já mais visto até então. O programa colocava o álcool (anidro e hidratado) como um elemento central no CAI canavieiro. Até então a produção de

²³ Como já visto, o IAA gerava o financiamento do setor sucroalcooleiro, porém o SNCR era uma política de crédito ampla e não localizada a determinado seguimento.

²⁴ A formação dos CAI também é conhecida como “industrialização do campo”.

²⁵ Ainda segundo Delgado (1984, p. 32-3): “A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob os influxos dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua *base técnica* de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedoras, equipamento para irrigação, etc).”

álcool não tinha tido a mesma atenção que a do açúcar. No pós-guerra, por exemplo, houve incentivo à produção do álcool anidro para misturar na gasolina, no entanto, a empreitada não vingou²⁶.

Lima (2001, p. 61) contextualiza o programa dentro de um quadro de ajuste estrutural na política brasileira com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e da crise do petróleo, juntamente com a norte-americana, que refletia em todo o mundo. A elevação dos preços do petróleo abatia diretamente na balança comercial brasileira que importava cerca de 80% do petróleo consumido, revelando uma vulnerabilidade energética (VIAN, 2003, p. 84).

Nessas condições, a substituição do álcool pela gasolina iria amortizar o déficit na balança comercial, limitando o consumo de petróleo ao mesmo tempo em que investia no desenvolvimento de uma fonte alternativa de energia²⁷. De acordo com Vian (2003, p. 84) esta solução também prometia geração de emprego e criação de postos de trabalho, assim como um aumento da demanda para a indústria de bens de capital demonstrando a integração existente resultante da formação dos CAI.

O Proálcool pode ser dividido em duas fases: uma de expansão (1975-85) e outra de desestruturação e crise (1986-90). Sendo que da sua fase de expansão, ainda delimita-se um período de expansão moderada (até 1979) e outro de expansão acelerada na segunda metade da década de 1980²⁸. O impulso do programa para o setor era basicamente o de sempre: financiamentos diretos, subsídios, incentivos fiscais, obtenção de crédito e etc. Segundo Carvalho (2000, p. 23):

O Proálcool garantia até 80% do financiamento do investimento fixo das destilarias anexas e autônomas, com juros de 4% ao ano, pagamento em 12 anos com carência de 3 anos. A cana e outras matérias primas tinham financiamento com juros de 7% ao ano, pagamento em 5 anos com carência de até 2 anos. O programa também financiava a estocagem do álcool nas destilarias. A disponibilidade de recursos transferidos pelo Estado brasileiro resultou num total de 7 bilhões de dólares de investimento no Proálcool, entre 1975 e 1990.

²⁶ Nos informa Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 61) que tal política enfrentava a dificuldade dos baixos preços do petróleo no mercado internacional sendo posteriormente abandonada na ocasião de fundação da Petrobrás e de suas primeiras refinarias. Vale também dizer que por decreto-lei de 1931 era obrigado a mistura de 5% de álcool anidro à gasolina importada, além de 10% para aqueles veículos que eram propriedades do Estado (Vian, 2003, p. 74).

²⁷ Debate que será novamente retomado a partir da pressão ambiental e pela expectativa de “bons negócios” no desenvolvimento de uma matriz energética “nova e limpa”. Assunto para o decorrer do capítulo.

²⁸ Cf. Carvalho, 2000, p. 23. Não é à toa que estas fases são seguintes aos choques de preço do petróleo.

Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 71) também destacam as condições de financiamento, acrescentando que boa parte era custeada por empréstimos junto ao Banco Mundial e que os juros cobrados eram em níveis muito inferiores aos da inflação. Carlos Vian também chama atenção para o ponto uma vez que “o valor a ser restituído aos cofres públicos pelas empresas se tornou muito pequeno, a ponto de ser classificado como *outros* na conta de empréstimos de longo prazo de muitas usinas” (2003, p. 87). Estes números e relatos demonstram o quão vultuosos eram os recursos e boas as condições de financiamento.

Em seu período de expansão acelerada o Proálcool tem como marco um novo choque do preço do petróleo, em 1979. O fato provoca o incentivo por parte dos distintos níveis de governo (federal e estadual) para a compra de carros a álcool²⁹, ao mesmo tempo em que reduz o preço do seu combustível em 50% em relação ao da gasolina, chegando a atingir em períodos posteriores 75% (VIAN, 2003, p. 89).

A expansão provocada pelo Proálcool repercutiu na concentração de renda, na concentração fundiária e exerceu fortes impactos sociais e ambientais a partir da sua expansão. Esta foi de tal magnitude que reconfigurou o espaço produtivo canavieiro, incorporando áreas até então não tradicionais ocupadas por outras culturas, muitas delas de subsistência (ANDRADE, 1994; RAMOS, 1999; HEREDIA, 1988).

Data desta época a entrada das plantações de cana no noroeste e oeste paulista, no Centro-Oeste brasileiro, em Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e no norte do Paraná.

Tabela: 1: Produção da cana de açúcar em área colhida (ha) – 1970-85

Abrangência	1970	1975	1980	1985
Alagoas	166.194	272.556	380.151	484.451
Goiás	9.824	8.590	12.572	77.196
Mato Grosso	3.900	2.751	5.703	19.051
Mato Grosso do Sul	-	517	9.547	43.245
Minas Gerais	168.553	122.691	169.124	243.684
Paraná	30.035	32.480	62.092	144.412
Pernambuco	273.877	333.234	380.509	465.463
São Paulo	580.487	689.485	1.073.120	1.694.994
Brasil	1.695.258	1.860.401	2.603.292	3.798.117

Fonte: IBGE. Séries históricas.

²⁹ Isto naturalmente foi acordado junto à indústria automobilística através de incentivos fiscais dos governos. Cf. Szmrecsányi e Moreira (1991, p. 72)

O crescimento da área da cana pode ser demonstrado na tabela 1. Os estados listados são hoje os maiores produtores de cana-de-açúcar do país³⁰. Alguns destes possuíam pequena participação na atividade, mas com o Proálcool abrem-se maiores perspectivas.

Estados, até então, ainda não tradicionais na atividade tem sensível crescimento, embora continuem pouco representativos no geral até aquele momento – como são os casos de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Paraná, que detinha números tímidos, chega ao fim do período áureo do Proálcool com uma área de produção vegetal da cana em mais de quatro vezes maior. No caso de Minas Gerais há uma oscilação nos primeiros anos de programa, mas terminando sua fase expansiva com números consideráveis. O Brasil em quinze anos dobra sua área total colhida.

Em relação aos estados tradicionais, nota-se o distanciamento ainda maior de São Paulo que chega a representar quase a metade do total brasileiro. Isso vai refletir também na sua participação na produção de álcool. Lima (2001, p. 65) apresenta dados que mostram que o estado paulista atinge a porcentagem de 66% sobre o total da produção brasileira de álcool, com pico de 70% no início da expansão acelerada do programa.

A tabela 1 também indica o crescimento de Alagoas, triplicando sua área plantada e ultrapassando Pernambuco³¹. Carvalho (2000, p. 24) aponta que em termos relativos os usineiros de Alagoas foram um dos que mais se beneficiaram de recursos do programa ampliando sua capacidade produtiva. Isso também é demonstrado por Lima (2001, p.66) ao indicar que a agroindústria canavieira alagoana tem crescimento bem acima da média nacional, inclusive na produção de açúcar que nacionalmente teve apenas um pequeno crescimento³².

A expansão também impulsionou a modernização técnica e o incremento tecnológico, implicando em uma generalização do setor em relações intersetoriais, se constituído de fato como um complexo agroindustrial. Em São Paulo já haviam fábricas a montante com o grupo Denini há décadas e com o Proálcool isso pôde ser expandido, como no caso de Alagoas. Nesse estado, o seu rápido crescimento fez surgir fábricas de fertilizantes químicos e indústrias metalúrgicas, todas elas relacionadas ao setor sucroalcooleiro (Carvalho, 2000, p. 26).

³⁰ Tendo como parâmetro os dados da safra 2009/10. Cf. Dieese (2010).

³¹ Para este fato contribui decisivamente a entrada da cana de açúcar nas chamadas áreas de tabuleiro em Alagoas, possibilitada pelo incremento tecnológico.

³² A positiva variação nacional abrangendo todo o período do Proálcool (até a safra 90/91) foi de 1.799,7%, sendo que de Alagoas foi de 3.147,2%. A respeito do açúcar a variação nacional foi de 17,4% e a alagoana de 60,5%. Cf. Lima (2001).

De todo modo, o período do Proálcool não fez mais do que fortalecer características e realizar tendências que o setor vinha apontando ao longo dos anos. A expansão acarretou em mais concentração técnica e fundiária, tanto em termos regionais, quanto em grupos econômicos. Segundo a avaliação de Vian (2003, p. 90):

As políticas de incentivo ao álcool combustível mantiveram e aprofundaram algumas características do Complexo Canavieiro, tais como: integração vertical para trás, a heterogeneidade produtiva, o baixo aproveitamento dos subprodutos do processamento industrial da cana e a falsa competitividade baseada nos baixos salários e em más condições de trabalho na lavoura e na indústria.

Segundo o mesmo autor estas características não tiveram mudança, pois não interessou ao longo de todo o período, não somente do Proálcool, mas do próprio IAA em geral, mudar a estrutura do setor. Limitados a fixar preços pela média do custo da produção e garantir o escoamento da produção, as políticas não iam além de minimizar os conflitos entre as produções regionais e dando a certeza de lucro para os usineiros³³.

O declínio do Proálcool e o próprio fim do IAA confluem com a retomada da baixa dos preços do petróleo e o fato de o Brasil ver o crescimento da auto-suficiência deste produto. Além disso, em 1989 houve um desabastecimento de álcool e conseqüente queda da procura e da produção de carros a álcool nos anos 90. Esse fato gerou tensões entre usineiros, Estado e Petrobrás, com mútuas acusações (VIAN, 2003, p. 94).

Todavia, é preciso considerar que os elementos que formaram as condições para a desregulamentação do setor sucroalcooleiro remontam também as condições gerais nas quais a economia e a política brasileira se insere. A desregulamentação estatal, portanto, faz parte de um processo de escala mundial. Estas mudanças incidem sobre a participação do Estado na sociedade e provoca uma integração ainda maior das economias.

O contexto de ideário de neoliberalismo que havia sido sistematizado em 1989 no chamado “consenso de Washington” definia uma retirada do Estado na participação mais ativa e reguladora da economia. No contexto mais local, os debates sobre a “crise fiscal” do Estado brasileiro se acirravam e era a porta de entrada para as redefinições do seu papel.

Dado estes fatores, construía-se um cenário que tornava insustentável o ambiente institucional até então existente na agroindústria canavieira. Segmentos do próprio setor

³³ Em especial para os proprietários nordestinos, isso é apontado por vários autores como uma das razões para o setor tivesse sempre a certeza de que não iria quebrar, mesmo acumulando endividamentos, além também de ser apontado como um dos fatores que fez a estrutura de produção no nordeste acomodar-se em bases mais arcaicas, desde o ponto de vista tecnológico quanto das relações sociais.

passavam a questionar o papel do IAA, como sua interferência na comercialização. Em março de 1990 o Instituto de Açúcar e Alcool encerrou suas atividades. A desregulamentação do setor foi gradual, mas irreversível.

2.2 Desregulamentação e reestruturação produtiva

O debate principal que foi feito durante o período de desregulamentação do setor diz respeito a liberação dos preços³⁴. A saída do Estado com características de intervenção no setor não significou, no entanto, que este não mais tivesse participação em sua organização³⁵. A fixação de cotas e planejamento de safras estava mantida. Porém, naquele momento estava extinta as reservas de mercado para o açúcar nordestino e as exportações começavam a ficar a encargo das usinas ou por *tradings*³⁶ (CARVALHO, 2000, p. 27-8).

No quadro conjuntural da desregulamentação, os anos de 1990 chegaram com problemas de superprodução de açúcar e tendo a produção de álcool condições de mercado ainda piores. Segundo Vian (2003, p. 107) “o livre-mercado chegou em um momento em que existiam mais de 300 empresas ofertando álcool para cinco grandes distribuidoras de combustível”. Nesses termos, a descapitalização das usinas foi um processo imediato uma vez que essa concorrência tinha o efeito imediato na baixa dos preços de seus produtos. Por outro lado:

As grandes flutuações conjunturais de demanda e dos preços, tanto do açúcar como do álcool, deram origem não apenas a uma crescente heterogeneidade das estratégias e de comportamento empresariais, como a uma gradativa centralização dos capitais neles investidos. (GUEDES & GIANOTTI, 2009, p. 53)

Esta heterogeneidade de estratégias e comportamentos refletem um momento de incerteza dada a situação de mercados de seus produtos, mas também de transição em razão das profundas mudanças no setor que são acompanhadas pelos novos padrões e paradigmas da

³⁴ Em 1996 é publicada uma portaria que liberava os preços para janeiro de 1997, mas terminou sendo adiada. Em abril de 1998 mais um capítulo: a liberação é mais uma vez protelada, agora pelo Ministério da Fazenda. No mesmo ano há uma nova portaria que liberava os preços, mas mantendo o Estado o controle sobre a comercialização. Somente em fevereiro de 1999 que a liberação de preços é efetivada. (VIAN, 2003, p. 102-6).

³⁵ A relação entre Estado e economia deve ser pensada de maneira dialética. O Estado não é simples reflexo da estrutura econômica, pois o mesmo também é construtor da economia. Mais a frente veremos o importante papel que o Estado vai ter na organização das condições de produção dos biocombustíveis.

³⁶ *Tradings* são “empresas voltadas para a comercialização que, tradicionalmente, atuam no setor em todos os segmentos da distribuição, como negociação, transporte, financiamento, seguro, etc”. Assim elas também passam a competir com empresas especializadas em atividades específicas. (OLIVEIRA, 2003, p. 59)

economia em escala global. A desregulamentação da agroindústria canavieira, portanto, associa-se a reestruturação produtiva e são marcos de mudanças históricas na economia e políticas mundiais. As mudanças e transformações ocorridas incidem nas formas de gestão do trabalho e nas inovações tecnológicas que passaram a ser absorvidas na agroindústria canavieira.

Estes novos paradigmas da economia estabelecem um novo padrão produtivo que tem início na década de 1970 naqueles países que até então possuíam maior protagonismo no capitalismo mundial. No Brasil, tais paradigmas somente aportam, em maior intensidade, em cerca de duas décadas depois acompanhada da desregulamentação da economia brasileira em geral e incidência do ideário neoliberal.

O padrão produtivo mundial anteriormente vigente estava calcado nos modelos fordistas e tayloristas de organização do trabalho, não só fragmentando a execução de tarefas como também intensificando o uso da força de trabalho. Em momento de ampla expansão do grande capital, caracterizada pela produção de bens de consumo duráveis em massa, permitia-se, como aponta Gaspar (1999, p. 61), um crescimento econômico com geração de emprego ainda que à custa do achatamento de salários.

O fim desse padrão produtivo está relacionado com dois movimentos, separados apenas para termos de análise. Um é o relativo saturamento de mercados internacionalizados a partir do “esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização e do progresso técnico” (GASPAR, 1999, p. 64). O outro movimento é representado pela crescente financeirização da economia³⁷. Além destes, as lutas sociais e por melhores condições de trabalho exerceram também forte pressão para mudanças no controle do trabalho e investimentos tecnológicos.

Os choques de preços do petróleo em 1973 e 1979 foram importantes fatores desencadeadores para a mudança no padrão de acumulação do capital. Seu uso como fonte de energia havia se generalizado com grande magnitude e se transformado como peça chave no funcionamento da economia mundial. Segundo Gaspar (1999, p. 59) os ajustes dos choques do petróleo caracterizaram-se pela liberalização do movimento de capitais com desregulação dos grandes mercados financeiros.

³⁷ De acordo com Gaspar (1999, p. 83): “As fases de expansão financeira correspondem, geralmente, avanços na internacionalização do capital, vinculados à superação das crises de realização de produção e, simultaneamente, à busca de novos mercados e novos espaços de valorização”.

A partir de então as economias locais começam, dentro de suas particularidades e posição na estrutura econômica mundial, a sofrer o processo de reestruturação produtiva atingindo seus diversos ramos e atividades. A microeletrônica e a informática possuem papel fundamental nesse processo, e não por acaso a aparição determinante desses elementos são consideradas como uma Terceira Revolução Industrial.

Inovações tecnológicas com base na microeletrônica subvertem um modelo de produção em massa e padronizada e incide na própria gestão do capital e na organização do trabalho. Gaspar (1999, p. 68) elenca as características desse novo padrão produtivo fundado na automação integral flexível: maior grau de personalização e individualização dos produtos; flexibilização dos processos produtivos e das formas de organização do trabalho; flexibilidade de gestão e operação dos empreendimentos, prescindindo da excessiva normatização e intervenção do Estado e supranacionalizando sua atuação; uso intensivo da informação e do conhecimento; decréscimo relativo da participação da classe trabalhadora industrial e tradicional.

Os objetivos da reestruturação produtiva é retomar padrões de acumulação e, assim, põe em seu receituário de ganhos de produtividade e lucro a busca por eficiência e a flexibilização produtiva como caminho. Na agroindústria canavieira isso também pôde ser percebido na incessante busca pelo melhor aproveitamento da matéria-prima, possibilitados por ganhos em suas distintas fases de produção, a começar pelas investidas no melhoramento genético da cana associado à utilização de máquinas que extraem suas qualidades ao máximo.

Destacar algumas mudanças e transformações ocorridas na agroindústria canavieira nesse contexto de produção de novas formas de gestão do trabalho e de inovações tecnológicas é fundamental, uma vez que tiveram influência direta em toda a reorganização do setor, após a sua desregulamentação. Como componente dessa reorganização, teremos a acentuação de tendências já verificadas, como a consolidação de novos estados produtores no Centro-Sul do país e um enfraquecimento de modelos de gestão de caráter mais familiar.

Faz-se pertinente retomar algumas características que permeavam o setor canavieiro para assim podermos realçar as transformações ocorridas. As décadas de planejamento estatal deixaram como herança usinas e destilarias com estruturas produtivas, produtos e formas de inserção no mercado similares. A competição exercida no mercado possuía variáveis bastante definidas e pouco dinâmicas, enquadradas na combinação de terra e mão-de-obra barata e abundante, além da forte proteção estatal.

De acordo com Rosário e Cruz (2006) o padrão de concorrência existente no período de intervenção estatal fazia com que as usinas não estabelecessem estratégias inovadoras para melhor localizar-se no mercado uma vez que o IAA controlava toda a comercialização. Completa os autores afirmando que “até 1990 o foco da competitividade eram ganhos de escala no tocante a expansão da fronteira agrícola, na integração vertical da empresa e na incorporação de novas variedades de cana”.

Esta constatação reflete uma competição ainda muito concentrada na produção agrícola. Não significa afirmar que as operações industriais e a mecanização da agricultura existente não fossem relevantes. A própria formação dos Complexos Agroindustriais também representou a “industrialização da agricultura” e, por isso, a subordinação desta última ao ritmo e capacidade da primeira. A eficiência produtiva já dividia o setor de forma heterogênea. Todavia, o processo aqui abordado de reestruturação produtiva irá aprofundar esses termos, pois o grau de inovação tecnológica que o setor vai conhecer estava bem aquém do conhecido até então.

Este processo incide em várias esferas, não englobando somente a produção em si, mas também a gestão e a administração. A modernização da agroindústria canavieira impõe a adoção de novas estratégias para inserção no mercado e que provocam mudanças tanto no âmbito organizacional, quanto tecnológico (ROSÁRIO & CRUZ, 2006).

Esse processo foi diferenciado nas regiões do país, acompanhando as disparidades e diferenças já existentes. No âmbito técnico-produtivo, em São Paulo ocorre uma desconcentração, enquanto que em Alagoas teve-se justamente o contrário: concentração técnica e produtiva. Em São Paulo houve um crescimento das empresas de pequeno e médio porte na porcentagem de moagem da cana³⁸. Em Alagoas, ao mesmo tempo em que se constatou um aumento na moagem da cana, houve uma redução do número de usinas que passaram naquele momento de 36 para 27 unidades produtoras (VIAN et al, 2010; LIMA, 2001).

Entre as estratégias usadas pelo setor a partir dos anos de 1990, destacam-se quatro: 1) diferenciação de produto; 2) diversificação produtiva; 3) especialização produtiva; 4) formação de grupos de comercialização. Além destas, tivemos um amplo processo de fusões e aquisições, o qual terá atenção especial no tópico posterior. Em geral, tais estratégias foram

³⁸ Isso em termos de efeito mais imediato, pois com o avançar dos anos e das incidências de fusões e aquisições no setor, houve uma retomada de concentração produtiva com as 15 maiores usinas do Centro-Sul na safra de 2000/01 concentrando aproximadamente 40% do total brasileiro (PASIN & NEVES, 2001).

utilizadas de maneira diversa entre os grupos empresariais e regiões produtoras (VIAN, 2003). Todas essas estratégias são, na verdade, componentes da reestruturação produtiva mundial e, portanto, não foram particularidades do empreendimento canavieiro.

A estratégia de diferenciação produtiva leva a uma maior segmentação de mercados, rompendo padronizações e individualizando mais os produtos. O açúcar passa a ser produzido com maior variedade e voltado para atender públicos específicos. O setor passa a produzir açúcar de vários tipos, tais como: cristal, líquido, refinado, light e orgânico³⁹. A diferenciação transparece também nos diferentes tipos de embalagens, gerando a organização de marcas e distribuição pelas próprias unidades produtoras. Segundo Vian (2003) essa estratégia é uma marca no setor uma vez que incide em sua estrutura interna fazendo-las voltar-se para áreas antes pouco observadas, como a comercialização e o marketing.

A estratégia de diversificação produtiva é em referência ao investimento em outros mercados, com a produção de outros bens e serviços que possui, ou não, sinergia com o setor. Esta estratégia foi largamente usada por grupos e usinas alagoanas, em contexto de retração no crescimento do setor local, as quais expandiram suas atividades investindo em variados ramos, tais como: criação de gado leiteiro e beneficiamento do leite; criação de cavalos de raça; empresas de táxi aéreo; fábricas de fertilizantes; madeireira; beneficiamento do coco; indústria têxtil; construção civil; engarrafamento de água mineral; comercialização de automóveis; meios de comunicação (CARVALHO, 2000, p. 46-47).

A co-geração de energia elétrica⁴⁰ também foi uma investida dos grupos usineiros brasileiros, porém, somente em meados dos anos 2000 é que ela passou a ser mais requisitada em vista das crises de “apagão” no país. Hoje ela já passa a ser encarada mais que um simples subproduto da agroindústria canavieira, com o setor destacando sua produção de bioeletricidade. Juntando-se a produção de açúcar e álcool/etanol o setor, de sucroalcooleiro, tem passado a ser chamado de sucroenergético. Todavia, no que diz respeito a produção de energia com maior potencial de comercialização, as maiores perspectivas de mercado ainda são em longo prazo.

A estratégia de especialização e capacitação produtiva associa-se ao processo de centralização e concentração de capitais onde, do ponto de vista tecnológico, uma acelerada

³⁹ O açúcar orgânico ainda hoje trata-se de um “nicho de mercado”. Tendo um público consumidor seletivo, sua produção exige elevados custos para cumprir com as exigências. Todavia, a produção orgânica agrega valor e mesmo tendo custos elevados e um mercado consumidor pequeno, para as usinas que conseguem manter sua produção torna-se altamente rentável. Cf. Olivera (2003, p.35-37)

⁴⁰ A forma mais tradicional de co-geração de energia do setor provém do bagaço da cana.

modernização passou a ser realizada no setor, mas de maneira desigual. Segundo Vian (2003), a automatização da produção industrial, a mecanização da agricultura e adoção de programas de qualidade, entre outros, foram componentes desse processo. Também contribuiu para reforçar a especialização e a capacitação produtiva, a terceirização a partir das atividades de logística.

Em relação à formação dos grupos de comercialização, eles respondem a uma necessidade de auto-regulação do setor que foi imposto pela desregulamentação. Os grupos de comercialização funcionam como um *pool* de usinas fortalecendo estas para a negociação com as distribuidoras, impedindo imposições de preços mais baixos através de acordos isolados. Segundo Vian (2003), esses grupos estruturam sistemas comuns de comercialização do açúcar e álcool, além de firmar parcerias para a exportação dos produtos. Uma das primeiras nessa área foi a Crystalsev⁴¹ de São Paulo.

Neste quadro de desenvolvimento de novas estratégias produtivas e de novo padrão competitivo, a introdução da automação microeletrônica tem como resultado uma “maior integração entre agricultura, indústria e administração” (MELLO, 2002, p. 39). As inovações de base microeletrônica racionalizam ainda mais o empreendimento canavieiro e submete suas distintas esferas a um maior controle administrativo e de caráter mais impessoal.

Na agricultura o uso de *softwares* de otimização, com sistemas de sensoriamento remoto e imagens via satélite, possibilitou um planejamento da safra mais apurado. No que confere a gestão, há uma reestruturação que redefine papéis e hierarquias, exigindo habilidades e qualificações de gestores e supervisores que melhor coadunem com os objetivos da empresa e o novo patamar produtivo-tecnológico alcançado. Tendo como exemplo as transformações na parte agrícola de importante usina alagoana, nos diz Padrão (1997, p. 135):

Para além de uma ampla reformulação na base técnica de produção, o próprio desenho interno do departamento agrícola passará por mudanças significativas, orientadas para a institucionalização de uma racionalização técnica. Tais alterações envolveram a criação de diversos organismos, cada qual representando uma esfera específica de competência, tais como motomecanização, topografia e irrigação. Esse processo foi acompanhado da substituição de praticamente todo o quadro de funcionários, no qual o critério de qualificação profissional passou a ocupar um lugar central. Assim, cada um desses departamentos foi entregue a um gerente específico, necessariamente dotado de formação superior, que coordena as atividades de um ou mais supervisores, que devem ter 2º grau e formação especializada.

⁴¹ Este grupo logo transformou-se em um dos principais conglomerados do setor. Em 2010 foi vendido para a francesa Louis Dreyfus, a partir da compra da usina Santelisa, e deve desativar o nome em favor de sua própria marca.

A mecanização do corte da cana através de máquinas colheitadeiras também tem sido considerada uma das principais mudanças no setor. Uma tendência que segue em curso e que tem servido como uma das principais peças publicitárias no debate de sustentabilidade. Isto ocorre, pois responderia a exigências ambientais (eliminando a queimada) e também a pressões sociais, estas no que diz respeito às condições de trabalho na lavoura canavieira.

Sobre este último ponto, a verdade é que a co-existência de uma agricultura de precisão tem fragmentado os trabalhadores em “qualificados”⁴² e “não-qualificados” onde tanto um como outro estão submetidos ao frenético ritmo das máquinas colheitadeiras⁴³. O que se sucede é que as colheitadeiras passam a ser ponto de referência do processo produtivo, refletindo na necessidade de adequação de distintas fases deste processo, conforme nos demonstra Ana Oliveira (2003, p. 87):

A máquina colheitadeira, na sua interdependência com as demais etapas da colheita – carregamento e transporte – torna-se ponto de referência do processo produtivo. Impondo o ritmo, a intensidade, qualidade e as novas especificações no processo produtivo, exigindo dos operadores de máquinas (tratoristas, motoristas), novas qualificações.

O processo de mecanização do corte de cana, tem exigido mudanças organizacionais na agroindústria sucroalcooleira, agora, com a perspectiva de intensificação, as exigências podem ser maiores, pois a otimização da colheita depende de transformações no planejamento da lavoura como um todo, no sentido de haver uma interdependência entre as fases da colheita (corte, carregamento e transporte) e a recepção na unidade processadora, redefinindo as etapas do processo de produção.

Na parte industrial, o uso de um instrumental eletrônico-digital sugere um controle automatizado do processo industrial, com operadores de máquinas exercendo mais de uma função. A velocidade das informações e a complexidade das operações exigem maior agilidade nas decisões e maior controle do processo produtivo de modo a corrigir os desarranjos (OLIVEIRA, 2003, p. 91). Nessas condições o trabalhador polivalente ou multifuncional e o chamado “trabalho em equipe”, com o bom desempenho de cada trabalhador, são peças chaves para a maior eficiência de todo processo produtivo.

⁴² Antônio Salibe, presidente da União dos Produtores da Bioenergia, em entrevista na Revista Canal (BITTENCOURT, 2009, p. 4-6), afirmava que o perfil de trabalhadores que as usinas procuram são de “profissionais altamente capacitados e especializados, com uma gama de conhecimento de grande espectro e multifuncional”.

⁴³ Os impactos da mecanização no trabalho terão melhor tratamento no terceiro capítulo.

Verifica-se, então, que a adoção deste sistema exige um maior envolvimento dos operários no processo produtivo e um maior entrosamento entre eles, ou seja, os operários da produção devem estar em perfeita sintonia com as atividades relacionadas à manutenção, prevenção e correção, tanto durante a safra como na entressafra. (Id., Ibid., p. 3)

O ganho de inovação tecnológica, como o aproveitamento da informática, permite crescente racionalização da produção estabelecida através de minuciosas avaliações do desempenho tanto de maquinário, quanto de trabalhadores (OLIVEIRA, 2003, p. 91; PADRÃO, 1997, p. 138). Estas inovações garantem menores custos, maior eficiência, controle do trabalho e produtividade, sendo sempre veiculadas como demonstração de “padrões de excelência” que o setor atinge, aos moldes das exigências de uma gestão com responsabilidade socioambiental.

Ademais, as transformações da agroindústria canvieira atingem toda a sua cadeia produtiva, a qual esta também impulsiona suas transformações em contexto de expansão. Nesta cadeia incluem-se fornecedores de maquinário, peças e serviços além dos centros de pesquisa fazendo o Brasil ser referência em conhecimento e tecnologia na área (BITTENCOURT, 2010, p. 22).

Conforma-se, então, uma cadeia produtiva que tem estado em ampla sintonia, uma vez que o melhor aproveitamento da matéria-prima é possibilitado tanto pelo melhoramento genético da cana quanto pela utilização de maquinário que extraem suas qualidades ao máximo, tal como o maior aproveitamento da sacarose. A incessante busca por maiores índices de produtividade tem, como um de seus pilares, centros de pesquisa como a Ridesa – Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro.

A Ridesa tem origem no programa do extinto IAA, o Planalsucar – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (1971). O programa, após a desregulamentação, passou a ser gerido por um conjunto de universidades federais, entre elas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL)⁴⁴. Nas duas últimas décadas foram produzidas 59 novas variedades da matéria-prima buscando aumento da produtividade através de plantas mais resistentes a pragas e de melhor adaptação as condições ambientais das regiões.

⁴⁴ As demais universidades que hoje compõe a Ridesa são: UFRPE, UFPR, UFSCar, UFV, UFRRJ, UFS, UFPI, UFMT, UFG. Em Alagoas, na cidade de Murici, região da Zona da Mata, a Rede através da federal alagoana mantém o Banco de Germoplasma com cerca de 2.600 tipos de cana.

Em ocasião comemorativa dos 50 anos da Ufal, o presidente do Sindaçucar-AL, Pedro Robério Nogueira, destacou a importância desta federal para o desenvolvimento do setor em sintonia com as suas demandas produtivas e o atual discurso de desenvolvimento sustentável.

Sem a universidade não teríamos chegado onde estamos hoje. Sem a Ufal não podemos pensar no futuro do setor. A parceira com a universidade ajudou a alavancar a produtividade e a competitividade do setor. Agora apostamos nessa parceria para construir o futuro do Etanol. O desafio é produzir cada vez mais com menor custo num modelo de renovação focado no homem e no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. É isso que a Ufal nos ajudará a conseguir.⁴⁵

Outro ramo da cadeia produtiva da agroindústria canavieira, a sua indústria produtora de bens a montante, também têm sido impulsionada ao desenvolvimento de novas tecnologias e equipamentos de maneira a alimentar as necessidades de intensificação e modernização da agroindústria canavieira. Estas, inclusive, para acompanhar o ritmo do capital agroindustrial canavieiro sofreram um processo de “usinagem”, como resultado de grandes processos de reengenharia produtiva e organizativa para se adequar as demandas requeridas⁴⁶ (Santos, 2010).

Uma dessas recentes inovações tecnológicas são as máquinas plantadoras. Seguindo o exemplo das colheitadeiras e a tendência a ampla mecanização em todo o processo de produção no campo, o plantio mecanizado tem demonstrado atender as exigências produtivas do capital agroindustrial. Este processo permite a mecanização completa de todas as operações do plantio (sulcação, adubação, distribuição de rebolos e cobertura). O Grupo ETH através do plantio mecanizado em suas unidades produtoras reduziu custos e possibilitou a ampliação do plantio da cana em mais de 80 mil hectares de uma safra para outra (Canal, 2010, p. 19).

Adequando-se a uma produção focada na redução de custos e ampliação de sua capacidade produtiva, fomentadas inclusive por representações de um modelo de desenvolvimento sustentável, as usinas de cana-de-açúcar vivenciaram rápidas e grandes transformações em seu seio.

⁴⁵ Informativo do Sindaçucar-AL, 2011.

⁴⁶ A reestruturação produtiva na fábrica a montante da agroindústria canavieira, a Zanini S/A de Sertãozinho-SP, foi objeto de análise da pesquisa de Adriano Pereira Santos. O autor desenvolve análise demonstrando que as precárias condições de trabalho bastante evidenciados nos canaviais, são reproduzidas em toda a cadeia produtiva do setor. Cf. Santos (2010).

2.3 A nova configuração da agroindústria canavieira – desregionalização, desnacionalização, apoio federal e a emergência de biocombustíveis

O movimento que melhor concatena as transformações de cunho tecnológico e organizacionais sofridas pelas usinas sucroalcooleiras é o processo de fusões e aquisições (F&A). A que pese todas essas estratégias anteriormente elencadas, são as fusões e as aquisições – aqui também encaradas como estratégia de sobrevivência do capital sucroalcooleiro – que possuem maior impacto incidindo, inclusive, nas demais estratégias e que possibilitam a capitalização necessária para as usinas incorporarem as inovações tecnológicas.

Compreendemos as fusões e as aquisições como produto e produtor do conjunto de transformações da estrutura administrativa e tecnológica das usinas. Tão importante quanto, é entender também que as F&A são componentes do movimento geral de centralização e expansão do capital.

Como visto, a desregulamentação provoca uma imediata descapitalização a atingir vários grupos do setor, além do que, o parque industrial sucroalcooleiro tinha como marca a heterogeneidade e o baixo aproveitamento de seus subprodutos. Dado o novo ambiente institucional, tendo maior relevância a dinâmica de um livre-mercado de acirrada competição, a intensificação de fusões, aquisições e o fechamento de unidades industriais faziam parte de uma reestruturação do setor onde só os grupos mais fortes teriam espaço.

Nesta nova conjuntura político-institucional e econômica, as F&A transformam-se em uma estratégia empresarial para adequar toda uma estrutura organizacional a esta dada conjuntura econômica, com vistas à obtenção dos maiores lucros pelos menores custos possíveis. Esse momento tem seus primeiros ensaios em 1997, mas somente no início dos anos 2000 começa a ganhar maior relevância e impacto. As razões para o desencadear deste processo é discutida por Pasin e Neves (2001):

Em específico para o setor sucroalcooleiro, os altos índices de endividamento, a fragmentação e estagnação do setor, o aumento dos preços do açúcar nas safras 2000 e 2001, e extrema competitividade no país contribuíram para a ocorrência de processos de F&A. Fora isto, os ganhos de escala, a redução de custos e despesas através da integração de estruturas administrativas, a consolidação do setor, a profissionalização da administração das usinas, as vantagens fiscais, a capitalização, a obtenção de financiamento para investimentos em expansão e modernização são os principais benefícios almejados pelas empresas envolvidas em tais processos.

Em Vian (2003) as fusões e aquisições na agroindústria canavieira foram classificadas como de quatro tipos: a) fusões por sinergia e pela proximidade entre as empresas; b) aquisições de empresas descapitalizadas por outras da mesma região em fase de expansão; c) entrada no Centro-Sul de capitais do nordeste; d) entrada de capital estrangeiro. Segundo levantamento feito por Pasin e Neves (2001) de 1997 à setembro de 2001 houveram 24 transações de F&A, todas no Centro-Sul do país.

Tabela 2 – Tipos de F&A e sua incidência (1997-2001)

Tipo de transação	Ocorrência	Participação total
Fusão de Usinas	3	12,5%
Aquisição de Usinas por outras da mesma macro-região	7	29%
Aquisição de Usinas do Centro-Sul por Grupos Nordestinos	7	29%
Aquisição de Usinas por <i>Tradings</i> Internacionais	7	29%

Fonte: Pasin e Neves (2001)

Foram as transações com envolvimento de grupos nordestinos e do capital internacional que provocaram maiores impactos no setor, caracterizando tanto uma “desregionalização” quanto uma “desnacionalização” (VIAN, 2003). Em relação à desregionalização, esta se refere a transferência de capital oriundo dos canaviais nordestinos para o Centro-Sul do país. Não significa, portanto, uma descentralização da produção de açúcar e álcool no país, muito pelo contrário, pois ela ficará ainda mais concentrada nesta região do país.

O Centro-Sul dispõe de muitos pontos positivos para a expansão da produção canavieira. Pontos que vão desde o clima, da topografia e qualidade da terra (com maior possibilidade de mecanização) à melhor infra-estrutura de transportes e maior proximidade dos grandes mercados. Com o objetivo de poder expandir seus negócios em um mercado consumidor mais pulsante e de poderem investir plenamente em novas tecnologias agrícolas, grupos do nordeste passaram a instalar usinas e destilarias nesta região, principalmente em Minas Gerais e São Paulo.

Nessa investida, destacaram-se grupos alagoanos⁴⁷ como Carlos Lyra e Tércio Wanderley (Usina Coruripe), sendo que o pioneiro na transferência de capital nordestino foi o grupo José Pessoa, originário da Paraíba, mas radicado em Pernambuco. Nos anos de 1990 e início dos anos 2000, os grupos alagoanos desembolsaram cerca de R\$ 890 milhões em 16 unidades instaladas em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Ranking publicado pelo Jornal Cana em 2006⁴⁸ elenca os 20 maiores grupos, responsáveis por 40% do total de moagem de cana no país, onde a hegemonia paulista é evidenciada no setor, tal como a da região Centro-Sul em geral. No entanto, ao mesmo tempo o ranking comprova que a transferência de capitais para o Centro-Sul realizadas por grupos nordestinos foram fundamentais para que os mesmos continuassem competitivos nacionalmente. Com representação de cinco grupos deste ranking de 2006⁴⁹, os grupos nordestinos tinham, em média, 65% de sua moagem oriunda de sua produção no Centro-Sul. Com dados comparativos de 2008, levantamento feito por Carvalho (2010) constata que as filiais de grupos alagoanos instaladas em Minas Gerais e São Paulo chegam a produzir aproximadamente 80% do total de açúcar e álcool produzido no território alagoano.

Há ainda duas questões importantes a considerar do referido ranking. Uma é que o levantamento afirma a tendência à profissionalização das gestões, uma vez que seriam apenas duas empresas que se organizariam nos moldes mais tradicionais de gestão familiar⁵⁰. As demais apresentam ao menos uma gestão mista, abarcando na ocupação de cargos acionistas, executivos e familiares. Outra questão que chama nossa atenção é que, ainda em 2006 a presença do capital internacional no controle de usinas e grupos sucroalcooleiros era tímida no contexto geral do setor. Seria apenas um grupo com capital 100% estrangeiro, além da Cosan, que tinha capital estrangeiro entre seus acionistas, mas sendo ainda majoritariamente de capital nacional.

Todavia, na tabela 2 o capital internacional já se colocava como um dos mais ativos nas transações de F&A. Trata-se de um momento único no setor onde há um duplo movimento, os quais estão relacionados: abertura de capitais das empresas – outrora tradicionalmente familiares – e a gradativa inserção do capital internacional. Este processo se

⁴⁷ Mello (2002, p.91) expõe que esta foi uma saída para a própria dificuldade do setor local manter-se competitivo no mercado, pois, apesar de todas as benesses oferecidas pelo Estado de Alagoas, muitas usinas faliram. Esta dificuldade pode-se ser estendida a toda a região nordestina.

⁴⁸ Cf. Messias (2006)

⁴⁹ Destes, contabiliza-se três grupos alagoanos (Carlos Lyra, Tércio Wanderley e João Lyra) e dois pernambucanos.

⁵⁰ O critério utilizado no ranking para formação de um grupo foi o de controle acionário das unidades industriais.

intensificou ainda mais por volta de 2005/2006 alavancado pelo debate a respeito da produção de “combustível verde” a partir da cana.

Cabe pontuar, no entanto, que o capital internacional já obteve relativa importância no setor em outros momentos históricos. Da proposta fracassada dos Engenhos Centrais (início do século XIX) até meados do século XX, o capital internacional teve alguns momentos de grande relevância. De acordo com Guedes e Gianotti (2009), em 1926 20% do açúcar produzido e 6% da área plantada em São Paulo eram de grupos estrangeiros.

Entretanto, destaca-se que diferentemente de outros tempos quando a proposta dos Engenhos Centrais embutia um “papel civilizador” a este capital, tendo o objetivo de subverter o atraso tecnológico em que o setor brasileiro passava naquele momento⁵¹, o cenário que este novo ingresso do capital estrangeiro encontra é de utilização de moderna tecnologia e altamente competitivo no mercado mundial⁵², conforme já posto.

Atualmente a desnacionalização do setor tem se aprofundado através do incentivo brasileiro a produção de biocombustíveis e a pressão mundial pela adoção destes, atraindo interesse de investimentos estrangeiros nessa produção. Para Guedes e Gianotti (2009, p. 55) “o processo de modernização e atualização tecnológica do setor canavieiro no Brasil está endogeneizado e é ditado pela própria dinâmica competitiva interna desse setor”. Ainda assim, este ingresso, sobretudo quando realizado por meio da abertura de capitais das empresas sucroalcooleiras tradicionais, é resultante de uma inapelável necessidade de se capitalizar mais e conseguir manter padrões competitivos em uma economia mundializada.

A tabela 3, conforme dados apresentados por Guedes e Gianotti (2009) a partir de informações recolhidas do Banco Central brasileiro, demonstra que o montante de investimento estrangeiro direto (IED) foi de mais de US\$ 7 bilhões de dólares entre os anos de 1999 e 2007. Estes investimentos estiveram presentes no refino e moagem de açúcar, na produção de álcool e em usinas.

⁵¹ Esta proposta contou com forte incentivo governamental através de subsídios dos mais variados e predominou no Nordeste o capital inglês e em São Paulo o francês. O fracasso ocorre quando o caráter altamente especulativo deste capital exportou apenas unidades de segunda-mão, até mesmo de tecnologia defasada e se interessando apenas em obtenção de lucro a curto prazo. Cf. Ramos (1999, p. 55-56).

⁵² Na época de criação dos Engenhos Centrais a localização do açúcar brasileiro no mercado mundial não era das melhores, dado estar abaixo do padrão tecnológico da época e pela má qualidade do açúcar produzido. Para ilustrar, comparando com a produção cubana, a produção brasileira via-se perdendo cada vez mais espaço. Enquanto que no período de 1830 a 1880 Cuba passou a produzir de 74 mil para 538 mil toneladas, o Brasil saiu de 84 mil para 222 mil toneladas. A produção cubana, portanto, ultrapassou e ficou com uma produção duas vezes maior. O Brasil que liderava o mercado mundial com 15% da produção em 1830, caiu em 1880 para 11,2% sendo largamente ultrapassado por Cuba (28%) e pela Ásia (21,5%).

Nota-se que o ano 2000 teve o registro de mais de US\$ 3 bilhões de investimento em usinas, sendo o maior registro do período analisado. Não por acaso, todas as 7 ocorrências de aquisição de usinas por grupos internacionais, apresentada na tabela 2, realizaram-se entre 2000 e 2001. Nos dados, não há registros em 2004, porém, a partir de 2005 identifica-se uma retomada com significativas crescentes anuais. Elisa Novaes (2009, p. 37-38) apresenta números de F&A que sugerem que os valores apresentados na tabela 3 possam ser ainda maiores⁵³. Da mesma forma, demonstra a crescente exponencial do número de F&A, com 37 entre os anos de 2000 e 2005 envolvendo grupos nacionais e estrangeiros.

Tabela 3 – Fluxo de IED no setor sucroalcooleiro de 1999 à 2007 de acordo com o Banco Central brasileiro (em US\$)

Ano	Investimento	Descrição
1999	25.000.000,00	Refino e moagem de açúcar
	500.000.000,00	Usinas de açúcar
2000	10.000.000,00	Refino e moagem de açúcar
	3.637.485.000,00	Usinas de açúcar
2001	85.550.520,00	Usinas de açúcar
2002	4.000.000,00	Produção de álcool
2003	4.427.972,00	Produção de álcool
2004	-	-
2005	7.063.779,37	Produção de álcool
	57.121.712,52	Usinas de açúcar
2006	38.500.000,00	Refino e moagem de açúcar
	257.883.203,40	Produção de álcool
	233.880.941,23	Usinas de açúcar
2007	841.741.135,62	Produção de álcool
		Fabricação de açúcar bruto

Fonte: Guedes e Gianotti (2009).

O ano de 2006 marca, pela primeira vez, a superação do total de transações de aquisição capitaneadas por grupos estrangeiros. São processos com investimentos de US\$ 9 bilhões para a indústria de etanol, sendo US\$ 2 bilhões para a construção de usinas. Em 2007 contabilizam-se 18 transações com multinacionais à frente, em um total de 25 F&A (número

⁵³ Todavia, há de considerar a classificação de “investimento direto”, pois muitas transações de capital internacional do setor são feitas em aliança com grupos nacionais. Pasin e Neves (2001) já destacaram as dificuldades no levantamento do quadro de fusões e aquisições do setor, uma vez que há sempre muitas informações conflitantes a partir de notícias que são veiculadas antes mesmo da conclusão das operações.

de transações maior em todo o período de 1999 à 2001). Nesta movimentação, tiveram importantes participações as americanas Bunge, Cargill, Infinity BioEnergy, a espanhola Abengoa, as francesas Louis Dreyfus e Tereos, além dos grupos asiáticos Noble Group e Sojitz. Conglomerados que atuam não só na produção agrícola, mas também do ramo petrolífero.

Curiosamente, será um grupo brasileiro (Cosan) de propriedade de um dos membros do “clã” dos Ometto⁵⁴ – tradicionalíssima “família do açúcar” – que representa um papel de importante dinamizador para o ingresso do capital estrangeiro no setor brasileiro. Além de exercer uma estratégia de crescimento focada na aquisição de unidades com boa infraestrutura e logística, possibilitando maior investimento em produtividade agroindustrial, algo que ao fim tem sido comum a todos os grupos, suas iniciativas de formação de sociedade com o capital estrangeiro foram e continuam sendo fundamentais para o grupo manter a liderança e a referência no setor.

De acordo com Pasin e Neves (2001), na safra de 2000/2001 o grupo Cosan já se apresentava como o maior processador de cana do país. Neste período a Cosan em parceria com a francesa Union SDA e a Sucden, formaram a *joint venture*⁵⁵ FDA – Franco Brasileira Açúcar e Álcool⁵⁶. Esta primeira investida foi responsável pela transação de 3 das 7 ocorrências estipuladas na tabela 2.

Em recente processo (firmado em agosto de 2010), também na modalidade de *joint venture*, a Cosan anunciou a formação da Raízen. Trata-se de um negócio em associação com a poderosa petrolífera Royal Dutch Shell para a produção de etanol e energia limpa. A aliança entre Cosan e Shell tem como um dos seus principais objetivos a conquista do mercado norte-americano de etanol e se consolidar ainda mais no mercado mundial⁵⁷.

Para Ana Oliveira (2003, p. 60) os processos de F&A, envolvendo ou não capital internacional, demonstra que “o capital sofre um espalhamento, do ponto de vista territorial e

⁵⁴ Na safra de 1991/92 dos cinco maiores grupos três pertenciam a família Ometto. De acordo com a lista: 1º) Grupo Pedro Ometto (Cosan); 2º) Grupo Luiz e João Ometto; 3º) Grupo Zillo Lorenzatti; 4º) Grupo Maurílio Biagi; 5º) Grupo Hermínio Ometto. (OLIVEIRA, 2003, p. 56)

⁵⁵ Joint Venture é uma expressão de origem americana que caracteriza a associação de duas ou mais empresas para compartilhar um negócio ou projeto em comum. Geralmente são realizadas por empresas que participam de maneira diferente da cadeia produtiva, tal como uma que produz etanol e outra que distribui. É o que parece ser o caso da Raízen.

⁵⁶ A Union SDA é uma tradicional empresa francesa do ramo de açúcar. Neste processo, a Sucden obteve 5% de participação acionária, ficando o restante igualmente dividido entre Cosan e Union SDA (OLIVEIRA, 2003, p. 56).

⁵⁷ Os EUA junto com o Brasil são os maiores produtores de etanol do mundo, sendo que o produto estadunidense é feito a partir do milho. A produção brasileira possui dificuldade em ingressar neste mercado, uma vez que o governo local impõe uma série de medidas protecionistas.

uma concentração, do ponto de vista do controle”. A expansão de mercados e a centralização de poder devem ser postas, então, como parte do movimento geral do capital, sendo, portanto, uma tendência própria do desenvolvimento do capitalismo ao qual o setor sucroalcooleiro é mais uma atividade. Por isso, na medida em que o setor sucroalcooleiro se integra cada vez mais a uma economia mundializada, este processo de concentração se aprofunda em seu interior.

De acordo com Pasin e Neves (2001), a participação do capital estrangeiro no elo de produção da agroindústria canavieira traz para seus agentes um maior controle do destino das exportações, com expectativas de profissionalização da gestão e capitalização das empresas.

A associação com o capital internacional tem permitido uma maior exploração de toda a cadeia produtiva, com ampliação na escala de mercados. Com o exemplo das companhias francesas, Ana Oliveira esclarece a importância da formação de sociedade com tradings internacionais, por exemplo.

Essas companhias francesas atuam não somente na produção de açúcar e álcool, mas em toda a cadeia produtiva. Funcionam num sistema de grandes cooperativas com importantes redes de industrialização e distribuição, movimentando, portanto, uma quantidade de negócios muito grande, que vai além da simples produção de beterraba e açúcar. Além disso, tem o fato de o açúcar ser subsidiado na Europa e, uma vez associados a grupos brasileiros essas companhias terão condições de abastecer os mercados abertos na Europa, ou mesmo nos Estados Unidos. (2003, p. 60)

Além das vantagens de exposição no mercado e maior potencial de crescimento, Novaes (2009, p. 43) acrescenta na discussão que a associação com o capital estrangeiro permite maior potencial para a captação de recursos financeiros e maior flexibilidade estratégica para a operação das empresas e sua inserção nos mercados, dado que a diversificação acionária aumenta a liquidez do patrimônio.

O exemplo da Raízen demonstra também isso claramente. Em seu site a Cosan afirma que, com a Raízen, agregam-se 23 usinas com capacidade de produzir 2,2 bilhões de litros de etanol e de produção de energia em quase 900MW. Além disso, a Raízen incorpora 4.500 postos de combustíveis⁵⁸, atuação em 53 terminais de distribuição e em combustíveis de aviação em 54 aeroportos. O aporte de caixa chega a quase US\$ 1,6 bilhão.

⁵⁸ O Grupo Cosan já havia adquirido a Esso, assim, somam-se os postos de combustível das duas empresas (Esso e Shell).

A internacionalização que o setor sucroalcooleiro brasileiro tem sofrido, tornando-se mais integrado a economia mundial e suas corporações tem refletido também na busca por maior profissionalização na gestão das empresas, enfraquecendo, em partes, o controle de tipo familiar que sempre marcou a agroindústria canavieira. Este movimento tem dado uma nova caracterização aos empreendimentos sucroalcooleiros com a constituição de muitos grupos e usinas em Sociedades Anônimas.

Tabela 4 – Quantidade de unidades produtoras cadastradas no DCAA-MAPA.

Estado	Unidades Produtoras Cadastradas	Número de Usinas S/A	Porcentagem de Usinas S/A
SP	197	103	52,28
MG	40	20	50
GO	33	20	60,6
PR	30	13	43,33
AL	24	19	79,16
PE	22	12	54,54
MS	21	12	57,14
PB	9	5	55,55
MT	9	3	33,33
RJ	7	4	57,14
ES	6	5	83,33
SE	6	-	-
MA	4	2	50
RN	4	1	25
BA	3	1	33,33
RS	2	1	50
PA	1	1	100
AM	1	-	-
PI	1	-	-
RO	1	-	-
TO	1	-	-
TOTAL	426	222	52,11

Fonte: MAPA

*Dados de 1.04.2010

Segundo levantamento realizado por Neves (2009), em 2008, das 404 usinas com cadastro no Departamento da Cana-de-Açúcar e da Agroenergia (DCAA) do Ministério da

Agricultura Pecuária e Abastecimento, 205 são Sociedades Anônimas, configurando o cenário onde mais da metade das usinas brasileiras possuem acionistas.

Na tabela 4, com dados atualizados de 2010, comprova-se a participação de acionistas em 52,11% das usinas, revelando uma tendência de mudança de gestão e de abertura de capitais no setor. Em números absolutos, em comparação a 2008, em dois anos registra-se o crescimento de 22 unidades produtoras, com o número de empresas com acionistas contabilizadas em 17. Números que também ratificam uma expansão dos empreendimentos.

A tabela em si não nos permite afirmar que as 17 novas Sociedades Anônimas sejam parte das 22 novas unidades. No entanto, esses dados comparados com o levantamento feito pelo trabalho de Elisa Neves (2009) permitem-nos identificar que, embora a maior parte seja de novas usinas de grupos em expansão, há casos de empresas que passaram a ter acionistas. Da mesma forma, uma usina ser sociedade anônima não significa que tenha a presença acionária do capital estrangeiro (pode ser inclusive apenas divisão entre familiares).

Todavia, o que se evidencia é a nova configuração do setor sucroalcooleiro, com empresas mais abertas e de menor controle familiar, tendo mais observação para a profissionalização da gestão. Um processo que faz parte de sua internacionalização ou globalização, complexificando sua cadeia de relações e padronizando sua estrutura administrativa e produtiva.

Alguns grupos não só se constituíram em sociedades anônimas, mas de fato abriram seus capitais os colocando para transações em bolsa de valores, embora o número destes ainda seja pequeno. Até 2008 seis grupos eram listados com capital aberto, tendo, assim, ações vendidas em bolsa de valores. O grupo Cosan foi o primeiro a abrir capital na bolsa de valores (Bovespa), fato ocorrido em 2005, após não conseguir empréstimos bancários. Desta ação, pioneira naquele momento, o grupo chegou a arrecadar U\$ 3 bilhões ou 60 vezes o que lhes foi negado pelos bancos⁵⁹ (Novaes, 2009).

As condições que tem propiciado a expansão do setor, a qual vem acompanhada da participação cada vez maior de capital estrangeiro, tem como razão especial o “apelo” à produção de biocombustíveis. Para isso, a agroindústria canavieira tem encontrado forte apoio do Estado, materializada em políticas como o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011) e

⁵⁹ Relata ainda Novaes (2009, p. 46), que o patrono Rubens Ometto em 2006 ao se sentir arriscado de perder o controle da empresa para companhias petrolíferas formou a Cosan Limited com sede nas Bermudas e ações na Bolsa de Nova York convidando os acionistas a migrarem. Foi uma forma de manter o controle sobre o grupo, uma vez que na Cosan Limited as ações de Ometto valem 10 vezes mais que as outras, em razão das normas jurídicas daquele país. Hoje, as duas empresas convivem juntas.

nas linhas de crédito e financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Além disso, o Estado tem introduzido o zoneamento agroecológico da cana e promovido “pactos” e “compromissos” por melhores condições de trabalho⁶⁰.

Especialmente desde o início dos anos 2000 o setor sucroalcooleiro brasileiro tem vivido com expectativa e momentos de euforia a expansão de suas operações e a ampliação dos seus mercados. Atento a abertura de um “biomercado”⁶¹ com a transformação do etanol em uma *commodity*, o Brasil tem investido na ampliação do setor sucroalcooleiro. Tem-se realizado uma política de relações externas defendendo a produção de etanol através da organização de seminários internacionais e trocas de experiência com outros países.

Passado os momentos de impactos mais bruscos nos marcos da desregulamentação estatal e da reestruturação produtiva, a agroindústria canavieira brasileira apresenta-se cada vez mais competitiva. Fato que se comprova com safras e produções recordes, resultado de todo o acúmulo e investimento em inovações tecnológicas e de gestão.

Tabela 5 – Total de área, produção e rendimento da cana-de-açúcar no Brasil (2000/08)

ANO	ÁREA (Milhões de ha)		PRODUÇÃO (Milhões de ton.)	RENDIMENTO (ton/ha)
	Plantada	Colhida		
2000	4,82	4,82	325,33	67,51
2001	5,02	4,96	344,28	69,44
2002	5,21	5,1	363,72	71,31
2003	5,38	5,37	389,85	72,58
2004	5,57	5,63	416,26	73,88
2005	5,62	5,76	419,56	72,83
2006	7,04	6,19	457,98	74,05
2007	7,89	6,69	515,82	77,05
2008	8,92	8,14	648,85	77,52

Fonte: IBGE *apud* BRASIL (2009)

A tabela 5 demonstra o crescimento e expansão da produção. A área plantada e colhida se expande ano a ano, tal como a produção que em oito anos salta, em milhões de toneladas, de 325,33 para 648,85. A produtividade, por sua vez, tem alcançado ganhos

⁶⁰ Nestes pontos, a discussão fica reservada para o terceiro capítulo.

⁶¹ De acordo com expressão usada no Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 do Governo Federal.

consideráveis, atingindo o índice médio de 77,52 toneladas por hectare em 2008, um acréscimo de 10 toneladas em um intervalo de oito anos.

O Brasil, além de se manter no topo dos maiores produtores e exportadores de açúcar e álcool, possui também amplo mercado interno que absorve parte significativa de sua produção. No pano de fundo deste bom momento para o setor, se insere temas de interesse da sociedade como o aquecimento global com a emissão de gases poluentes e a necessidade de produção de uma matriz energética “renovável e limpa” em substituição ao petróleo.

Segundo o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011) do Governo Federal, o século XXI será o “ocaso” do petróleo. Se os choques do petróleo nas décadas de 1970 tinham como base uma contração na oferta, hoje viveríamos na iminência de um elevado aumento na demanda sem condições de supri-la. Estima-se que a demanda por energia no mundo aumentará na média de 1,7% por ano de 2000 à 2030, o que implica na inapelável situação de esgotamento das reservas de petróleo (Brasil, 2006).

Como provedor destes debates em escala global destaca-se o Protocolo de Kyoto, sistematizado em encontro de nações realizado na cidade japonesa de mesmo nome em 1997, mas entrado em vigor apenas em 2005. Este protocolo dirigiu-se para que as nações industrializadas atuem na redução da emissão de gases poluentes até o período de 2008-2012⁶². Uma das metas traçadas pelo protocolo é a utilização de energias renováveis e bicomcombustíveis, o que justificaria a abertura de um “biomercado”.

Com vista à hegemonia no mercado de biocombustíveis o Brasil passou, portanto, a retomar uma política de incentivo a produção e consumo de etanol. Ao seu lado, uma maior tradição e experiência em produção de larga escala do álcool, assim como condições mais sólidas que se afastam mais das possibilidades de crises de desabastecimento como ocorrera ao fim do Proálcool e que gerou graves consequências.

Uma dessas sólidas condições é o desenvolvimento de carros com tecnologia *flex-fuel* ou bicomcombustíveis que tem consolidado um mercado consumidor com capacidade de absorver boa parcela da produção de etanol. As estatísticas têm demonstrado o vertiginoso aumento da frota de carros com esta tecnologia. De 2005 a 2009 a venda de carros a álcool ou bicomcombustíveis saltou da casa de 896 mil para a de 2,7 milhões, um crescimento de 202,4%.

⁶² Os EUA se retiraram do acordo em 2001, com presidente Bush filho, a partir do receito de perder força produtiva frente às cada vez mais fortes China e Índia. Em 2009, pós-eleição de Barack Obama, foram sinalizadas intenções de cumprir as metas, mas realizadas em espaço de tempo mais largo. Os EUA é o maior poluidor do mundo e também o maior consumidor de gasolina, uma das principais provedoras de gases do efeito estufa.

No total acumulado de 2003 a 2009 são 9,8 milhões de carros vendidos. Em 2009 a frota de automóveis leves com tecnologia *flex-fuel* em circulação no Brasil encerrou o ano com uma participação estimada de 34% na frota total (DIEESE, 2010).

No âmbito da disputa de mercado internacional, o ingresso do capital internacional, inclusive de grandes conglomerados mundiais, tem sido saudado com otimismo por governo e empresários do setor. Parcerias como a firmada entre a Cosan e a Shell são consideradas como “passaporte global para o etanol” brasileiro. Além disso, em 2010, a Agência Ambiental dos Estados Unidos (EPA) classificou o etanol da cana como um combustível avançado que reduz em até 61% a emissão de CO₂ em comparação à gasolina pura (NETTO, 2010).

As expectativas de ganho com o etanol são de curto prazo com o aumento da demanda interna e de médio prazo com o aumento das exportações pelas conquistas de mercado deste produto. Em curto prazo, no que cabe ao etanol, o aumento da demanda tem sido gerado justamente pelo desenvolvimento de carros com tecnologia *flex-fuel* ou bicomcombustíveis.

De acordo com o documento *Projeções para o Agronegócio*⁶³ a expectativa para a produção de etanol em 2019/2020 é de atingir 62,91 bilhões de litros o que significaria uma produção duas vezes maior que a registrada na safra de 2008/2009. O aumento incidiria tanto sobre o consumo interno, especialmente, mas também nas exportações que atingiriam 15,12 bilhões de litros, sendo cerca de três vezes maior que os números atuais.

Importante destacar que a produção de açúcar também tem apresentado boas perspectivas. Mesmo aquelas usinas e grupos que buscam se especializar na produção de etanol tem, por vezes, mantido uma produção de açúcar para manter fluxo de caixa e se proteger das oscilações do preço do “combustível verde”. As estimativas apresentadas no documento citado dão conta de que a produção de açúcar no Brasil cresça a uma taxa média de 3,53% entre as safras de 2009/2010 e 2019/2020. Nesse ritmo, a safra de 2019/2020 produziria 46,70 milhões de toneladas de açúcar, representando um acréscimo de 15,2 milhões de toneladas.

Todavia, o etanol e suas possibilidades de mercado tem sido de fato o grande fiador da expansão do setor. Uma constatação são os números descobertos comparando a quantidade de usinas exclusivamente produtoras de álcool na safra 2004/2005 com o registrado até início de 2010. No primeiro período a porcentagem de unidades especializadas na produção de açúcar era de 6% contra 25% daquelas centradas apenas na produção de álcool. Já no segundo

⁶³ Cf. Brasil (2010).

período elencado, do total das 426 unidades produtoras registradas (ver tabela 4), apenas 3,7% produzem apenas açúcar, enquanto que as que produzem apenas álcool já somam 37,8%⁶⁴.

Os recursos destinados pelo BNDES para o setor corroboram com o apresentado. O banco estatal tem se confirmado como uma das principais bases desta expansão, inclusive tendo participação acionária em usinas através da subsidiária BNDESPar⁶⁵. Entre as safras de 2003/2004 e 2007/2008 os recursos destinados para a expansão da produção de etanol tiveram crescimento acumulado de 50% contra os 24% da produção açucareira. Em média, a capacidade produtiva dos empreendimentos atinge o processamento de 2 milhões de toneladas de cana (MILANEZ, BARROS & FILHO, 2008). Número que estabelece um padrão produtivo e sugere que unidades que não consigam atingi-lo sejam com o tempo absorvidas.

Tabela 6 – Participação estadual no financiamento do BNDES para o setor sucroalcooleiro

UF	2004	2005	2006	2007	2008
São Paulo	69,8	66,6	72,8	64,7	70,4
Minas Gerais	5,4	6,9	7,6	4,6	9,8
Paraná	9	12,1	7,8	6,9	8,1
Goiás	9,8	7,2	7,6	16,4	7
Mato Grosso do Sul	0,7	0,3	1,2	1,1	2,7
Pernambuco	2,1	2,1	1,1	1,1	0,5
Alagoas	1,2	1,5	0,6	0,4	0,2
Outros	2,1	3,2	1,3	4,8	1,3

Fonte: Milanez, Barros e Filho (2008).

*Dados até 3.7.2008.

**Inclui todas as linhas e operações de financiamento do BNDES

Na destinação desses recursos, estudo de técnicos do BNDES (Id., Ibid., p. 14-16) aponta que os investimentos mais altos têm prevalecido para projetos de implantação. Projetos para expansão, de menor monta, tem se concentrado em região com parque industrial já

⁶⁴ Cf. BNDES (s.d), Brasil (2010).

⁶⁵ De acordo com Saltorato e Neto (2007) o BNDESPar “atua segundo a lógica da indústria de capital de risco: ingressa como sócio em negócios promissores para, após a sua maturação, retirarem-se, preferencialmente, via abertura do capital da empresa”.

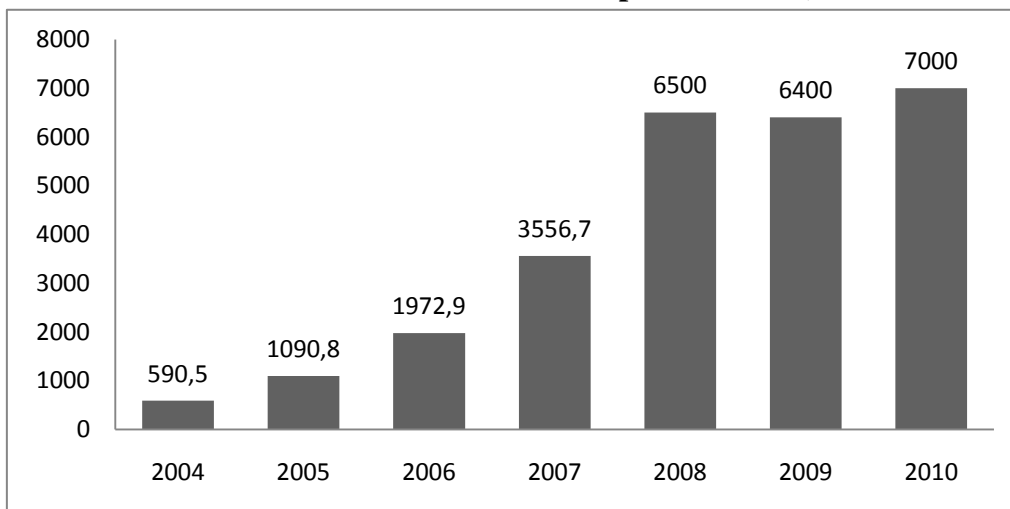
instalado, como São Paulo. Os de valores mais altos concentram-se no sul do Mato Grosso do Sul, em Goiás e oeste de Minas Gerais, justamente nas áreas de expansão da produção através da implantação de novas unidades industriais. Todavia, São Paulo tem concentrado ampla maioria dos desembolsos do banco estatal chegando a não menos que 60% do total destinado ao setor, conforme indica a tabela 6.

Os investimentos realizados pelo BNDES tem sido crescentes e as linhas de crédito se diversificado, inclusive para aquisição de maquinário, tanto para a produção agrícola quanto para a produção industrial. Eles têm representado um monte significativo no total de desembolsos do banco o que demonstra a força do setor e a importância que o mesmo tem tido na política do governo federal.

Em 2008, o montante destinado a agroindústria canavieira representou 6,85% do total dos recursos de financiamento realizados pelo banco. O gráfico 1 mostra que o financiamento vai ganhando intensidade atingindo a casa do bilhão em 2005, se mantendo acima de 6 bilhões de reais em 2008 e 2009, para atingir a casa de 7 bilhões em 2010.

Gráfico 1

Recursos destinados ao setor sucroalcooleiro pelo BNDES (em milhões de reais)



Fonte: Milanez, Barros e Filho (2008); BNDES (2010); Repórter Brasil (2011)

*Os dados de 2008, 2009 e 2010 são de números aproximados.

Cabe destacar que em 2009 a crise financeira desencadeada a partir da bolha imobiliária americana provocou uma geral retração na oferta de crédito. Porém, como indica o gráfico 1, o aporte de recursos para as empresas sucroalcooleiras foram mantidas em patamar equivalente ao ano anterior. Em balanço sobre o ano de 2009, no informe setorial do BNDES,

justifica-se que o montante de 2009 respondia a projetos em andamento e aprovados no ano anterior. Não obstante, o banco enfatiza sua atuação “anticíclica” em relação à crise, sendo demonstrativo do importante papel do Estado na economia. Estes dados demonstram o peso que o financiamento do banco têm tido na expansão da produção canavieira e a importância do mesmo no atual contexto da política econômica do Estado brasileiro.

É interessante observar que a desregulamentação estatal do setor foi o início de profundas e rápidas mudanças na agroindústria canavieira. De acordo com a definição dada em Ana Oliveira (2003, p. 53) *apud* Nascimento (2001) a desregulamentação criou um novo ambiente institucional caracterizado pela “combinação entre regulação estatal e mecanismos flexíveis de mercado”.

Todavia, dada não só a força política do setor, mas pela própria posição que ele assume na economia brasileira, os cofres públicos continuam abertos a este setor privado, tal como todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento tem sido realizadas. Por isso, continua a autora, se agroindústria canavieira não se organiza mais “à sombra do Estado”, por outro lado continua com o seu aval e financiamento.

As mudanças no setor sucroalcooleiro têm sido processadas de maneira muito rápida. Em curto espaço de tempo a composição do setor tem mudado significativamente. Ocorre que se no início de 2000 o investimento estrangeiro nesta agroindústria brasileira ainda tinha um caráter mais especulador, ao fim deste século ganha consistência e preponderância.

De acordo com Marcos Jank, presidente da Unica, em 2007 o capital estrangeiro controlava 22 empresas ou o equivalente a 7% da produção do setor. Em três anos a estimativa era de que o capital estrangeiro já controlasse de 20% a 25% do setor⁶⁶. Dados que devem continuar crescendo. Grandes multinacionais já se fazem presentes como a Bunge, Cargill e ADM.

A *Acher Daniels Midland* (ADM), que já possuía participação minoritária na Cosan, teve anunciado no final de 2008 uma transação com o grupo nacional Cabrera⁶⁷, com estimativa de investimento de US\$ 3 bilhões e objetivo de se tornar a maior produtora de etanol do mundo. O ingresso da ADM chamou atenção uma vez esta empresa, além de ser uma das maiores produtora de grãos do mundo, produz o etanol a partir do milho nos EUA. Justamente por esta razão, por muito tempo fez *lobby* junto a deputados e senadores norte-americanos em defesa do etanol a partir do milho (NETTO & ATTUCH, 2008).

⁶⁶ BNDES (2010), Dieese (2010).

⁶⁷ O grupo pertence a Antônio Cabrera, ex-Ministro da Agricultura no governo de Fernando Collor.

Em entrevista a revista Dinheiro Rural⁶⁸ em 2009 Eduardo Pereira de Carvalho, ex-presidente da Unica e um dos fundadores do grupo ETH, as F&A devem ainda ser uma constante no setor durante a atual década, argumentando para isso que os maiores grupos produtores ainda têm pouca concentração da produção total. O principal protagonista desse processo continua sendo o capital estrangeiro. Todavia, para Eduardo Carvalho isto não significa o fim de famílias tradicionais no setor, pois o que ocorre é que elas põem “o seu patrimônio a risco” abrindo para o ingresso de novos sócios que permitam mobilizar os investimentos necessários para continuar competitivo no setor.

⁶⁸ Cf. Andrade (2009).

CAPÍTULO 3 – “NOVOS” *HABITUS*, VELHOS DILEMAS

A nova composição da agroindústria canavieira e as expectativas em torno do etanol com inserção do capital internacional provocaram mudanças significativas no setor. Além disso, a maior exposição as pressões socioambientais e as novas exigências de mercado exigem um novo *habitus* que associe a elite canavieira às “boas práticas”. Este é o tema do primeiro tópico do nosso último capítulo.

Não obstante, segundo o Dieese (2007), o próprio Banco Mundial em relatório sobre o setor sucroalcooleiro atribui ao setor impactos negativos frente a questão fundiária, social e ambiental. Ciente destes problemas e com interesse na expansão do setor, o Governo Federal pôs a público um Zoneamento Agroecológico na forma de decreto e projeto de lei, ao mesmo tempo em que coordenou, para adesão voluntária, o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho da Cana-de-Açúcar*.

O trabalho degradante e a destruição da natureza são, portanto, velhos dilemas que a agroindústria canavieira continua a presenciar. Por isso, no segundo tópico dividimos a discussão em dois pontos. O primeiro abordando questões socioambientais e o segundo as trabalhistas.

3.1 As novas mobilizações necessárias da reprodução canavieira: um novo sistema de disposições?

O quadro conceitual do sociólogo francês Pierre Bourdieu nos permite entender o processo de construção das classes sociais identificando as mudanças ocorridas em face de sua posição em determinado espaço social. Em Bourdieu nenhum grupo ou classe social é dotado de propriedades inatas ou intrínsecas e aderir a tal preposição seria se pautar por um “modo de pensar substancialista”.

Este sociólogo francês ao se opor a tal modo de pensar, enfatiza a importância do pensar relacional entre as estruturas objetivas e as incorporadas (BOURDIEU, 2005, p. 17). As propriedades relacionadas a determinado grupo ou classe “lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis” (Id., Ibid., p. 17-8). A oferta de bens e práticas possíveis, tal como a localização no espaço social são os elementos estruturantes, objetivos, que

incorporam valores, modos de pensar e agir nos agentes. Nesta análise, a dinâmica social se constrói no interior do *espaço social* ou de um *campo* cujos *agentes* possuem disposições específicas, chamadas de *habitus*.

O espaço social e o campo são a exteriorização ou objetivação do *habitus*. Representam a estrutura de relações objetivas, sendo tanto uma estrutura a caracterizar os agentes neles envolvidos, quanto também uma estrutura de luta entre eles. Sua estrutura é dada pelas relações de força entre os agentes e as instituições pela hegemonia em seu interior, sendo delimitado pelos valores e formas de capital que lhe dão sustentação. Aqui nos referimos a capital no sentido dado por Bourdieu, como uma acumulação de força e, portanto, este capital pode ser de diferentes tipos, pois há diferentes formas de exercer este acúmulo. Os capitais podem ser: cultural, social, econômico e simbólico – sendo este último a síntese dos demais. As formas de capital são conversíveis umas nas outras. Há também a posição que os agentes se situam no interior dos campos.

Já o *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Define-se como um “sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada”. Estas são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais e medeiam a estrutura e a ação. Funciona como “princípio gerador e organizador de práticas e de representações”. Da mesma forma que suas disposições são adquiridas mediante a interação social, estas classificam e organizam esta interação.

Este referencial conceitual e metodológico nos permite apreender melhor a mudança de postura e a mobilidade na construção da defesa de valores que as classes podem se submeter. Ou seja, compreender as especificidades em um dado contexto escapando de um reducionismo que iguala situações e ações distintas o que compromete o aprofundamento da análise e o entendimento do funcionamento de suas condicionantes. Portanto, uma análise que cumpra com o rigor que o ofício da sociologia exige, não pode simplesmente associar categorias que são formadas a partir de realidades e conjunturas específicas com outras constituídas em outro contexto.

Queremos evidenciar com estas contribuições que não podemos analisar os sujeitos ou agentes preponderantes no setor canavieiro como se fossem construídos como meras continuidades históricas sem rupturas, mudanças ou mesmo disputas internas. A lógica, ou a estrutura de pensamento, com a qual os usineiros agem é distinta da qual agiam os senhores de engenho. A construção do seu *ser e fazer* ou do seu *habitus* também. Cada um é dotado de

um conjunto de disposições que está marcado tanto enquanto sujeitos (agentes) quanto na condição de *frações de classe*, produzindo determinadas idéias e exteriorizando-las de diversas maneiras, desde na conduta com o Estado ou com os trabalhadores à sua conduta em face de questões ambientais e sociais.

O erro conceitual se faz presente quando a referência a “oligarquia canavieira” é posta como dotada de características inatas e intrínsecas, ou seja, a-históricas. O procedimento que explicitamos é observar sua representação em um dado momento, em uma determinada situação e a partir da posição ocupada num determinado espaço social que oferece o conjunto de bens e práticas possíveis.

Com este procedimento procuramos apreender o significado de uma mudança de perfil, da reformulação de todo um sistema de disposições daqueles sujeitos (agentes) preponderantes num dado espaço. Por outro lado, não significa que transformações ocorridas resultem tão somente em rupturas ou mudanças. Muito pelo contrário, elas também podem se basear em continuidades, embora muitas delas re-atualizadas e com novas roupagens. Em nosso objeto de estudo, é muito mais pertinente falar de continuidades do que de rupturas.

No que diz respeito às elites agrárias, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro impele a presença do continuísmo, revestido no conservadorismo que esteve acoplado as transformações em sua estrutura econômica, ditas modernizantes. Esta estrutura econômica se moderniza do ponto de vista do capital, porém se mantém tacanha do ponto de vista socioambiental uma vez que há manutenção e mesmo promoção de uma estrutura fundiária concentradora.

No âmbito da produção canavieira, ainda é viva aquela imagem do senhor de engenho simbolizando e personificando todo um sistema social que marcou a própria formação histórica brasileira enquanto primeira cultura comercial do país. Com origens seculares, a atividade canavieira logo ficou associada à degradação do meio e a relações de trabalho autoritárias.

Destacamos três elementos primários que estruturavam o sistema social no Nordeste e Brasil dos senhores de engenho, firmados a partir do período colonial e que marcaram a nossa própria formação econômica e social: a) constituição de latifúndios; b) produção monocultora; c) escravização de amplo contingente da população, em especial negros. Segundo Ramos (1999, p. 38), desses três elementos desdobram-se outras três características da ocupação agrícola fincada no território brasileiro: extensiva, itinerante e predatória.

O sistema social que representava a cultura canavieira tinha como centro econômico,

político e cultural os engenhos de fabricar açúcar (banguês) e todos os seus componentes. Como figura principal, como personificação deste sistema de dominação, aparecia o senhor de engenho com “prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maior fosse a extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuíssem” (ANDRADE, 1998, p.78). Os banguês funcionavam como centros políticos, de onde saíam os chefes com sua influência e as decisões que rompiam os limites da sua propriedade (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 211).

Dos eixos estruturantes elencados da formação da produção canavieira, o caráter latifundiário e monocultor apresentou como corolário um tipo de ocupação agrícola extensiva e predatória. Se o progresso técnico era pouco, a produtividade também era baixa. Por muito tempo a ampliação da produção de açúcar se deu basicamente com a aquisição de novas terras, além da aquisição e reposição constante de uma força de trabalho escravizada. As terras serviam tanto para aumentar o plantio da cana quanto também para garantir a manutenção da infra-estrutura das propriedades canavieiras (RAMOS, 1999, p. 34).

Nesses termos, o caráter predatório que a cultura canavieira assumiu revelou-se na abundância de recursos naturais necessários para manter em funcionamento os engenhos. Com pouco aproveitamento da matéria-prima, o aumento da produção logo se associava ao aumento da extensão de terras. Por sua vez, o aumento da extensão de terras gerava o desmatamento sistemático da mata nativa, tanto para o cultivo da cana, como também para o cultivo dos mantimentos necessários. Além disso, forçava um deslocamento da produção de alimentos ou mesmo praticava uma expropriação de pequenos produtores.

O elemento natural (solo, clima, rios, vegetação, entre outros) exercia importância muito maior do que hoje. O baixo progresso técnico-tecnológico impelia uma dependência acentuada aos elementos da natureza. Segundo Eisenberg (1977) *apud* Vian (2003, p. 64) a combinação de “terra barata”, “trabalho barato” e rotina eram o tripé que assentava as bases do atraso tecnológico vivido pela atividade canavieira. Para Vian, seguindo a mesma linha de raciocínio, a abundância de terras e o uso de trabalho escravo geraram “a adoção de tecnologia agrícola terra-intensiva, em detrimento da conservação do solo e da busca por novas técnicas de plantio”.

Quando o senhor de engenho entra em declínio e em seguida desaparece, o faz derrotado por outra categoria social que emerge como agente preponderante na atividade canavieira: o usineiro. Cabe pontuar que nesta transição há uma mudança de um processo produtivo manufatureiro para outro associado a padrões de produção mais típicos do

capitalismo (ANDRADE, 1994, p. 36).

Todavia, a usina mantém a integração vertical para trás, ou seja, o controle da produção agrícola e industrial pela unidade processadora. Este fato guarda relação com a sua própria formatação anterior, uma vez que os engenhos de açúcar também uniam o cultivo da cana e o seu processamento sob a égide de um mesmo proprietário⁶⁹. Conservando esta característica, Ramos (1999) defende que a questão da propriedade da terra é fundamental para entender a ação dos usineiros. Têm-se uma fração de classe com corte industrial, mas que se mantém ligada a propriedade fundiária. Daí Ramos afirmar que “o usineiro é, antes de tudo, um proprietário fundiário” (Ibid., p. 23).

Impelido por determinações estruturais que atuam como construtor de seu sistema de disposições nos é permitido compreender a permanência de modos de agir e fazer. Tal como com os senhores de engenho, o uso da força, além da influência política por meio de relações patrimonialistas com o Estado, manteve-se como caracteres basilares da ação de usineiros. Segundo Andrade (1994, p. 160) “o usineiro ainda apresentava muitas características do antigo senhor de engenho, do proprietário rural, e administrava a usina de forma patriarcal, tradicional”.

Então, a herança apropriada pelo usineiro foi de uma atividade econômica exclusivista, baseada na monocultura e no latifúndio, que relega aos seus proprietários uma carga de poder e barganha, ao mesmo tempo em que se associa a informalidade das relações de trabalho e a um descompromisso com a comunidade e o meio natural.

Estes aspectos encontraram também razão nas próprias práticas e condutas desta então nova categoria social e da persistência de mecanismos de dominação similares ao seu antecessor. O estudo de Beatriz Heredia (1988) aborda justamente um momento de luta que marca a transição entre as duas categorias mencionadas e merece uma breve exposição.

Justificamos retomar alguns destes embates, pois além de ser um exemplo histórico próprio da agroindústria canavieira, já nos permite identificar continuidades e rupturas presentes naquele momento e, o mais importante, entender também como o próprio usineiro vai passar a buscar novas formas de legitimação. Nosso interesse é destacar que, embora

⁶⁹ Evidente que, tal como em um caso como no outro, assim como até hoje, nem toda cana processada é própria. Participante do processo que desemboca na constituição da modernização via usinas, houve as tentativas de formação de engenhos centrais (proposta do governo da época), mas que encontrou a resistência dos mandatários da produção canavieira. Os engenhos centrais tinham como característica a separação entre produção agrícola e produção industrial. De todo modo, sempre existiu a figura do fornecedor de cana em suas distintas representações.

comunguem de qualidades similares⁷⁰, há distinção entre o usineiro e o senhor de engenho. Da mesma forma, há distinção entre aquele usineiro formado em processo de luta com senhores de engenho e fornecedores de cana, para o usineiro do século XXI que mantém relações com vários acionistas, está mais exposto a vigilância da sociedade e sendo amplamente imbricado com as novas condições postas pelo mercado internacional.

Em *A distinção: crítica social do julgamento* Pierre Bourdieu explica que os agentes são distribuídos no espaço social considerando primeiro o volume global de capital acumulado e posteriormente o peso relativo dos diferentes tipos de capital no volume global deles. Em suas palavras:

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como um conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo de capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos. (Bourdieu, 2007a, p. 107-8).

Com o surgimento das usinas o espaço canavieiro passa a ter uma disputa acirrada pela posição de dominação em seu interior. Nessa disputa, os senhores de engenho, tradicionais no ramo com os seus banguês, serão ameaçados e posteriormente subjugados pelos usineiros até serem extintos enquanto categoria social.

Cada grupo social irá mobilizar os seus capitais disponíveis. O principal dos usineiros era o capital propriamente econômico. A formação das usinas levou muitos senhores de engenho – que vão se distinguir dos usineiros que ascendem no cenário canavieiro pela alcunha de banguêzeiros⁷¹ – a serem fornecedores de cana. Ou seja, estes perdem o topo da hierarquia do setor canavieiro, a posição de dominação neste determinado campo, para os chamados usineiros.

A posse da terra aparece como um dos principais meios de acúmulo não somente de capital econômico, mas também social e a melhor forma de transformá-los em capital simbólico. Segundo Heredia (1988, p.163-4), senhores de engenho e usineiros possuem uma

⁷⁰ Uma vez que nos referimos a categorias distintas, mas que, porém, representam um conjunto maior, que poderíamos classificar genericamente de “elite canavieira”, elas, necessariamente, comungam de elementos básicos, constituintes da atividade canavieira – a saber, monocultura e latifúndio – e, portanto, arcam com este tributo.

⁷¹ Em 1937 ocorreu em Alagoas o I Congresso dos Banguêzeiros, o que nos é representativo quanto a necessidade que se impunha a estes em se articular, mobilizando capital político e social, para poder enfrentar o avanço das usinas.

“origem patrimonial comum” e desde o início de seus conflitos a discussão sobre os limites de propriedade está presente. Na Zona da Mata alagoana, região estudada pela autora, ela atenta que um dos meios com os quais os senhores de engenho vão buscar resistir é a posse das terras as quais davam acesso aos principais rios e lugar por onde várias vias férreas passavam⁷².

No entanto, o principal recurso com o qual os senhores de engenho resistiram ao avanço das usinas e a perda de sua posição no espaço canavieiro foi o sistema de moradia. Este sistema está intimamente relacionado com a posse de terras e agregava um elevado capital social e simbólico junto aos trabalhadores e a região. Sobre a relação senhores de engenho e moradores:

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia a casa de morada fazia com que, no próprio ato de ser constituído como morador, contraísse uma dívida moral, um reconhecimento para com o senhor de engenho que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma casa e trabalho. Essa situação inicial garantia ao senhor de engenho, como veremos, a gratidão e a fidelidade do morador. [...]

A concessão do senhor de engenho e o reconhecimento a que se obrigava o morador que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre a qual se estruturava a relação de morada. (HEREDIA, 1988, p. 118-9)

A força do sistema de morada era tão forte que as próprias usinas tiveram que se utilizar deste expediente como forma de atrair a mão-de-obra necessária para os seus empreendimentos e enfraquecer os senhores de engenho. Para tal, fizeram com algum diferencial, aproveitando-se da condição de possuir um maior montante de recursos financeiros.

Uma vez que se instalaram em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso à terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sob o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter mão-de-obra necessária. Foram precisamente essas dificuldades as que determinaram que as usinas se vissem forçadas a utilizar certos mecanismos com o intuito de ‘fixar’ os trabalhadores dentro de suas propriedades. Na Área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e ‘mais higiênicas’ e até escolas como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem. (Heredia, 1988, p. 170)

⁷² Houve tentativa por parte dos proprietários de terra que os usineiros pagassem até mesmo pedágio para poder passar as vias férreas.

Com o avanço do “processo usineiro” (RAMOS, 1999) as unidades agroindustriais transformam os engenhos em “fogo morto”, os quais perdem terras para as usinas e os senhores de engenho são relegados a categoria de fornecedores de cana. Despojados do controle da terra e da mão-de-obra, a base de sustentação do senhor de engenho é rompida.

Com a consolidação das usinas, aquelas relações sociais mais vinculadas aos antigos senhores de engenho (componentes do “sistema engenho”), perdem espaço para as de outros tipos, a começar pela própria relação entre trabalhadores e os proprietários. O personalismo do senhor de engenho perde força pela própria formação de uma nova hierarquia administrativa sintetizada na aparição do gerente da usina enquanto mediador desta relação.

O usineiro ainda que cronologicamente anterior ao processo de modernização no campo brasileiro datado dos anos de 1960-70, passará a sofrer novas mutações decorrentes das conseqüências deste processo integrador de capitais e mercados.

As modernizações oriundas no campo brasileiro e a formação dos complexos agroindustriais promoveram não só mudanças na base técnica da produção, mas também exigiram novas formas de legitimação das classes proprietárias em seus diversos ramos. Como mencionado no capítulo antecessor, a modernização da agricultura nos anos de 1960-70 esteve associada a disputas políticas e conflitos sociais representados por discussões em torno da reforma agrária. Implica em dizer que no centro do debate estava os questionamentos quanto a posse e o uso da terra e, por extensão, dos recursos naturais relacionados.

É pertinente destacar que as variadas formas de inserção produtiva dos ramos agropecuários e sua própria localização no conjunto da economia e política implicam em uma diversidade de agentes. De acordo com Regina Bruno (1997, p. 8):

Grandes proprietários de terra e empresários rurais encontram-se marcados pela diversidade interna: a inserção e os ritmos dos processos produtivos não são os mesmos para todos; o acesso ao crédito e o padrão tecnológico são distintos, bem como a concessão de benefícios e os subsídios; as condições de mercado são diferenciadas e são desiguais as circunstâncias em que se realiza a concorrência. Além do mais, há uma diversidade de status, de privilégios e de influência.

Portanto, justifica-se fazermos referência a elites agrárias ou classes dominantes do campo, no plural, uma vez que há uma heterogeneidade. Da mesma forma, é permitido identificar a diferenciação interna existente, que distingue, classifica e hierarquiza a partir das condições de sua produção que estão relacionadas a uma diversidade de fatores. Não obstante, essa diversidade não as posiciona em relações de antagonismos.

De acordo com Roberto Moreira (2007, p. 178) “a formação da grande propriedade, da grande produção exportadora e da elite agrária brasileira são distintas dimensões de um mesmo processo”. Esta ocorrência, ainda segundo Roberto Moreira, se estabelece uma vez que a apropriação da terra e da natureza no território brasileiro conformou “um proprietário de terras que é também o dirigente do processo produtivo”.

A observação de Roberto Moreira é a própria história da agroindústria canavieira que manteve ao avanço do tempo a integração vertical para trás do seu processo produtivo. De acordo com Ramos (1999, p. 190):

Como proprietário das terras e das fábricas, os usineiros sempre tiveram seus interesses plantados ‘à porta dos processos produtivos rurais’, e mais do que isso, pode-se argumentar que nunca houve entre eles uma distinção de interesses entre a produção agrícola e a produção industrial.

Assim, a que pese as diferenças internas no conjunto da elite agrária brasileira, apresentam-se como um bloco homogêneo quando se sentem ameaçados pela sua base comum. De acordo com Bruno (1997, p. XIII) está justamente na propriedade fundiária o ponto de interseção entre os agentes dominantes no campo, conforme a passagem seguinte.

Mas é, sobretudo, a concepção de propriedade – pelas idéias e atitudes que desperta – que circunscreve um espaço político, ideológico e social comum a todas as classes e grupos dominantes no campo. É precisamente em torno das noções terra-acumulação, terra-patrimônio, terra-objeto de especulação, terra-poder, terra-violência que os velhos e novos personagens se embaralham e se identificam mutuamente.

Segundo Regina Bruno, tomando como base análises de José de Souza Martins, o agronegócio “é herdeiro e tributário de todo um processo histórico ligado a violência, ao mando, à baixa contratualidade das relações de trabalho e à especificidade de aliança entre capital e propriedade da terra – sustentáculo de nossa estrutura social e política” (Id., 2008, p. 101). Ainda completa afirmando que “seus impasses e perfil retratam bloqueios históricos que se atualizam juntamente com as transformações da sociedade” (Id., Ibid., p. 101).

Continuando com a autora, se evidencia que desde o próprio processo de industrialização do Brasil o capital não rompeu com a propriedade fundiária, estabelecendo uma aliança com a mesma já que não poderia “descartar e dismantelar o poder político, social e cultural dos grandes proprietários de terras” (Id., 1997, p. 10). Assim, as designações de empresários e latifundiários não são opostas, mas sim complementares.

Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador. (Id., *Ibid.*, p. 11)

Para Regina Bruno (1997, p. XI), “a modernização da agricultura criou novos personagens e articulou novos interesses, que redefiniram novas e velhas alianças numa teia de relações muito mais ampla e complexa”. A formação dos complexos agroindustriais e a integração de capitais forma um novo contexto de representatividade que “precisa ir além dos interesses meramente agrários”.

Portanto, o capital agroindustrial não se apresenta de maneira estática frente as transformações no conjunto da sociedade e precisa, por isso, reatualizar suas formas de legitimação. Como forma de romper com os laços que o identificam com elementos atrasados ou arcaicos⁷³, passaram a se afirmar mais perenemente como industriais, como empresários.

Para Sônia Mendonça (2006, p. 52-53) a “empresa rural” não poderia simplesmente se apresentar com o mesmo “estatuto do latifúndio”, era necessário ultrapassá-lo com o latifundiário virando empresário “dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura”. Seva (2008, p. 124) indica

A existência de uma ambivalência contraditória ou uma duplicidade de lógicas discursivas e práticas em traços constitutivos do hábitus de classe como um tradicionalismo e conservadorismo convivendo com a idéia de pioneirismo, empreendedorismo e mesmo de modernidade científica e tecnológica [...]

Os processos modernizantes no campo brasileiro foram, portanto, acompanhado de novos discursos que re-significam o proprietário fundiário e o impelem a uma dissociação de negatividades atribuídas às atividades do agronegócio. Aos sujeitos sociais e a sociedade não bastam fazer, é preciso “explicar-se e legitimar perante a sua própria consciência e aos olhos de todos” (BAKUNIN, 2009, p. 59). Essa legitimação e explicação de suas ações se orientam a partir do conjunto de ofertas de bens e práticas possíveis.

Nessa linha de raciocínio, entendemos que a mudança de postura e comportamento da

⁷³ Nota-se a persistência da dualidade campo-cidade que reproduz uma dicotomia de arcaico-moderno. Cf. Albuquerque (2009, p. 44).

fração de classe que nos referimos representa mudanças concretas na base de sua atividade, porém também faz parte de um embate no campo ideológico e simbólico, os associando a modernidade, ao progresso e, assim, ao “desenvolvimento”. No âmbito de um espaço social que se mobiliza pela preservação do meio ambiente e que clama por direitos sociais, é necessário e primordial para a sua reprodução que as atividades relacionadas pelas elites agrárias transpareçam como sustentáveis e respeitadoras do meio natural e social com o qual se relaciona.

Para Bruno (Ibid., p. XII):

A nova retórica de legitimação procura reunir o conjunto do patronato rural em uma mesma identidade - “nós, os produtores e empresários agroindustriais”, ou “nós, do agrobusiness”. São conceitos que aparecem como reorganizadores de novos símbolos e novas práticas e se remetem a uma linguagem que se converte em discurso e juízo, substância e atributo na busca de uma nova qualificação que os legitime como modernos. A nova retórica também incorpora a se apropria, a seu modo, dos temas do debate mais geral sobre a sociedade brasileira, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, a ecologia e a segurança alimentar.

Nota-se que a incorporação dos “constrangimentos socioambientais” (Moreira, 2007) a produção foram determinantes para uma mudança, em certa medida, de padrões, valores e discursos, porém, mantendo intactos os fundamentos estruturais de um ordenamento social concentrador e centralizador, provenientes da noção de propriedade que é expressa no campo pela produção monocultora e latifundiária.

Se a modernização dos anos 1960-70 já criava uma série de mudanças que incidiam no *ser e fazer* das elites agrárias, ainda que de maneira combinada com “velhas” práticas, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva intensificam estas remodelagens. As mudanças sofridas pelo mundo do trabalho e os paradigmas que passaram a ser questionados quanto a relação entre homem e natureza, forçaram e tem forçado a um ajuste de discurso e de práticas, algo que, reforçamos, não é particular ao setor canavieiro.

Nesse contexto, o empresário é submetido, a partir de variáveis sociais e ambientais incorporadas no seu *fazer*, a ter suas decisões influenciadas por questões relacionadas à sustentabilidade e, portanto, deve exprimir um “novo” *ser*. O aprofundamento dos debates a respeito da sustentabilidade e da responsabilidade social, abordadas no primeiro capítulo, impõe condições e representam parte do conjunto de “estruturas estruturantes” a ser incorporados na construção de um “novo” *habitus* das classes dominantes, tal como as do campo.

Esta reorganização do *habitus* ou sistema de disposições passa a funcionar também como mecanismo de legitimação frente às condições de produção exigidas pela sociedade, mas também exerce uma “exteriorização da interioridade” que define os modos concretos em que tais exigências são apresentadas. Nesse sentido, as próprias exigências ambientais e sociais, tal como visto no capítulo 1, são apropriadas pelo capitalismo e o mercado e passam a servir aos interesses destes.

O que aparece como uma mudança de atitude, como no caso da “empresa com responsabilidade social”, enquadra-se como uma das “formas *eufemizadas* das lutas econômicas e políticas das classes” (BOURDIEU, 2007, p. 14). Uma transfiguração importante para a manutenção e legitimação da ordem social, já que opera na dissimulação de relações sociais enquanto relações de força.

Bourdieu (2007, p. 13) afirma a “homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta de classes”. Pode-se considerar que este campo de produção ideológica é da ordem da produção intelectual e discursiva, construindo visões e leituras do mundo. Isto constitui uma espécie de “poder simbólico”. Sobre este, diz:

O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar as visões de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (2007b, p. 14)

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (2007b, p. 15)

Evidente que não mudam os alicerces expostos em que o domínio do capital (econômico) se apóia, mas a própria adoção de “práticas sustentáveis” ou “boas práticas” no meio empresarial tornou-se também condição para que ele pudesse realizar suas tendências expansivas e concentradoras. Diria Bourdieu que a incorporação das variáveis sociais e ambientais, condensadas em práticas de sustentabilidade, conforma um novo sistema de disposições empresariais que internaliza a necessidade de agir sob novas formas de mobilização com fins de manter sua reprodução num dado espaço social que seria o mercado.

É deste modo que na agroindústria canavieira, o usineiro, que já se apresentava como mais moderno que o seu antecessor senhor de engenho, terá que também deixar de ser “usineiro”. Ele passa a se referir como um moderno empresário agroindustrial ou do agronegócio, eufemizando a sua posição social e as suas práticas, para associá-las a do

respeito ao meio-ambiente, a ética no trato com as relações trabalhistas e a uma visão de mundo mais ampla e humana. É a tomada de posição ideológica que reforça sua posição também para *fora* da classe (BOURDIEU, 2007b).

O uso ideológico de um discurso legitimador do domínio canavieiro não permite mais vir acompanhando de simples afirmações de “vocações naturais” para essa cultura, como foi dito certa vez pelo usineiro e político alagoano Osman Loureiro. Ainda que este recurso discursivo seja usado, passa a ser necessário mobilizar outros que dêem sustentação a um discurso ideológico de mesma finalidade: garantir a legitimidade necessária para o setor continuar a exercer suas operações e ampliá-las. Assim, o vocabulário canavieiro muda, precisa deixar de ser o de desmatamento e expansão desordenada, o do desrespeito ao trabalho humano, para incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Os novos traços que configuram novas disposições tem sido resultado do próprio aprofundamento dos termos do processo de reestruturação produtiva a partir da escalada de internacionalização do capital agroindustrial canavieiro. A nova composição da agroindústria canavieira, com a sua internacionalização e o envolvimento com a produção de biocombustíveis o aproximou de uma lógica financeira ao mesmo passo em que a defesa de “boas práticas” se propaga pelo setor, uma vez que capitais consolidados mundialmente são também mais expostos a fiscalizações da sociedade civil.

A exigência de uma profissionalização na gestão exige uma visão “gerencial das relações sociais” (LINS & SAAVEDRA, 2007; VIAN, 2003). Aponta-se busca aos modelos de “boa governança”, aliando desempenho econômico com qualidade ambiental e justiça social seguindo o modelo TBL (LINS & SAAVEDRA, 2007, p.5). Segundo Saltorato e Neto (2007) a complexificação de interesses em jogo provoca uma “guerra cultural” na agroindústria canavieira, uma vez que os seus tradicionais mandatários possuem outra “cultura gerencial”. Para estes autores isso ocorre uma vez que “os atores industriais do setor sucroalcooleiro passam a compartilhar com atores do espaço financeiro os controles, não só ‘sobre a empresa’, mas também sobre o que ‘é a empresa’, ao balizarem as decisões sobre o destino das usinas” (Id., Ibid.).

Assim, a atração por investimentos e por conquistas de mercado tem a contrapartida da cobrança por novos modelos de gestão, não mais tradicional, familiar, mas sim profissionalizados. De fato a participação acionária de multinacionais e toda a cadeia de relações que o setor cada vez mais constrói o têm levado a uma maior profissionalização, com redução parcial de seu controle a uma lógica de empresa familiar. Este rompimento torna-se

muito mais profundo que aquele que resultou no fim do senhor de engenho enquanto categoria social.

Sendo impelido a adotar “boas práticas”, a UNICA em 2006 fechou convênio com o Instituto Ethos para que este pudesse fornecer indicadores para avaliação de seu desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental. Na oportunidade, o representante do Ethos afirmou: “O setor começou a olhar as questões sociais e ambientais. Se não olharem para esta questão, podem perder o bonde da história” (MAGALHÃES, 2006).

Nessa linha, em setembro de 2008 a UNICA publicou o primeiro Relatório Socioambiental do setor a partir das diretrizes da GRI. A divulgação da adoção de determinadas práticas de ações sociais, ambientais e trabalhistas cumpre a exigência de mercado e de investidores, demonstrando valer-se dos critérios da “governança corporativa”, com transparência e a prestação de contas de suas atividades (financeiras, sociais e ambientais). Assim, para o setor, o uso das diretrizes da GRI para a publicação de relatórios e balanço tem a finalidade de “atestar sua ética e transparência ao mundo” (NOVAES, 2009, p. 69).

Sobre o relatório publicado pela Unica, o presidente da GRI em matéria publicada no *Jornal Cana* teria enfatizado o “diferencial estratégico” e a posição “avançada” que o setor se coloca na “gestão sustentável dos negócios em escala” (MAGALHÃES, 2006). Selos e certificações ratificam este diferencial que tornar-se cada vez mais determinante, uma vez que “auxilia na obtenção de novos mercados” e “facilita a obtenção de financiamentos, em virtude de linhas especiais para crédito” (DANTAS, 2009, p. 18).

Assim, é correta a afirmação de Ana Oliveira (2003, p. 172) quando considera que todas as variedades de certificação no setor sucroalcooleiro “constitui-se num novo referencial socioambiental, tecnológico, econômico e de controle para empresas”, sendo o lado econômico o mais determinante. Isto ocorre reforçado também pelos próprios parâmetros socioambientais aliados a inovações tecnológicas resultando em maiores ganhos a partir de menores custos de produção e maior eficiência e produtividade.

Estes certificados e selos surgem como a comprovação técnica-científica de que seus empreendimentos são sustentáveis, melhor posicionando as unidades produtoras no mercado, superando as barreiras “não-tarifárias” para exportação. Se determinado padrão de sustentabilidade força o setor a atuar em diversas áreas sociais e ambientais, além de demonstrar respeito a direitos trabalhistas e ao bom manejo dos bens naturais, o faz assegurando uma função ideológica de todo um discurso dominante. Para Tragtemberg (2005,

p. 37) a “empresa não é só o local físico onde o trabalho excedente cresce as expensas do necessário, o palco da oposição de classes. É também o cenário da inculcação ideológica. Nesse, sentido empresa é também aparelho ideológico”.

As ações de cunho socioambientais funcionam como mecanismo de acumulação de capital social que se reverte em ganhos econômicos. Apropriando-nos na contribuição de Bourdieu, consideramos que é justamente uma forma de acúmulo de poder simbólico, “transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” com capacidade de “produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (2007, p. 15).

Não nos interessa descrever a infinidade de projetos que as unidades produtoras e os grupos sucroalcooleiros mantêm. Só no relatório da UNICA são elencados mais de 600 projetos realizados e/ou mantidos por seus associados. De maneira geral, os projetos mantidos pelas usinas brasileiras se diversificam nas áreas de educação (jovens, adultos e crianças), meio-ambiente, saúde, esporte, lazer, cultura, geração de renda, etc⁷⁴. No que diz respeito ao manuseio dos bens naturais, projetos de reflorestamento e de educação ambiental em geral são bastante difundidos.

Rita Soares (2003) analisando as ações de responsabilidade social da Usina Coruripe (AL) demonstra como muitas vezes projetos que são propagados como diferenciais são obrigações da lei, como os presentes no Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) e outras leis complementares referentes ao setor. Assistência médica, manutenção de instituições de recreação, programas de capacitação e de alimentação, entre outras, são parte de exigências legais.

Todavia, se o atual contexto da lógica de mercado que o setor se insere imprime uma determinada dinâmica, elas são executadas pelo setor canavieiro carregando os traços de suas disposições históricas (e relacionalmente) construídas, inclusas as condições em que esta própria atividade opera. Assim é que as “boas práticas”, além de estarem submetidas as próprias condições da concorrência capitalista, são ofertadas em um ambiente marcado pela conservação de traços históricos de uma origem de classe que tem como berço o monopólio, o latifúndio e o trabalho escravo ou barato.

⁷⁴ No trabalho Novaes (2009) são listados os projetos do relatório da UNICA. Os portais dos sindicatos, associações e grupos usineiros também reservam espaço para a divulgação desses projetos.

3.2 Impactos da expansão da monocultura canavieira

De acordo com Repórter Brasil (2011) de uma lista de 89 usinas que obtiveram financiamentos do BNDES entre 2008 à julho de 2010, somente 15 não estão envolvidas com problemas trabalhistas, ambientais ou fiscais.

As multas ambientais são em razão principalmente da queimada ilegal e de plantio em áreas protegidas. Em relação ao trabalho são flagrantes de práticas de escravidão, degradantes condições de alojamento, de alimentação e ausência de segurança no trabalho. São exemplos de que a atual expansão da agroindústria canavieira repete práticas históricas e reproduz as disparidades sociais e os problemas na conservação de bens naturais.

3.2.1 Aspectos socioambientais

Em matéria do Jornal Gazeta de Alagoas de novembro de 2009, com dados levantados em estudo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), afirma-se que entre 1970 e 2001 no trecho de Mata Atlântica mais rica em espécies endêmicas no nordeste⁷⁵ houve perda de 55,12% em sua área vegetal. Em trecho da mata de Alagoas, classificado de Tabuleiro Sul, o índice chega a 76,7% (Cf. CARVALHO, 2009).

O período analisado tem em seu bojo o Proálcool que, como já vimos, impulsionou a produção brasileira de álcool distribuindo fartos recursos e condições para a instalação de usinas. Sendo Alagoas o estado que mais se beneficiou dos aportes do programa, não por acaso o estado aparece como líder nessa devastação da mata nativa. Na listagem dos dez municípios com maior perda desse bioma no período assinalado oito são alagoanos, que também ocupam as quatro primeiras colocações⁷⁶.

Um dos mais clássicos estudos sobre a expansão canavieira em contexto do Proálcool, focando a entrada da cultura na área dos tabuleiros alagoanos, é o já referido estudo de Beatriz Heredia⁷⁷ (1988). A área localizada nesta região foi, por muito tempo, considerada imprópria para o cultivo da cana. Porém, usineiros e grandes plantadores de cana, ao agregarem

⁷⁵ Este trecho de Mata Atlântica abarca os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No estudo, o trecho em questão é dividido em quatro compartimentos geomorfológicos: Tabuleiros do Norte (Mata Norte de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); Tabuleiros Sul (Alagoas); Morros Cristalinos (Mata Sul de Pernambuco); e Borborema (interior da Paraíba, Pernambuco e Alagoas).

⁷⁶ O primeiro no ranking de desflorestamento é o município de Coruripe (AL), onde atualmente se localizam três usinas: Coruripe, Guaxuma e Pindorama.

⁷⁷ A autora privilegia em sua análise as relações sociais, com a mudança do sistema de moradia e o processo de expropriação de pequenos agricultores e dos chamados “povos do sítio”. Todavia, aborda também as transformações do espaço e da paisagem, incidindo sobre todo o meio biofísico da região.

tecnologia – como a introdução de fertilizantes químicos – passaram a experimentar o plantio naquela área antes considerada imprópria⁷⁸.

De imprópria, a referida área logo passou a ser intimamente associada à cana, mudando sua paisagem e gerando não somente desmatamento, mas a expropriação fundiária de camponeses que ali produziam alimentos. Da mesma forma, o “mar de cana” deslocou os rebanhos de gado provocando efeito em cadeia.

A referência que fazemos brevemente ao caso alagoano ilustra bem as conseqüências de um ciclo expansivo da monocultura canavieira vivenciado, principalmente, pela expectativa em torno do etanol. Hoje, e ainda diante de um novo contexto de debate socioambiental que já discutimos, o agronegócio da cana continua a repetir impactos negativos como base de sua produção.

Em 2008, em ação do Ibama intitulada de Operação Engenho Verde, as 24 maiores usinas de Pernambuco foram notificadas por crimes ambientais com multa de R\$5 milhões para cada. O então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, denunciou o que chamou de “desastre do desastre”, que teria suporte na impunidade e no apoio político⁷⁹. Em São Paulo, estudo na região hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, abarcando cerca de 50% da produção canavieira paulista, indica a existência de menos de 1% da vegetação nativa (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 35).

Os desrespeitos ao ecossistema pela agroindústria canavieira não ficaram no passado, nem no reduto originário de oligarquias do açúcar. Seguindo a rota de expansão e construção de novas fronteiras agrícolas da cana-de-açúcar, áreas com rica biodiversidade estão ameaçadas de sofrer o mesmo processo de degradação da Mata Atlântica nordestina. Bioma como o Cerrado em Goiás sente os impactos do crescimento da lavoura canavieira e o próprio Pantanal no Mato Grosso do Sul também está sob pressão.

O setor canavieiro é amplamente dependente de recursos naturais, tais como o solo e a água, além do mais, durante o processamento do insumo para produção de açúcar ou álcool são gerados subprodutos e resíduos industriais com alta capacidade de contaminação ambiental. Entre eles, estão o vinhoto ou vinhaça⁸⁰ e a torta de filtro.

A vinhaça sempre foi, historicamente, um dos principais agentes poluidores dessa atividade. Trata-se de uma substância corrosiva (ácida) e de forte cheiro. Sua geração provém

⁷⁸ O pioneiro foram os Lyra, através da então Usina Sinimbu, ainda em 1950.

⁷⁹ Repórter Brasil, 2009, p. 35

⁸⁰ Além desses nomes, também é conhecida por tiborna no nordeste (Andrade, 1997)

da produção de álcool/etanol, onde para cada litro de álcool produzido são formados em média pouco mais de 10 litros da substância. Por sua vez, a torta de filtro é subproduto do açúcar. Esta, se não for gerenciada corretamente, pode provocar desequilíbrios a partir da brusca redução dos níveis de oxigênio em rios (LINS & SAAVEDRA, 2007, p. 23).

A utilização desses resíduos de maneira alternativa, sobretudo para uso em fertilização dos solos, já tem sido praticada. Todavia, a legislação ambiental existente sobre aplicação de resíduos líquidos no solo não é rigorosa, quando o manuseio dessas substâncias exige. Assim, este manuseio tem ficado a simples critério da usina⁸¹.

A listagem que poderia ser feita de problemas de ordem ambiental, relacionadas a todo o processo de plantio e de processamento industrial, é ampla. Os agrotóxicos, por exemplo, mesmo com o desenvolvimento de variedades de cana mais resistentes e de técnicas alternativas para o manejo de pragas, ainda é perigo presente. De acordo com Vian e Gonçalves (2007) os agrotóxicos, além de afetar a saúde de trabalhadores e da população circunvizinha, interferem nas cadeias ecológicas provocando desequilíbrios, além de atingir diretamente a saúde da população com a contaminação das águas. O mesmo ocorre com o uso de herbicidas que são bastante utilizados e que sua persistência no solo dos canaviais chega a dois anos, sendo ameaça a contaminação de rios, lençóis e aquíferos subterrâneos.

Atualmente, são as queimadas que têm ocupado largo espaço nos debates ambientais. A razão desta posição é tanto a pressão social e ambiental, acompanhada de legislações mais rigorosas a respeito dessa prática, quanto também o fato de que o avanço da mecanização no corte da cana, quando feito sem queimada, ameniza danos ambientais nesse ponto e serve como componente de propaganda positiva para o setor⁸².

A prática de queima da cana tem o objetivo de baratear custos do corte de cana e aumentar a capacidade do mesmo, uma vez que o corte manual da cana crua seria de dificuldade ainda mais elevada. Não obstante, a própria mecanização do corte não tem significado, necessariamente, o fim das queimadas⁸³.

⁸¹ Vian e Gonçalves (2007) ainda destacam: “Pesquisas apontam que as áreas onde se maneja a cana crua absorvem mais líquido do que as áreas onde se praticam as queimadas, mas poucas são as usinas que têm considerado esse fato na aplicação de resíduos líquidos no campo, o que significa que pode haver contaminação de lençóis e aquíferos subterrâneos não só por estes resíduos, mas também por agrotóxicos e adubos sintéticos presentes na superfície do solo, e que são carregados para a superfície.”

⁸² No entanto, pelo lado social, a mecanização do corte da cana infringe diretamente nas relações de trabalho e no ritmo deste, aspecto a ser melhor discutido em subtópico posterior desse capítulo.

⁸³ O corte da cana pode ser manual ou mecanizado, assim como a cana pode ser cortada crua ou queimada. O uso do corte mecanizado com a cana queimada tem como um dos argumentos utilizados a preservação do maquinário, que pode ser danificado pela cana crua. A mecanização sem o fim da queimada têm existido,

Com as queimadas, diversos animais de pequenos e médios portes são mortos, assim como ninhos e ovos. De acordo com Vian e Gonçalves (2007) a polícia ambiental paulista afirma encontrar muitos cadáveres de animais e de seus predadores, além de identificar animais com queimaduras e moribundos em razão do forte calor e fumaça a qual foram submetidos. Até insetos que combatem pragas da cana são dizimados, o que ocasiona um efeito em cadeia, pois o desequilíbrio ecológico faz as pragas se proliferarem ainda mais rápido e, como corretivo, usa-se agrotóxicos. Registra-se também o forte impacto na umidade natural do solo, perdendo porosidade e aumentando sua compactação e os riscos de incêndios em regiões de mata, inclusive em áreas de proteção.

Cabe ainda destacar os gases expelidos pela chamada fuligem da cana. Langowski (s.d.) afirma que estudos realizados no Brasil dão conta que a fuligem “possui pelo menos 40 tipos de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, trata-se de compostos orgânicos com propriedades mutagênicas e cancerígenas”. Ironicamente, segundo estudos do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da FMUSP (Faculdade de Medicina da USP), o efeito desse tipo de poluição é similar a poluição dos grandes centros urbanos provocados por combustíveis fósseis, como é a gasolina (AÇÚCAR ÉTICO, 2006, p. 70).

No estado de São Paulo, os inconvenientes trazidos por esta prática levou a diversas ações judiciais e insatisfação popular. Na região de Ribeirão Preto (SP), levantamentos na saúde pública já constataram um aumento de 75% à 100% de internações decorrentes de problemas nas vias respiratórias durante o período das queimadas (SILVA & MARTINS, 2010, p. 208). O alvo principal são os trabalhadores e toda a população próxima as áreas de queimada, principalmente crianças e idosos.

Assim, desde 1997 esse estado tem buscado regulamentar esta prática através do Plano de Eliminação de Queimadas. Em idas e vindas, provenientes de disputas políticas travadas no campo da jurisdição, os prazos atuais definidos por lei indicam o fim da queimada nos canaviais paulistas em 2021 para áreas mecanizáveis e 2031 para as não mecanizáveis (VIAN & GONÇALVES, 2007). Em 2009 o percentual de corte sem queimada em São Paulo atingiu 54%, de acordo com Repórter Brasil (2010, p. 26).

De maneira geral, a queimada para poder ser realizada necessita de autorização de órgão competente, procedimento que recorrentemente não é cumprido. As queimadas clandestinas são práticas presentes, sobretudo nos lugares em que a fiscalização ambiental é

sobretudo, naqueles lugares onde a pressão ambiental, por meio de fiscalização e legislação, são menores, sendo o uso da mecanização do corte fator adotado somente por interesses de ganho de produtividade e custos.

frágil (realidade um tanto quanto difundida no vasto território brasileiro). Segundo o relatório da Operação Verde em Pernambuco, 79% da área queimada da cana naquele estado não teve autorização. Sobre este elevado índice, o relatório *apud* Repórter Brasil (2009a, p. 36) diz:

Freqüentemente, as usinas apresentam boletins de ocorrência, atos meramente declaratórios, onde grande parte das suas áreas sofre ‘incêndios criminosos’ pouco antes das colheitas, crime que acaba beneficiando suas vítimas, já que essas economizam com taxas ao Ibama, assim como com instrumentos de controle das queimadas, seguindo sua colheita sem maiores problemas (...). Ou estamos diante de surtos sazonais de queima criminoso, atingindo somente o setor canavieiro, ou diante de casos graves de crimes ambientais e falsidades ideológicas. Em ambos os casos, a responsabilidade direta pela infração ambiental administrativa resta ao proprietário do imóvel.

Todavia, o principal debate a ser feito atualmente sobre os impactos da expansão de canaviais é o seu zoneamento, tendo em vista a amplitude que a assunto carrega. No campo socioambiental, ele abrange os riscos de impactos sobre biomas nacionais (como o Cerrado, o Pantanal e a região Amazônica), no uso e na posse da terra, com efeitos sobre a produção de alimentos, estabelece prazos para o fim das queimadas, etc.

O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAE-Cana) foi assinado no penúltimo ano de mandato do presidente Lula da Silva através do Decreto Nº 6.961 de 17 de setembro de 2009. Acompanhando o decreto seguiu a PL 6.077/2009 para o Congresso Nacional que permanece em seus trâmites como objeto de polêmicas, disputas e controvérsias⁸⁴. Além deste, foi publicado material expondo os objetivos, a metodologia, os impactos esperados e os mapas do zoneamento. O documento traz o subtítulo de “expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro” (MANZATTO et al, 2009).

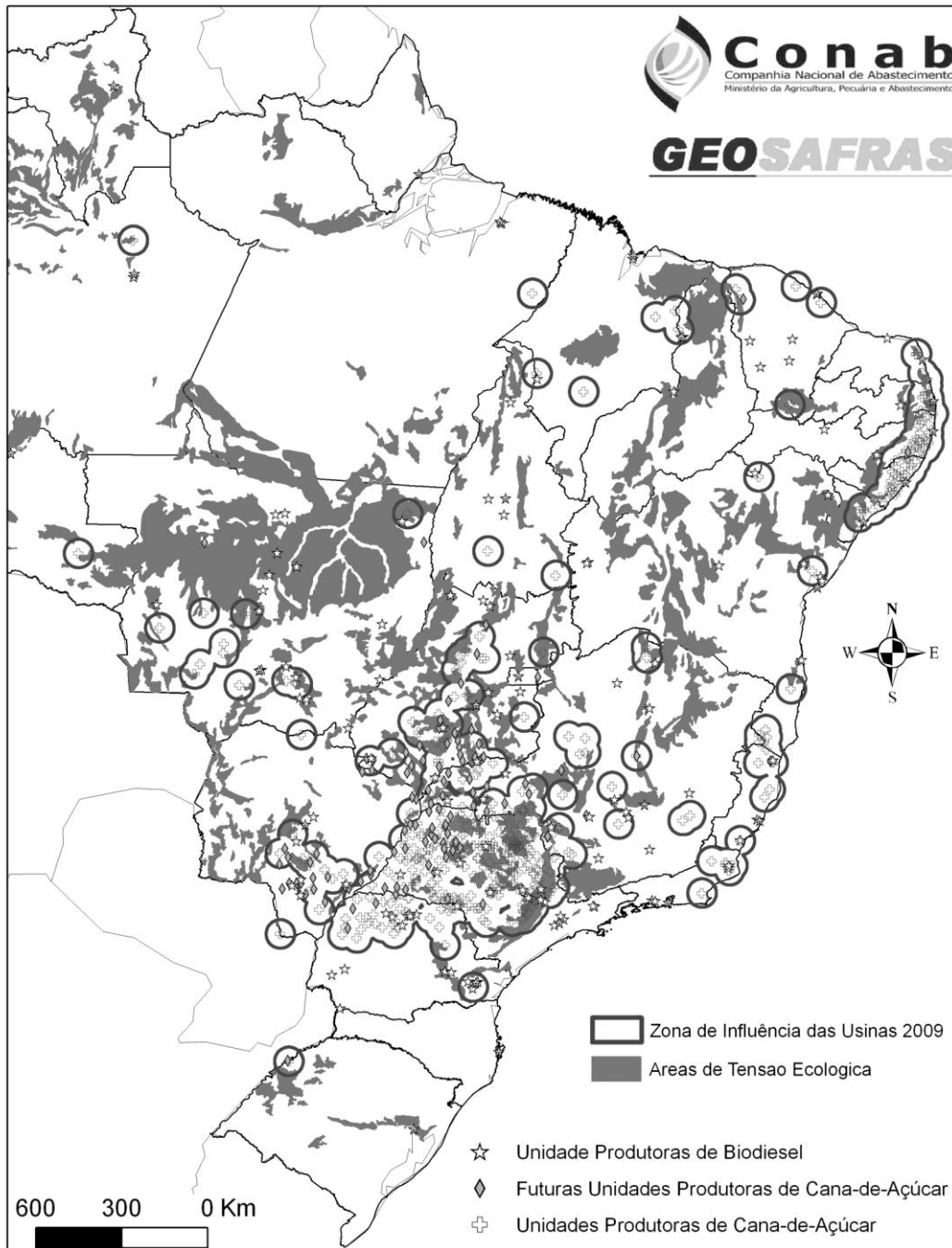
Segundo estes documentos, a expansão da cana preza por preceitos de proteção ambiental, da função social da propriedade e proteção as demarcações indígenas, ao respeito à segurança alimentar e pretende ocupar, prioritariamente (como posto no texto-lei), áreas degradadas ou de pastagem. Seu objetivo também está expresso na defesa da promoção e valorização da cana-de-açúcar como fonte de produção energética. Está taxativamente posto na PL 6.077/2009, em seu artigo 3º, inciso I, a proibição da expansão da lavoura canavieira nos biomas Amazônia e Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai.

Não obstante, se o texto-lei, a princípio, protege a Amazônia e o Pantanal, são poucas as restrições ao Cerrado goiano, onde boa parte de suas terras são consideradas livres para a

⁸⁴ O projeto, mesmo com as falhas que ainda apontaremos, sofre pressão do setor, de sua bancada em Brasília e de governadores de estados como o Mato Grosso do Sul, interessados em expandir ao máximo as usinas.

cana. Além disso, o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil (2009b) atenta para o fato de não considerar o “Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, permitindo que locais oficialmente considerados estratégicos para conservação ambiental sejam alvo do monocultivo de cana”.

Figura 1 – Mapa de áreas de tensão ecológica e influência das usinas (2009)



Fonte: CONAB

A lei também prevê a eliminação das queimadas até 2017, em áreas mecanizáveis, e não permite lavouras com declividade do solo de 12% ou mais (condição que não permite a mecanização). No total de áreas consideradas aptas para o cultivo da cana, o Brasil teria a disposição 64,7 milhões de hectares. Atualmente a cana ocupa 8,1 milhões de hectares com base em estimativas da CONAB para a safra 2010/11.

De acordo com mapa de Geosafras da CONAB (figura 1), com dados de 2009, há uma série de áreas de influência de usinas que se chocam em áreas chamadas de tensão ecológica. Algumas destas usinas, inclusive, estão na região amazônica e no Pantanal. Essa situação torna-se ainda mais grave considerando que o ZAE da cana-de-açúcar não será obstáculo aquelas usinas que já operavam nas zonas de exceção. Da mesma forma, as que tenham conseguido licença ambiental anterior a data de publicação do decreto presidencial (17 de setembro de 2009), também continuam a funcionar normalmente e legalmente. Elas poderão, inclusive, receber financiamento público do BNDES.

Nesse contexto, há casos já preocupantes, a exemplo do que envolve a usina da Biocapital, a ser instalada em Bonfim (RO) e que, portanto, não aparece ainda no mapa. A usina teve sua licença questionada pelo Ministério Público Federal (MPF), por diversas irregularidades como a omissão das oito terras indígenas na área de influência da usina e pelo consumo de água previsto ser o triplo do consumido em um ano pela população da capital do estado, Boa Vista. Além disso, o MPF acusa de metade das terras serem griladas, conforme levantado por Repórter Brasil (2009).

A definição de um zoneamento é uma medida legal necessária, porém insuficiente para conter os impactos do agronegócio canavieiro, mesmo porque não contrai exatamente o seu avanço, mas sim busca um planejamento deste. Ainda assim, as zonas consideradas de exceção – mesmo considerando uma hipotética situação de aprovação do zoneamento nos termos originais da lei e um cumprimento efetivo na fiscalização de sua execução – não estão livres da ameaça de degradação.

Um dos principais pontos problemáticos diz respeito a não consideração da dinâmica do conjunto da agropecuária brasileira. Afinal, o projeto pode conter a cana em determinados biomas (ou em parte deles), mas o que dizer de outros produtos do agronegócio como a

soja⁸⁵? E quanto a expansão das pastagens, já que boa parte das áreas destinadas a cana seriam delas?

Com o projeto de lei afirmando assegurar a segurança alimentar⁸⁶, há duas situações possíveis quanto à utilização das terras agrícolas hoje utilizadas para a produção de alimentos: 1) Deslocamento para outras áreas, podendo assim atingir áreas de biodiversidade, tais como as próprias zonas de exceção da cana; 2) Queda da produção de alimentos e/ou elevação de seus custos que serão repassados ao consumidor.

A primeira situação hipotética incide diretamente nos próprios municípios ou Estados produtores de grãos, pois havendo deslocamento da área desta produção atingiria seus preços, uma vez que o custo de produção e comercialização, como o transporte, seriam maiores. A aposta dos defensores da expansão da monocultura canavieira frente à polêmica quanto ao seu impacto na produção de alimentos (valendo a argumentação também para a pecuária), é que isto pode servir como estímulo para investidas no aumento de produtividade dessas atividades. No caso da pecuária, o CMA da Repórter Brasil (2010) alerta que a tendência histórica não permite otimismo, pois a relação expansão agrícola/pecuária já tem levado a uma crescente ocupação na Amazônia pelo gado.

A maior parte das áreas consideradas livres para a cana, de acordo com o ZAE, compreende os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Estados do Centro-Sul que já estão entre os maiores processadores de cana do país. São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul estão também entre os maiores produtores de grãos. Da mesma forma, os estados listados possuem grande quantidade de cabeças de gado.

Os relatórios da CMA/Repórter Brasil fazem um levantamento, com informações da Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática), na qual consta que muitas áreas consideradas aptas para a cana, e postas como área originalmente de pastagem são na verdade de cultivos alimentares, caso presente em Goiás. Da mesma forma, a despeito do ZAE-Cana apontar para o avanço sobre pastagens degradadas e de baixa produtividade, “uma sobreposição dos mapas do zoneamento com os de atividades agropecuárias do IBGE indica que as áreas de pastagens aptas à cultura estão em municípios com os maiores rebanhos

⁸⁵ Em 2009, a soja ocupou na Amazônia cerca de 1,6 milhões de hectares. (REPÓRTER BRASIL, 2010a, p. 45).

⁸⁶ De acordo com o ZAE-Cana as licenças de novas instalações também teriam que ter o aval do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

bovinos de seus respectivos Estados” (REPÓRTER BRASIL, 2009). O efeito a se projetar desta nova ocupação é o deslocamento da atividade pecuária para outras terras.

2.3.2 Aspectos no trabalho

Depois do açambarcamento de capitais e terra seguem-se os processos económicos cujo resultado é expulsar um certo número de trabalhadores da produção [...] Então, essas invenções admiráveis, destinadas a tornar o trabalho fácil e rápido, transformam-se em máquinas infernais, que matam os trabalhadores aos milhares. (PROUDHON, 1997, p. 161)

A parte agrícola do empreendimento sucroalcooleiro, como os tratos culturais e a colheita da cana, são as que mobilizam um maior contingente de trabalhadores. Atingir a precisão nesses números é difícil já que a sazonalidade do trabalho e arregimentação de trabalhadores clandestinamente são empecilhos. Porém, de acordo com o Dieese (2010) o setor gera cerca de 4,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

As novas tecnologias têm impactado sobre o número e o tipo de empregos gerados. Tem-se observado a diminuição no número total de empregos⁸⁷ em paralelo a um relativo crescimento de empregos formais, direito trabalhista raro em outros tempos. A diminuição de empregos em geral e o aumento de contratos de trabalho formal está diretamente relacionada com a tendência cada vez mais acentuada da mecanização agrícola, principalmente na parte do corte da cana⁸⁸.

A maior presença de empregos formais também tem a ver com a maior profissionalização do setor e a necessidade de novas mobilizações para poder operar com tranquilidade frente às pressões do mercado e a busca por certificações sociais e ambientais, além da própria maior fiscalização de órgãos do Estado e da sociedade civil em geral. Todavia, como bem assinala o estudo do Dieese (2007, p. 20) “não significa que a renumeração dos canavieiros seja adequada e nem que as condições de trabalho sejam boas”. Da mesma forma, não implica dizer que outras modalidades de relações de trabalho, como as consideradas análogas a escravidão, não sejam mais utilizadas para o desenvolvimento do capital agroindustrial sucroalcooleiro.

Segundo estudo do Dieese (2007) as condições de trabalho, renumeração e qualidade de vida dos trabalhadores da cana, ao serem comparadas com as demais categorias de

⁸⁷ O novo ciclo expansivo do setor pode encobrir esta tendência de queda de empregos quando observada em números absolutos e sem tomar em conta a comparação com a área ocupada.

⁸⁸ Esse movimento tem a contrapartida de gerar novos postos de trabalho, em menor número e com outro perfil de mão-de-obra, mais qualificada. Voltaremos ao ponto posteriormente.

assalariados, são muito precárias. A mesma análise é encontrada em Lins e Saavedra (2007) *apud* WWF (2005), afirmando que a expectativa de vida dos trabalhadores rurais do corte de cana está entre as mais baixas do mundo, com situações limites nas quais a remuneração não supre a necessidade de alimentação para repor as energias do esgotante trabalho manual⁸⁹.

Os trabalhadores do corte de cana, também chamados de canavieiros, são identificados como o elo mais fraco da cadeia produtiva sucroalcooleira, o que não significa que os trabalhadores “qualificados” também não sofram as pressões advindas da relação capital-trabalho. Não obstante, no conjunto de trabalhadores do setor, aqueles mais qualificados e ligados ao processamento industrial ou da mecanização agrícola ainda detêm melhores condições salariais que os menos qualificados e da parte agrícola do empreendimento.

O pagamento do corte manual de cana é feito por produção, por isso há uma variação nos valores a receber e onde a busca pela melhor remuneração provoca uma superexploração do trabalho. Voltaremos a esse ponto no decorrer da discussão. Estatísticas assinalam que pelo menos nos últimos dez anos tem existido uma melhoria no poder de comprar desses trabalhadores (DIEESE, 2010, p. 6). Todavia, no ano de 2008 quando tivemos uma crise de proporções mundiais a partir do sistema financeiro, provocando um retardo no desenvolvimento do setor em virtude da diminuição da oferta de crédito, os canavieiros tiveram sensíveis perdas de seus rendimentos arcando, portanto, com a crise.

Estudo da ONG Repórter Brasil (2009) compara os ganhos salariais com o aumento da cesta básica identificando o crescimento de 7% do primeiro contra 16% do segundo. Isso explica em parte os expressivos números de greves ocorridas no setor em São Paulo e em outros estados, como Alagoas⁹⁰.

Neste conjunto de trabalhadores do corte de cana há os migrantes, expostos as mais degradantes situações expressa em sua morada, no trabalho e até mesmo nas relações com a localidade a qual se insere. Com o apoio na leitura de Oliveira (2010), compreende-se uma ampla dimensão do problema, uma vez que a migração existe com a “perda das condições objetivas de trabalho em seus locais de trabalho”. Uma precarização de suas condições de

⁸⁹ De acordo com Proudhon (1997, p. 98) “o salário é a despesa que o sustento e a reparação diária do trabalhador exigem”. Todavia, continua o autor, o regime de propriedade não permite que esta reparação seja igual a todos, uma vez que a desigualdade no acesso as riquezas socialmente produzidas é presente em toda a escala social, inclusive entre os proprietários.

⁹⁰ As paralisações e greves em Alagoas tem um significado à parte. Ao contrário de São Paulo, que possui histórico de luta e um dos maiores referenciais de embate que foi a greve em Guariba de 1984, o estado alagoano por muito ficou fora de grandes mobilizações, mesmo tendo o vizinho Pernambuco como palco de grandes mobilizações. Cf. Mello (2002).

vida, movidas pelo impedimento de acesso a mecanismos de subsistência dos mesmos. São ex-pequenos produtores que perderam suas terras para a grande propriedade ou então possuem poucas condições para produzir o necessário para o sustento de sua família⁹¹.

Boa parte do contingente de migrantes que vêm para o trabalho nas lavouras da cana da região Centro-Sul do país, em especial São Paulo, é originário do nordeste brasileiro. Estes trabalhadores acabam enfrentando todo tipo de pressão social. Não somente no âmbito do seu trabalho, mas até mesmo no conjunto da localidade em que se estadia uma vez que, dada muitas vezes a pouca oferta de emprego, são vistos como ameaça para os residentes locais⁹². A isto, agrega-se o próprio fato dos migrantes serem preferidos para o trabalho do corte pela sua maior capacidade de adaptação. Qualidade, do ponto de vista do capital, que é na verdade imposta pelas condições de vida e trabalho a que estão submetidos.

Pela própria razão de estarem distantes de seu local de origem, muitas vezes distantes também de suas famílias⁹³, os trabalhadores migrantes são mais facilmente coagidos pelo ritmo e pelas condições de produção imposta pelo capital sucroalcooleiro. Não por acaso, o sistema 5/1, que é adotado em várias regiões do país, é melhor assimilado por este conjunto de trabalhadores⁹⁴.

Quanto às condições de alojamento, são recorrentes os cenários de insalubridade das instalações, com péssimas condições de higiene e com superlotação de trabalhadores, configurando um cenário que se aproxima aos presídios brasileiros⁹⁵. Esse ambiente tem refletido uma situação degradante e que faz parte de um conjunto de condições análogas à escravidão, as quais têm sido atribuídas e registradas por movimentos sociais, organizações de fiscalização da sociedade civil e de órgãos competentes do Estado, como as Delegacias

⁹¹ Em relatório da ONG Repórter Brasil (2009, p. 17) temos a seguinte exposição sobre o estudo de Márcia Azanha e Margarida Figueiredo sobre o trabalhador migrante: “O estudo traçou um perfil do migrante da região: homem, jovem, analfabeto ou com ensino fundamental incompleto, que migra muito mais pela miséria e falta de emprego do que por vontade própria. Mas o mais intrigante é que, apesar da migração continuar fazendo parte da rotina nessas áreas, 27,65% dos entrevistados afirma que ela não trouxe mudança alguma para suas vidas. E muitos outros relatam impactos negativos como agravamento da situação familiar e saudade dos parentes distantes”.

⁹² Como exemplo, relata Silva (2006) : “[...] no ano de 2005 e também em 2006, a delegacia de Santa Rosa de Viterbo exigiu que todos os migrantes se cadastrassem assim que chegassem ao município, cujas justificativas baseavam-se nos supostos aumentos dos índices de criminalidade durante a safra, supostamente, provocados por eles, evitando as possíveis fugas dos criminosos”.

⁹³ Alguns trabalhadores ainda chegam a levar junto esposa e filhos para o período de trabalho no corte.

⁹⁴ Esse sistema implica em uma jornada de cinco dias semanais precedido por um de folga. Ocorre que esta folga pode ser a qualquer dia da semana, quebrando um cotidiano de folga aos fins de semana. Isso é mais fácil de ser assimilado para quem está longe da família e que se deslocou somente para um trabalho temporário. Com isso, ganha o capital que segue ditando um ritmo intenso de trabalho.

⁹⁵ A comparação é feita pelo relatório da Promotoria Pública de São Paulo e pela plataforma DHSC (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais), sendo citada por Silva (2006).

Regionais do Trabalho (DRT's). De acordo com Silva e Martins (2010, p. 213) denúncias e registros nesse sentido têm sido reportados aos trabalhadores migrantes⁹⁶. Todavia, não são apenas estes os atingidos.

As estatísticas e casos desse tipo de condição, tal como o regime de superexploração dos trabalhadores, expõe uma das bases na qual a expansão recente do setor tem sido construída. Os dados de 2008 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentam o setor canavieiro como líder no número averiguado de trabalhadores em condições análogas a escravidão. Embora a pecuária possua um número bem maior de casos de denúncias (137 contra 19), o número de trabalhadores envolvidos no cultivo da cana é maior. Foram registrados 3.060 trabalhadores “libertados” em 2007 (51% do total no campo) e 2.553 trabalhadores libertados na lavoura canavieira (49% do total no campo) em 2008. Nos dados estimados de 2009, o setor canavieiro mantém a liderança em número de trabalhadores libertados pelos grupos de fiscalização com 1.911 trabalhadores (45% do total) em 16 casos denunciados (REPÓRTER BRASIL, 2009; 2010a). Nota-se uma diminuição nos números, mas estes ainda continuam alarmantes.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mantém uma “lista suja” das empresas que usam do expediente de trabalho escravo. Entre os casos de 2009, o de maior repercussão foi o do Grupo Cosan, uma das referências em profissionalização da gestão no setor e dos mais beneficiados com financiamentos do BNDES. No último dia daquele ano a Cosan foi incluída na lista do MTE em razão de 42 trabalhadores libertos em área de lavoura de uma de suas usinas em São Paulo. Porém, após oito dias, já em 2010, uma liminar a retirou da lista por alegação de não ter ciência sobre o caso, já que a “responsabilidade” era de uma empresa terceirizada (REPÓRTER BRASIL, 2010, p. 12). Neste mesmo ano o grupo teve que assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em razão de violação de direitos trabalhistas, inclusive de TAC's anteriores (Id., 2011).

A relação e agravante com o ciclo expansivo vivenciado pelo setor podem ser expressos no fato de que os maiores índices estão justamente na região Centro-Sul, como vemos na tabela 2. Todavia, não é São Paulo o carro-chefe desses índices.

⁹⁶ Tal realidade sugere também um tipo de divisão étnica do trabalho que não pode ser escamoteado (Silva e Martins, 2009). O Nordeste brasileiro, em especial, vira fornecedor de mão-de-obra barata para o desenvolvimento dos grandes empreendimentos do Centro-Sul e reproduz as disparidades entre as regiões do país. Aos trabalhadores nordestinos, com seus estados detentores dos piores índices de IDH, com baixa escolaridade e alta taxa de analfabetismo, reserva-se o trabalho do corte de cana, considerado desqualificado e pesado.

Tabela 7: Trabalhadores libertados entre 2005 e 2008 em lavouras de cana-de-açúcar

Estado	Trabalhadores libertados
Mato Grosso do Sul	1.635
Mato Grosso	1.070
Pará	1.064
Goiás	873
Alagoas	656
Minas Gerais	415
São Paulo	161
Ceará	156

Fonte: CPT *apud* Repórter Brasil (2009).

Os dados sugerem que as maiores ocorrências acontecem nas regiões de expansão mais recente e/ou naquelas tradicionais na cultura, mas onde os desmandos políticos e as disparidades sociais são ainda mais presentes na constituição destas realidades, como é o caso de Alagoas.

O caso alagoano é emblemático. A cultura da cana nesse estado data deste a colonização portuguesa e, desde então, sempre esteve como sua principal atividade econômica⁹⁷. Em 2008, em ação do Ministério Público do Trabalho do estado, em conjunto com diversas outras instituições e órgãos públicos, realizou-se uma Força Tarefa denominada de Operação Zumbi. Na operação foram visitadas 15 usinas⁹⁸ sendo constatadas irregularidades em quase todas elas atingindo um universo de 20 mil trabalhadores.

Dos 656 trabalhadores “libertos” pelo Grupo Móvel da Força Tarefa, 52 foram na usina Laginha (de propriedade do atual deputado federal João Lyra), 201 na usina Penedo e 401 na Santa Clotilde (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 32). A Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-AL) ajuizou também 29 ações, sendo 13 de execução de TAC’s não cumpridas, 12 de ações civis públicas e 4 cautelares (CPT ALAGOAS, 2008). Vários problemas foram listados, entre eles as condições em alojamentos, alimentação, fornecimento de água, transporte de trabalhadores e os equipamentos para proteção individual (EPI’s).

⁹⁷ Em Alagoas a cana se concentra mais em sua Zona da Mata que compreende 57 dos seus 102 municípios, no entanto, envolve também os trabalhadores sertanejos no período de safra e atualmente a cana tem também estado bem presente no agreste. Alagoas também sempre foi destaque negativo nos índices de IDH. Além disso, mesmo sendo o setor sucroalcooleiro um dos que mais contribui para a aposentadoria precoce, está entre os maiores devedores da Previdência Social. De acordo com o relatório de 2008 do CMA da Repórter Brasil (2009, p.32), as usinas alagoanas devem mais de R\$58 milhões ao INSS.

⁹⁸ Alagoas possui atualmente 26 usinas.

Após a ação da força tarefa⁹⁹, a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT-AL) visitou a usina Santa Clotilde, localizada em Rio Largo, vizinha a capital Maceió, e expôs a denúncia de trabalhadores. Segundo o apurado, os trabalhadores continuavam sem alguns itens das EPI's (como luvas e amolador de foice¹⁰⁰) e o material de proteção recebido estava sendo descontado de um salário situado à época em torno de R\$ 220 por quinzena no corte, em jornada de até 12 horas de trabalho de segunda a sábado. Além disso, haviam denúncias de desrespeito a licença médica, que só era aceita pela junta médica da usina e que a fornece bem abaixo do necessário e contabilizando faltas pelos demais dias. Até mesmo durante os dias de interdição da usina, os trabalhadores ainda teriam recebido dois dias de faltas (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 32).

Está no Centro-Oeste do país, um dos focos expansivos do setor, representado pelos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a liderança da lista de flagrantes de trabalho análogo a escravidão, conforme visto na tabela 7. Em muitas dessas regiões ocorre também um processo de expropriação e invasão de terras indígenas, acirrando conflitos agrários e étnicos. Isolados em pequenos territórios, seja para atividades de subsistência com a produção de alimentos e a caça, e sem boas condições de gerar algum tipo de renda, os indígenas acabam sendo absorvidos à dura atividade do corte.

Assim, não só a demarcação de terras indígenas fica sob risco, como a própria cultura, organização social e a relação destes povos com o lugar em que vivem. Contabiliza-se que no Mato Grosso do Sul, no passado, haviam 30 hectares de terra por indígena e hoje é na proporção de 1 hectare (AÇÚCAR ÉTICO, 2009, p. 42-43). Além disso, há casos de usinas que são abastecidas por cana que seriam de terras indígenas pela marcação da Funai (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 54).

Em debate realizado no III Seminário Científico Brasileiro promovido pela ONG francesa Açúcar Ético, as considerações de representante do Instituto do Meio Ambiente de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (IMAD-MS), presente em Açúcar Ético (2009, p. 41) estima um número de 13 mil indígenas incorporados à cadeia produtiva da cana-de-açúcar dentro de uma população total de 40 mil indígenas.

⁹⁹ Algumas usinas foram temporariamente interditadas pelo MPT-AL até que exigências mínimas fossem cumpridas.

¹⁰⁰ É prática recorrente usinas não fornecerem os instrumentos de trabalho necessários, ficando a manutenção destes a cargo dos trabalhadores. É o caso da lima para amolar o facão. Os canavieiros sem condições financeiras de repor adequadamente este material encontram ainda mais dificuldade para executar o corte da cana. Cf. Plancherel et al (2010).

Dessa forma, essa população tem sido alvo do trabalho escravo, de mortes banais e de todo tipo de problemas de saúde, como o alcoolismo. Em 2007, no Mato Grosso do Sul, foram “libertados” trabalhadores (muitos de origem indígena) na área de cana da Dcoil e na da Debrasa (do grupo pernambucano José Pessoa). No caso da Debrasa, o MPT-MS ingressou com uma ação civil pública de 10 milhões de reais¹⁰¹.

O caso do Pará que aparece em 3º lugar na tabela tem sua especificidade, uma vez que o mesmo não chega a se figurar com destaque na produção canavieira. Esse estado sempre foi conhecido por seus elevados índices de violência no campo. Todos os 1.064 trabalhadores listados na tabela 7 foram de um único caso, envolvendo a fazenda Pagrisa pertencente a um grupo que vendia etanol a Petrobrás¹⁰².

As condições análogas a escravidão é o lado mais extremo, mas nem por isso, como vimos, é pouco presente na constituição do conjunto de atividades do setor sucroalcooleiro. Em seu atual contexto tecnológico-produtivo, a já intensiva jornada no corte de cana tem só aumentado ao longo dos anos. Como vimos, os processos de modernizações tecnológicas provocam o aumento da capacidade industrial e leva a subordinação da atividade agrícola a sua lógica. Da mesma forma, a reestruturação produtiva gerou novos padrões produtivos, com avanço de máquinas nas lavouras e novas formas de gestão do trabalho.

Nesse interino, a exigência pelo aumento de produtividade recai nos ombros de trabalhadores sob a forma manifesta de um frenético ritmo de trabalho. A própria mecanização da colheita se tem o seu lado ambiental positivo de diminuir as queimadas, tem o custo social do desemprego e uma pressão ainda maior para atingir os níveis de produtividade do setor recaindo em acréscimo na produtividade exigida no corte manual da cana.

De acordo com os dados de Alves (2006, p. 92), o aumento da produtividade do trabalho no corte de cana apresenta um espetacular crescimento entre os anos de 1950 e início dos anos 2000. Entre as décadas de 1960 e 1980, período que compreende a conformação dos complexos agroindustriais e, mais especificamente no caso da cana, período que abarca a vigência do Proálcool, constatamos o crescimento da produtividade dessa agroindústria –

¹⁰¹ Originada dessas ações, o MPT-MS firmou uma TAC na qual prevê que os indígenas voltem a sua aldeia após quarenta e cinco dias na lavoura, recebendo sua renumeração e permanecendo junto aos seus pares por cinco dias. Ao fim do ano, a demissão desses trabalhadores de origem indígena deve ser sem justa causa garantindo FGTS e seguro-desemprego. Essa TAC não tem sido respeitada, fato que, infelizmente, não causa surpresa dado o forte incentivo do Estado para a produção de etanol e a expansão do agronegócio de maneira geral. Cf. Repórter Brasil (2009, p. 27-28).

¹⁰² Dada a repercussão do caso e por ser signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Petrobrás quebrou o contrato com o grupo da Pagrisa em 2007. Cf. Repórter Brasil (2009, p. 50).

medida em quantidade de cana por hectare – que saiu de 50 para chegar a 80 toneladas. Informa o autor que, por dia, um trabalhador cortava em média 3 toneladas de cana na década de 1950, tendo esse índice dobrando nos anos 80. Ao fim da década de 1990 e início dos anos 2000 essa média já chegava a 12 toneladas de cana por dia.

Alves (2006) compara o cortador de cana a um atleta corredor fundista, de longas distâncias. A comparação se justifica pela exigência de forte resistência física em um trabalho repetitivo e exaustivo, realizado em condições desgastantes, exposto ao sol, a fuligem, a poeira e a fumaça, no quadro de uma jornada de trabalho que atinge até 12 horas¹⁰³.

Para Francisco Alves o pagamento por produção realizado nas usinas “transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho” (2006, p. 93). O autor ainda lembra que nos séculos XVIII e XIX a forma de pagamento reinante entre os assalariados também era por produção. No entanto, eles tinham o controle desta produção, fato que não ocorre nas usinas. Para os trabalhadores rurais, em pleno século XXI, eles podem até saber o metro de cana cortado, mas desconhecem o valor desse metro de cana¹⁰⁴.

Diante deste quadro, fica evidente a resposta da indagação levantada por Francisco Alves: “*Por que morrem os cortadores de cana?*”¹⁰⁵. O excesso de trabalho, configurando uma superexploração da força de trabalho realizada sob desgastantes condições de risco a saúde, está no centro da questão. Para o autor, o pagamento por produção manifesta a dicotomia em que o setor encontra-se, combinando relações de trabalho arcaicas com o uso do que existe de mais moderno em tecnologia (2006, p. 97).

Silva e Martins (2010, p. 217) alertam que além das mortes nos próprios canaviais há aquelas geradas com o decorrer do tempo ou problemas de saúde que conduz a própria impossibilidade de trabalho. Entre elas destacam-se o câncer e doenças respiratórias provocadas por agrotóxicos e fuligem da cana, assim como problemas na coluna, tendinite, etc.

¹⁰³ Estudo de Alves (2006, p.96) concluiu que um trabalhador em São Paulo que cortava 12 toneladas de cana em sua jornada diária, realizava, em média, as seguintes atividades e seus impressionantes números: 8.800 metros de caminhada; despende 133.332 golpes de podão; carrega as 12 toneladas de cana em montes de 15kg em média percorrendo uma distância de 1,5 a 3 metros, fazendo assim 800 trajetos e 800 flexões; faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para cortar a cana; perde, em média, 8 litros de água.

¹⁰⁴ A pesagem da cana, sendo feita sem a presença dos trabalhadores, os deixam a mercê da administração da usina. Retomando o caso da usina alagoana Santa Clotilde, entre as reclamações expostas pelos trabalhadores está justamente no fato de não saberem a medição feita pelo fiscal da usina (ou mesmo se ela é realizada). Os trabalhadores tem entendimento da quantidade de braças cortadas e estima pela sua experiência a quantidade de tonelada, mas não conferem ela junto ao fiscal da usina (CPT ALAGOAS, 2009). Além do mais, há de considerar que nem toda cana é igual ou tem o mesmo peso.

¹⁰⁵ O Pastoral do Migrante mantém em seu sítio eletrônico uma lista de trabalhadores canavieiros que foram mortos nos canaviais paulistas. De 2004 a 2009 foram contabilizados 23 casos.

Outro ponto a se acrescentar nesse drama social provocado pelo padrão de competitividade e de relações de trabalho da agroindústria canavieira é a presença cada vez mais constante do uso de drogas pelos trabalhadores. De acordo com Silva e Martins (2010, p. 218):

As frases, “Não dá para acompanhar o campo de cara limpa, me transformei num bagaço de cana”, refletem a crueza e a brutalidade dessas relações de trabalho. A maconha, segundo depoimento de um trabalhador, alivia as dores nos braços [...] Quanto ao crack, trata-se de uma droga estimulante, portanto, o seu uso possibilita maiores ganhos de produtividade. [...] O aumento da taxa de exploração põe em risco não somente a força de trabalho, como também o próprio trabalhador.

A droga funcionando como sedativo ou estimulante torna o trabalho praticado ainda mais degradante para a vida social desses sujeitos. Algumas usinas têm usado do expediente de repositores energéticos (como os chamados hidreletrolíticos) como forma de amenizar ou mesmo encobrir o desgaste físico e a excessiva perda de nutrientes. Materiais como kits contendo soro, farinha e vitaminas, são consumidos durante o trabalho “a fim de minorar os efeitos de câimbras, provocadas pela excessiva perda de potássio” (Id., Ibid., p. 217).

Todavia, ao mesmo tempo há também o estímulo financeiro, por meio de bonificações, que provoca um ritmo mais acelerado no corte da cana. De acordo como Novaes (s.d.) uma destas bonificações são os Programas de Participação de Resultados (PRP) quando metas de produção são cumpridas. Trata-se da premiação aos trabalhadores mais produtivos, estimulando a competição interna em busca do título de “campeões de produtividade” ou “facão de ouro”.

Essas premiações são geralmente acompanhadas de festividades para a entrega desses prêmios aos trabalhadores, também chamados pelas empresas de “colaboradores”, linguagem empresarial típica de tempos neoliberais. Serve como componente ideológico para fazer o trabalhador “vestir a camisa da empresa” e também fazer da empresa espaço de lazer e integração, acumulando capital social.

Em informativo do Grupo Tércio Wanderley (2006, p.4) relata-se que, ao fim da safra da Usina Coruripe (AL), houve um evento premiando 50 “colaboradores”. Entre os prêmios, que eram escolhidos pelos próprios trabalhadores, constavam televisores, bicicletas, aparelhos de DVD, celulares, relógio, som e eletrodomésticos em geral. O ranking dos três primeiros “corredores fundistas” (ALVES, 2006) apontava uma média de corte por dia, em tonelada, de 20,7 para o primeiro, 20,4 para o segundo e 19,7 para o terceiro.

As condições de trabalho e as exigências de produtividade têm gerado um sistema seletivo e um perfil de trabalhadores jovens, excluindo também as mulheres. A carga de trabalho exigida envelhece e esgota precocemente o indivíduo e sua capacidade laborativa. No II Seminário da Açúcar Ético (2006, p. 51), Francisco Alves destacou que se os trabalhadores na década de 1980 passavam de 20 a 30 anos no corte, hoje muitos ficam incapacitados para o trabalho com 8 a 10 anos de atividade.

Desta maneira o corte manual tem formado um perfil de trabalhadores que abarca em seus critérios de seleção a força e a resistência física. A própria política do setor cria um sistema seletivo mantendo empregado apenas aqueles que possam cumprir suas metas numa lógica de menor custo e maior produtividade. Segundo relato de Novaes:

Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês, calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram "podados" mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o *quantum* de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra.

Para cada tipo de corte (manual ou mecanizado) identifica-se um determinado perfil de trabalhadores com o setor reproduzindo desigualdade e estigmas, ao mesmo tempo em que atende as necessidades do capital agroindustrial canavieiro. O corte mecanizado, por sua vez, já faz a opção de um tipo de trabalhador que possui determinado nível de escolaridade e de especialização¹⁰⁶ e que more próximo à usina.

Esta modalidade de corte tem sido uma tendência, pois além da pressão ambiental, seus custos ao final são menores e a garantia de produtividade maior. A utilização deste expediente tecnológico ainda é mais concentrado em São Paulo¹⁰⁷, mas tem se espalhado até mesmo por estados que antes tinham pouca presença deste expediente, como é o caso de Alagoas. Em termos de custos e mão-de-obra, segundo Ana Oliveira (2003, p.90) o corte mecanizado saí em média de 35% a 40% mais barato que o corte tradicional, manual. Da mesma forma, uma máquina substituiria o equivalente a cerca de 80 a 100 trabalhadores.

¹⁰⁶ Motoristas, tratoristas, mecânicos para manutenção e concerto de máquinas, operadores de máquinas, etc.

¹⁰⁷ Em 2006, de acordo com o Dieese (2007, p. 20) São Paulo concentrava mais de 75% do uso da mecanização no setor. Além da maior capitalização destas usinas, há de considerar a maior pressão institucional pelo fim das queimadas existentes nesse estado.

Estes trabalhadores, classificados como “qualificados”, também estão sofrendo as pressões do ritmo de trabalho e as mudanças no controle deste. Scopinho et al (1999) demonstra como a operação das máquinas tem afetado a saúde e a segurança dos seus operadores. Tais trabalhadores assumem um maior controle das operações, mas ao mesmo tempo são exigidas uma multifuncionalidade, executando também tarefas de execução e manutenção das máquinas. Com jornadas de trabalho também intensas, inclusive noturnas que aumentam os riscos de acidentes, estão sujeitos – em razão até mesmo da própria responsabilidade e tensão que o manuseio e controle das máquinas exigem – a toda uma diversidade de “cargas laborais”.

A iminência do aumento do desemprego pela parcial substituição de homens pelas máquinas é um dos dilemas mais atuais do setor. Este que já fornece empregos bastante precários, mas ao diminuir a oferta destes pode agravar ainda mais a realidade de pobreza de diversas regiões do país. Uma das discussões levantada por pesquisadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em geral, é absorção deste contingente de mão-de-obra em outras atividades produtivas.

Essa absorção exige não somente a conformação de políticas públicas, pois sem o bloqueio do avanço das monoculturas e do agronegócio a tendência é o drama social aumentar. Para ilustrar, de acordo com Silva (2006), o mais recente movimento migratório para o trabalho temporário de trabalhadores maranhenses e piauienses aos canaviais paulistas guarda relação não somente com a exigência de força de trabalho da agroindústria canavieira, mas também com processos no interior destes estados, provocados pelo avanço da soja e pastagem que expropriam estes trabalhadores do campo.

Sendo um dos pontos mais criticados da agroindústria canavieira, o Governo Federal promoveu em 2009 um compromisso tripartite (empresários, sindicatos e governo) chamado de *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar* (BRASIL, 2009). Firmado a partir de uma mesa de diálogo instaurada no ano anterior e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência¹⁰⁸, o compromisso tem caráter de adesão voluntária.

¹⁰⁸ O Governo foi representado pela Secretária-Geral da Presidência, pela Casa-Civil e por vários outros ministérios: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MTE – Ministério do Trabalho e Emprego; MEC – Ministério da Educação; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pelas representações patronais e dos trabalhadores participaram: UNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo; Fórum Nacional Sucroenergético; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

O Compromisso Nacional versa sobre 18 temas: contrato de trabalho; saúde e segurança do trabalho; transparência na aferição da produção; alojamento; transporte; migração; escolaridade, qualificação e recolocação; remuneração; jornada de trabalho; alimentação; trabalho infantil e trabalho forçado; organização sindical e negociações coletivas; proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra; responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; responsabilidade no desenvolvimento da comunidade; Programa de Assistência Social – PAS da atividade canavieira; trabalho por produção; trabalho decente e trabalho análogo ao escravo.

Este compromisso, que teve a assinatura de ampla maioria das usinas em seu lançamento, embora abordando os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores apresenta fragilidades para fazer valer o previsto. Repórter Brasil (2010, p. 14) elenca três problemas presentes: 1) foram aceitas como signatárias usinas que tem violado sistematicamente os direitos dos trabalhadores; 2) aquelas que se envolveram em violações de direitos após a assinatura do compromisso são mantidas como signatárias; 3) embora indicado, não há mecanismos constituídos de monitoramento a respeito do cumprimento por parte das usinas dos termos aferidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história e suas ironias têm promovido o encontro da sustentabilidade com a monocultura, da responsabilidade social com o latifúndio. Porém, “não são individualidades abstratas, são os indivíduos agindo e vivendo que fazem a história” (BAKUNIN, 2000, p. 65). Assim, nos referimos a homens concretos, que produzem os seus meios de vida, estabelecendo determinados padrões de relações e construindo as idéias e visões de mundo que legitimam ou se contrapõe a realidade histórico-social.

Iniciamos o presente trabalho fundamentando com Proudhon, Bakunin e outros, para demonstrar que a relação homem-natureza é elementar para criar as condições necessárias de uma vida social sem privações. Assim, foi identificado o trabalho como a base da sociedade e que possibilita o atendimento de nossas necessidades. Nessa linha, a cisão entre homem e natureza empreendida pelo pensamento social deve ser creditada a aparição da propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho, que conforma a base do capitalismo. Sistema este que fez do homem um “selvagem barganhador”, utilizando a expressão de Polanyi (2000).

Foi dessa história que o homem inverteu a lógica das necessidades pelo impulso da idéia liberal, esta fundada na propriedade privadas dos bens naturais ou sociais, das pessoas e das vontades. O lucro se sobrepôs e sua lógica passou a regular todo o tecido social. Porém, os impactos de séculos de desenvolvimento capitalista ganharam na segunda metade do século XX contornos mais intensos e, ao evidenciar uma racionalidade destrutiva, trouxe para o debate de idéias uma série de questionamentos, pressões sociais e ambientais levadas a cabo por diversos agentes.

Ao longo do trabalho, foram privilegiados os debates que levaram a formatação da concepção de desenvolvimento sustentável enquanto referencial nos termos do relatório Brundtland. Esta concepção passou a ser cada vez mais integrada às empresas e ao “mundo dos negócios”, a qual foi também o seu produto. As lutas sociais e pressões da sociedade em geral impôs certas condições à reprodução do capital sendo, portanto, necessário para este estabelecer novas formas de legitimação.

Foi assim que tomando problemas reais e concretos, sentidos na ameaça de escassez de bens naturais e na negação para as maiorias do acesso integral das riquezas socialmente construídas, que o capital transformou estes problemas em novas oportunidades de negócios. Através das contribuições de Moreira, Layrargues e Vieira foi possível reconstruir a trajetória

que resultou na absorção dos “constrangimentos” dos efeitos sociais e ambientais da lógica capitalista, passando estes a serem encarados como novas “oportunidades de negócios”.

A necessidade de exprimir para *dentro* e para *fora* da classe uma visão de mundo, como nos apontou Bourdieu, justifica a importância de entidades como o nacional Instituto Ethos e o internacional GRI. Funcionam como entidades que auxiliam a alinhar as empresas e seus agentes com vistas a adequar as suas práticas, valores e atitudes. O objetivo é o reconhecimento de um conjunto de “boas práticas” que associam interesses ambientais e sociais aos interesses econômicos e de mercado.

Identificamos que quando se afirma não interessar procurar os “anjos ou demônios” dos efeitos da destruição do planeta e da condição de miserabilidade que países como o Brasil possuem (em profundo contraste com a posição de uma das maiores economias do mundo), o debate de sustentabilidade tem evidente efeito de gerador de consenso. As “práticas sustentáveis” refletem para o conjunto da sociedade e melhoram a imagem de empresas, refletindo também no seu “desempenho econômico” e formando os consensos que aliviam as tensões sociais.

Sem culpados e sem vítimas as relações sociais presentes na sociedade são dissimuladas, não aparecem como relações de força e domínio. Muito antes de um surto de consciência socioambiental, o olhar para o debate da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade é um imperativo de mercado, de rentabilidade. São os grandes dilemas e preocupações que se abate em toda sociedade, inclusive quanto a nossa própria existência enquanto espécie, virando acessório de mercado, um diferencial competitivo.

Apresentando estes elementos que formam o atual contexto histórico, a pesquisa fez um apanhado da recente trajetória da agroindústria canavieira. Recentes processos de modernização e mudanças em sua base institucional refletiram em impactantes mudanças estratégicas, de gestão e técnico-tecnológicas. Com as expectativas de mercado em torno do etanol a partir da cana-de-açúcar estas mudanças se aprofundam e tem reconfigurado até mesmo o histórico perfil de um setor de caráter nacional e familiar.

A presença cada vez maior do capital internacional através do ingresso de grandes multinacionais tem sido a condição para que a capacitação produtiva siga as exigências de um mercado mundializado e também tem criado expectativas, em virtude da maior profissionalização das gestões, em reter os históricos “passivos” sociais e ambientais do setor.

A agroindústria canavieira historicamente marcada pela dor de trabalhadores submetidos a um degradante labor e das imensas áreas devastadas para benefício de poucos,

tem no debate dos biocombustíveis seu grande ápice para pousar na foto da história, aquela contada pelos vencidos, como não mais os “heróis” do país, mas talvez como os próprios “salvadores do planeta”. Referendados como portadores de uma matriz energética que seria “limpa, verde e renovável”, cumprindo com os requisitos do desenvolvimento sustentável e das “boas práticas”.

Todavia, nossa pesquisa chegou a uma realidade em que expectativas de “biomercado” põe à tona os velhos dilemas. No Proálcool foi a Mata Atlântica, hoje são os biomas do Cerrado e do Pantanal que estão sob risco de um ciclo expansivo. A mecanização, tida como humanizadora e ambientalmente amiga, impõe ritmo e condições de trabalho ainda mais intensas.

Os desrespeitos trabalhistas, os impactos nas comunidades tradicionais e até mesmo a presença do trabalho escravo referendam que o novo *habitus* da agroindústria canavieira é fundada pela combinação de discurso e tecnologias modernas com práticas e conseqüências arcaicas. Assim, o setor canavieiro operando em uma realidade fundada na monocultura, no latifúndio e na mão-de-obra barata combina e articula tecnologias de precisão com a extrema degradação socioambiental (Silva e Martins, 2010, p. 235).

Por fim, é importante enfatizar que este contexto que se insere a agroindústria canavieira ainda permanece em aberto, com muitas mudanças em curso. Assim, há possibilidades de realizar uma ampla agenda de pesquisas. A amplitude do assunto, o envolvimento de amplo leque de agentes e o caráter das mudanças em curso oferece um vasto campo de investigação que é preciso ocupar.

REFERÊNCIAS

AÇÚCAR ÉTICO. **II Seminário Científico Brasileiro – Problemas e Desafios da Indústria Sucroalcooleira Brasileira no Século XXI**. [2006] Disponível em: <www.acucar-etico.org> Acesso em 18 de junho de 2008.

_____. **III Seminário Científico Brasileiro – Direitos sociais, direitos ambientais e manejo responsável no setor sucroalcooleiro**. [2009] Disponível em: <www.acucar-etico.org> Acesso em 14 de novembro de 2010.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ALIANÇA COPOAVA. **Responsabilidade Social Empresarial: por que o guarda-chuva ficou pequeno?**. São Paulo, 2010. Disponível em <www.ethos.org.br> Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?**. Revista Saúde e Sociedade. v.15, n3, p-90-98, set-dez 2006.

ANDRADE, Livia. **Entrevista – Eduardo Pereira de Carvalho**. In: Dinheiro Rural. Ano 6, nº 62, dez 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

_____, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus: Geografia**. Col. Grandes Cientistas Sociais, v.49. São Paulo: Ática, 1985.

_____, Manuel Correia. **Modernização e pobreza – a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.

BAKUNIN, Mikhail. **Conceito de Liberdade**. Portugal: Rés Limitada, 1975.

_____, Mikhail. **Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem**. In: Obras v. 3. Madrid: Ediciones Júcar, 1977.

_____, Mikhail. **Federalismo, Socialismo e Antiteologismo**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____, Mikhail. **O Patriotismo / A essência da religião**. São Paulo: Imaginário, 2009.

BITTENCOURT, Evandro. **Foco na qualificação – Entrevista com Antônio Cezar Salibe**. In: Canal – o jornal da Bioenergia. Ano 4, nº 40, Goiânia, dez 2009. p. 4-6.

BNDES. **O setor sucroalcooleiro em 2009**. In: Informe Setorial, nº17, abr 2010.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achimé, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

_____, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

_____, Pierre. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. 6^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Produção e Agroenergia. **Anuário estatístico da Agroenergia**. MAPA: Brasília, 2009.

_____, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Produção e Agroenergia. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2ed. rev. Embrapa Informações Tecnológicas: Brasília, 2006.

_____, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Assessoria de Gestão Estratégica. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2009/2010 a 2019/2020**. MAPA: Brasília, 2010.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modelos de conflituosidade**. In: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-105.

_____, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense universitária: UFRRJ, 1997.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2000.

_____, Cícero Péricles de. **O setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva (1990/2008)**. Curso de Especialização em Educação do Campo. UFAL: Maceió, 2010.

CARVALHO, Severino. **Alagoas é líder em devastação**. Gazeta de Alagoas, Maceió, ano 75, nº 1430, p. D13-D17, 9 de nov. 2009.

CPT ALAGOAS. **Caminho da Roça – Especial Canavieiros**. Maceió, 2008.

CORRÊA, Felipe Toscano; MEDEIROS, João Ricardo. **Responsabilidade Social Corporativa para quem?**. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011.

DANTAS, Fernando. **Compromisso com o ser humano e o meio ambiente**. In: Canal – o jornal da Bioenergia. Ano 4, nº 39, Goiânia, nov 2009. p. 14-18.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. (Tese de Doutorado) - Unicamp, 1984.

DIEESE. **Conjuntura do setor sucroalcooleiro**. Subseção CONTAG. Brasília, março 2010.

_____. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. Estudo e pesquisas. Ano 3, n. 30. Fevereiro de 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3ª Ed. Maceió: Edufal, 2006.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GASPAR, Ricardo. **O avanço da internacionalização no capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação da globalização**. Pesquisa & Debate, SP volume 10, número 2(16), 55-87, 1999.

GAVARD, François. **A racionalidade empresarial socioambiental da Aracruz Celulose**. Disponível em <www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/eics/arquivos/gt6.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2010.

GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo, 2006. Disponível em <www.ethos.org.br> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

GRUPO TÉRCIO WANDERLEY. **Informativo**. Ano I, nº 4, março 2006.

GUEDES, Sebastião Neto; GUIONETTI, Lucas Eduardo. **A presença recente e algumas conseqüências do investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira brasileira**. Informações Econômicas, SP, v. 39, nº 5, maio 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MTC/CNPq, 1988.

INFORMATIVO DO SINDAÇÚCAR-AL. **“Ufal transforma Alagoas e traz avanços para setor sucroenergético”**. In: Agora, Maceió, jan 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Plataforma por uma economia inclusiva, verde e responsável**. [2011]. Disponível em: <www.ethos.org.br> Acesso em 10 de março de 2011.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social**. [2010]. Disponível em: <www.ethos.org.br> Acesso em 10 de março de 2011.

KARKOTLI, Gilson; ARAÇÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LANGOWSKI, Elutério. **Queimada da cana – uma prática usada e abusada**. s.d.. (mimeo)

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

LINS, Clarissa; SAAVEDRA, Rafael. **Sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro**. Rio de Janeiro. FBDS. Agosto, 2007

MAGALHÃES, Mônica. **A responsabilidade é social**. Jornal Cana, jul/2006. p. 96.

MANZATTO et al (org), Celso Vainer. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar – expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009

MELLO, Paulo Décio de A. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira : ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. 2002. (tese de doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.

MENDONÇA, Sônia. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MESSIAS, Josias. **Ranking revela os 20 maiores grupos do setor**. In: Jornal Cana. ago 2006, p. 12.

MILANEZ, Artur; BARROS, Nereida; FILHO, Flávio. **O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set. 2008

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NETTO, Ibiapa. **O passaporte global para o etanol**. In: Dinheiro Rural. Ano 6, nº 65, mar 2010.

NETTO, Ibiapa; ATTUCH, Leonardo. **Missão etanol**. In: Dinheiro Rural. Ano 5, nº 47, set 2008.

NOVAES, Elisa Nogueira. **Responsabilidade social e abertura de capitais: uma descrição dentro do complexo agroindustrial canavieiro do Brasil**. 153f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSCar, São Carlos, 2009.

NOVAES, José Roberto. **Os campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas**. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf> Acesso em 12 de outubro 2010.

NUNES, Sidemar Presotto. **A agricultura brasileira frente ao processo de reestruturação produtiva**. Disponível em <www.icesi.edu.co/ret/documentos/Ponencias%20pdf/303.pdf> Acesso em 2 de junho de 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. [2003]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/AnaMariaDissertacao/AnaMariaDissertacao.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2010.

_____, Ana Maria Soares de. **O processo de reordenamento territorial e produtivo do capital agroindustrial canavieiro e a nova geografia do trabalho migrante no Brasil**.

Disponível em <www4.fct.unesp.br/ceget/AnaMariaSoaresdeOliveira.pdf> Acesso 3 de novembro de 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PADRÃO, Luciano Nunes. **O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais.** Revista São Paulo em perspectiva. 11. 1997.

PASIN, Rodrigo Maimone; NEVES, Marcos Fava. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucroalcooleira.** [2001]. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Pasin.pdf>>. Acesso em 23 de dezembro de 2010.

PELLEGRINI, Carlos Henrique. **Um ensaio sobre o deslocamento do capitalismo face aos projetos de responsabilidade socioambiental empresarial (RSE).** Análise: Revista das Faculdades de Tecnologia e de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração Padre Anchieta, São Paulo, ano VI, nº 12, 2008.

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?** 177f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFSC. Florianópolis, 2006

PLANCHEREL et al, Alice. **Perfil do canavieiro e relações de trabalho na atual agroindústria sucroalcooleira de Alagoas.** Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>> Acesso em 30 de novembro de 2010

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PROUDHON, P. Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Estampa, 1997.

_____, P. Joseph. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria.** São Paulo: Ícone, 2003.

_____, P. Joseph. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria.** Tomo II. São Paulo: Editora Escala, 2007.

_____, P. Joseph. **De la creación del orden en la humanidad.** Madrid: F Sempere y Compania, s.d.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.

REPÓRTER BRASIL, **O Brasil dos Agrocombustíveis – Cana.** São Paulo: 2010a. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em 26 de fevereiro de 2011.

_____, **O Brasil dos Agrocombustíveis – Cana.** São Paulo: 2009. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em 13 de julho de 2009.

_____, **O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar - análise dos avanços e das lacunas do projeto oficial.** São Paulo: 2010b. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em 26 de fevereiro de 2011.

_____, **O BNDES e sua política socioambiental – uma crítica sob a perspectiva da sociedade civil organizada.** São Paulo: 2011. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em 26 de fevereiro de 2011.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Perspectivas para políticas agroambientais.** In: RAMOS, Pedro (org). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas.* Brasília: MDA, 2007.

ROSÁRIO, Francisco; CRUZ, Nicholas. **Estratégias competitivas e de inovação na modernização recente da agroindústria sucro-alcooleira do Brasil.** [2006] Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos06/532_SEGET_2006_Chico_Nicholas%20II.pdf> Acesso 26 de fevereiro de 2010.

SACHS, Ignacy. **Rumo a Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SALTORATO, Patrícia ; NETO, Martin. . **A Dinâmica Financeira no Setor Sucroalcooleiro ou Quando a Transparência Vira Moda.** In: I Seminário Temático Centralidade e Fronteiras das Empresas no Século XXI, 2007, São Carlos. *Centralidade e Fronteiras das Empresas no Século XXI*, 2007.

SANTOS, Adriano Pereira. **Usinagem do capital e desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida et al. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar.** *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15 (1): 147-161, jan-mar, 1999.

SEVA, Janaína Tude. **Classes patronais rurais e conflitos sociais – um estudo sobre as organizações patronais rurais frente às questões ambientais.** 135f. Dissertação (Mestre em Ciências) – UFFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A morte ronda os canaviais.** *Revista Abra*, V. 33, N. 2, ag/dez, 2006, p. 11-143

SILVA, Maria Aparecida; MARTINS, Rodrigo Constante. **A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista.** *Revista Sociologia*, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai/ago 2010. p. 196-240.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha. **A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas.** 107f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial**. Estudos Avançados 11, p. 57-79, 1991.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005.

VIAN, Carlos GONCALVES, Daniel. **Modernização empresarial e tecnológica e seus impactos na organização do trabalho e nas questões ambientais na agroindústria canavieira**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, MG, v. 22, n 1, 2007.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria Canavieira – estratégias competitivas e modernização**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

VIAN et al, Carlos Eduardo. **Estudo de impacto econômico (EIS) para o setor agroindustrial canaveiro paulista e alagoano: conjuntura e agenda de pesquisa**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/1164.pdf> Acesso em novembro 2010.

VIEIRA, Paulo Freire. **Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – De Estocolmo a Joanesburgo**. In: SACHS, Ignacy. Rumo a Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Maria Célia Azeredo. **O setor sucroalcooleiro brasileiro: evolução e perspectivas**. [s.d.] Disponível em: <www.bndes.gov.br> Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

Portais eletrônicos:

Grupo Cosan – www.cosan.com.br

Usina Coruripe – www.usinacoruripe.com.br

ABAG – www.abag.com.br

UNICA – www.unica.com.br

Jornal Cana – www.jornalcana.com.br

Jornal Canal – www.canalbioenergia.com.br

Sindaçúcar-AL – www.sindacucar-al.com.br

Instituto Ethos – www.ethos.org.br

Pastoral do Migrante – www.pastoraldomigrante.org.br

BNDES – www.bndes.org.br

CONAB – www.conab.gov.br

Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br

DIEESE – www.dieese.org.br

IBGE – www.ibge.gov.br

MAPA – www.mapa.gov.br

ONG Açúcar Ético – www.acucar-etico.org

ONG Repórter Brasil – www.reporterbrasil.org.br